

Edição em português

ISSN 2316-4891 (on-line)
ISSN 2316-4833 (impresso)



Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
v. 13 n. 46 janeiro/abril 2019

CONSELHO EDITORIAL

Gen Bda Rodrigo Pereira Vergara

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cel Carlos Eduardo De Franciscis Ramos

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

EDITOR

Prof. Dr. Tássio Franchi

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ASSESSORIA EDITORIAL

Carlos Shigueki Oki

OKI Serviços de Informação e Imagem

TRADUÇÃO

Oriente-se Produções

REVISORES DE LINGUAGEM

Maj Mônica da Silva Boia

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

1º Ten Raquel Luciano Gomes

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

SERVIÇOS EDITORIAIS

Tikinet Edição

DIAGRAMAÇÃO

Julia Ahmed | Tikinet

BOLSISTA DO CNPQ

Victor Carneiro Corrêa Vieira

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Antonio Fonfría Mesa

Universidad Complutense de Madrid
Madrid, España.

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Universidade Salgado de Oliveira
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC, Brasil.

Cel Juraci Ferreira Galdino

Centro Tecnológico do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Marcos Aurelio Guedes de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco
Recife, PE, Brasil.

Prof. Dr. Octavio Amorim Neto

Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil.

Prof. Dr. Vinicius de Carvalho

King's College London
London, United Kingdom.

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil.

Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

v. 13 n. 46 janeiro/abril 2019
Rio de Janeiro

Edição em português

ISSN 2316-4891 (on-line)
ISSN 2316-4833 (impresso)

SOBRE

A Coleção Meira Mattos é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

ENDEREÇO E CONTATO

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
CEP. 22290-270.
Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895
e-mail: info.cmm@eceme.eb.mil.br

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição CC-BY.

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

SERVIÇOS EDITORIAIS

Tikinet Edição

IMPRESSÃO

Triunfal Gráfica e Editora

DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Elaborado pela Seção de Produção, Divulgação e Catalogação, baseado em arte de Harerama Santos da Costa da Seção de Editoração Eletrônica da ECEME.

TIRAGEM

200 exemplares (Distribuição Gratuita)

Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>>

AVAILABLE IN ENGLISH / DISPONIBLE EN ESPAÑOL

<<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

C691 Coleção Meira Mattos : revista das ciências militares. — Vol. 1, n. 24 .
— Rio de Janeiro : ECEME, 2007-
v. : il. ; 28 cm.

Quadrimestral.

Publicada dos n. 1-14 com o título Padeceme, dos n. 15-23 com os títulos Padeceme e Coleção Meira Mattos.

ISSN 2316-4891 (on-line). — ISSN 2316-4833 (impresso)

1. DEFESA. 2. CIÊNCIAS MILITARES. I. Escola de Comando Estad-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

SUMÁRIO

Editorial Tássio Franchi e Carlos Shigueki Oki	3
As Ciências Militares e a configuração dos Estudos de Defesa como área do conhecimento científico Rafael Soares Pinheiro da Cunha e Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon	9
A construção do pensamento em segurança e defesa na academia brasileira: estudo de caso da parceria entre o NERINT e o NEE/CMS Paulo Gilberto Fagundes Visentini e Guilherme Paiva Stamm Thudium	29
Uma análise sobre o processo de securitização do ciberespaço Breno Pauli Medeiros, Alessandra Cordeiro Carvalho e Luiz Rogério Franco Goldoni	45
A participação brasileira na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana: um estudo sobre sua viabilidade geopolítica Victor Almeida Pereira	67
A arte da guerra no século XXI: avançando à Multi-Domain Battle Daniel Mendes A. Santos, Túlio Endres da S. Gomes, Gerson de M. Freitas e Andrew Sanders	83



O caminho da CMM: de uma publicação institucional para um periódico científico

Tássio Franchi

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
editor.cmm@eceme.eb.mil.br

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Carlos Shigueki Oki

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
info.cmm@eceme.eb.mil.br

There must be more – and more adequate – military research during peace time. (BUSH, 1945)

Quando foi publicado o *Philosophical Transactions of Royal Society* em 1665, com o objetivo de criar um meio de registro público das descobertas científicas, protegendo a propriedade intelectual dos cientistas e partilhando suas descobertas com seus pares (GUÉDON, 2001), é certo que o primeiro periódico científico da história não estava preocupado com o fator de impacto de sua publicação ou mesmo de sua indexação futura nas principais bases de dados. No entanto, atualmente, essa mesma publicação possui onze periódicos em diferentes áreas, muitos dos quais indexados nas principais bases do mundo.

Apesar do objetivo principal do periódico científico permanecer praticamente inalterado nos últimos três séculos e meio, as mudanças ocasionadas por revoluções como a “academização do século XIX” e a “industrialização da ciência do século XX”, teve como consequência um aumento do volume dos periódicos publicados, impactando o processo de publicação e reduzindo a qualidade de seu conteúdo (ZIMAN, 1981, p. 121). O crescimento exponencial da produção científica periódica previsto por Derek de Solla Price (1963) encontrou seu suporte nas novas tecnologias de informação que aos poucos foram substituindo o periódico impresso. Essas novas tecnologias de informação desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, proporcionaram mudanças estruturais do periódico científico e trouxeram dinamismo e flexibilidade na comunicação entre os cientistas (TARGINO, 1999). No século XXI, o uso de plataformas eletrônicas se consolidou, todos os principais periódicos do mundo utilizam websites hospedados na rede mundial de computadores como o principal vetor de comunicação.

O periódico eletrônico faz parte de uma ciência mediada pela Internet e tornou os processos da atividade científica mais eficazes, ajudando a criar espaços para a comunicação, produção e disseminação da

informação, principalmente através do acesso livre e gratuito (WEITZEL, 2006). Esses espaços favorecem o diálogo interdisciplinar e interinstitucional, permitindo um amplo diálogo entre acadêmicos e profissionais.

No Brasil, a área da Defesa, enquanto área do conhecimento na CAPES é nova, com os principais debates ações no sentido do seu reconhecimento formal ocorrendo no final do século XX e início do XXI (PINHEIRO; MIGON, 2019). Em paralelo, observamos a publicação da primeira Política de Defesa Nacional (BRASIL, 1996) e a própria criação do Ministério da Defesa (1999). A Política de Defesa Nacional se transformou em Política Nacional de Defesa, surgiram a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco com atualizações previstas à cada 4 anos. Em 2005, na academia surgiu a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), apontando o alargamento dos estudos entorno de áreas diretas e indiretamente relacionadas com o tema das ciências militares, da defesa nacional, segurança, da guerra, das forças armadas e outros temas correlatos. Os estudos de segurança e defesa tem gradativamente sido mais debatidos na sociedade e pela academia brasileira

O Exército não ficou inerte ao processo de maior aproximação e diálogo com a sociedade, de modo que após um período de maturação é criado em 2011 na ECEME o Instituto Meira Mattos (NUNES, 2012). Local onde se criou o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM), com cursos de *stricto sensu* de mestrado e doutorado, ambos reconhecidos pela CAPES, e compostos por discentes e docentes civis e militares que trabalham de forma integrada.

É neste contexto, que a Coleção Meira Mattos se desenvolve e pretende corroborar com o campo de estudos e a atividade científica. Além disto, busca o reconhecimento da comunidade científica conjugada com a melhoria da qualidade das publicações. E diante disso, para entender o papel desta publicação, é fundamental voltar as suas origens.

Histórico

A origem da CMM possui vínculo histórico com a atualização profissional e intelectual do Oficial de Estado-Maior. Do mesmo modo que o periódico científico possui como principal função comunicar aos pares os resultados mais recentes de pesquisas de determinada área, as primeiras publicações que antecederam a CMM também divulgavam os assuntos mais recentes sobre as Ciências Militares e seus estudos, principalmente os dedicados à doutrina.

Em 09 de novembro de 1965 é criado o Curso de Atualização dos Diplomados no Curso de Comando e Estado-Maior e Curso de Chefia de Serviço da ECEME (CAECEME). Curso à distância que disponibilizava, através de correspondências, cinco Cadernos com os assuntos: segurança interna, operações em território continental, operações em território extracontinental, cultura profissional e diversos.

O curso com duração de 36 semanas passa a se chamar, em 1974, Curso de Atualização dos Diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (CADECCEME), sem alterações significativas no formato do curso, continua a distribuir cadernos com textos de atualização.

O CADECCEME é reformulado em 23 de agosto de 1991, passando a se chamar Processo de Atualização dos Diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PADECCEME). O formato de curso à distância se torna ciclos de atualização anuais. E seus participantes, Oficiais de Estado-Maior, atualizados através de informativos distribuídos durante o ano.

Os informativos PADECCEME contavam com trabalhos elaborados pelos ex-alunos da ECEME e sínteses dos estudos que estavam em andamento. Segundo portaria regulamentadora a

atualização seria realizada “através de um fluxo de informações permanente, de maneira informal e assistemática” (BRASIL, 1991).

Havia duas seções principais nos informativos: “Notícias do PADECENE”, abordando os assuntos mais recentes e “Temas para Reflexão”, ampliando o espaço para debates. Os melhores trabalhos eram selecionados e publicados na Revista Defesa Nacional, que também era considerada um instrumento de atualização do oficial.

Apesar de continuar a usar a sigla PADECENE a partir do número dois de 1995, o informativo passa a se chamar Programa de Atualização dos Diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, substituindo o termo “Processo”.

Somente a partir de 2002 o PADECENE ganha forma de revista. Recebe uma numeração sequencial, torna-se oficialmente quadrimestral e é registrado com o número de ISSN 1677-1885. O envio de trabalhos é estimulado e o foco continua na atualização doutrinária, o debate e o aperfeiçoamento do Oficial.

Posteriormente a revista PADECENE número dez, do primeiro quadrimestre de 2005, inclui em sua capa o subtítulo “Revista Científica da ECEME”, inicia a seção “Artigos Científicos” e busca adequar-se as normas brasileiras ABNT 6021 e 6022. A seleção desses artigos era realizada pelos editores e sua publicação geralmente possuía resumo e palavras-chave em português e inglês. Neste mesmo ano é ampliado o espaço para a divulgação dos trabalhos de conclusão de curso e dos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, publicados também na seção “Artigos Científicos”.

No ano seguinte, em 2006, a revista se estrutura em duas seções: Artigos Científicos, que busca ampliar o alcance do periódico; e Artigos Selecionados, mantendo o objetivo inicial da publicação de atualização dos diplomados.

Em 2007, a atualização dos diplomados passa a ser realizada através de conteúdo On-line, disponibilizado via Internet. A revista impressa, apesar de manter as duas seções explicitadas anteriormente, reforça os objetivos de ampliar e melhorar a divulgação do conhecimento científico-militar produzido na ECEME.

No número seguinte, ainda em 2007, passa finalmente a se chamar Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. A alteração do título é explicitada no editorial daquele número. Entretanto, a identificação PADECENE continuava na capa, na página de rosto e na ficha catalográfica. Além de não haver mudança do ISSN, nem na numeração, que permaneceu sequencial.

Nos anos seguintes ocorreram poucas alterações. Foram corrigidos alguns itens de apresentação e houve aumento nas contribuições de civis. A divulgação era mantida através do formato impresso e sua distribuição gratuita principalmente para organizações militares e colaboradores.

Com a criação do IMM, em 2011, inicia-se uma nova fase para o periódico científico da ECEME. Visando ampliar a disseminação da revista e adequá-la aos critérios exigidos para uma publicação científica, foi implantando o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER), software de editoração traduzido e adaptado do Open Journal System (OJS), pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A equipe editorial é treinada e inicia a implementação do processo editorial eletrônico, incluindo a revisão cega por pares (double blind review). A CMM, publica apenas um número em 2011, já sem a denominação PADECENE.

Em 2012, seu formato impresso sofre alterações, o tamanho da publicação e sua diagramação são melhorados. A partir do número vinte e seis, novos ISSN são atribuídos à publicação.

Para a versão impressa foi atribuído o ISSN 2316-4833 e para a versão On-line o ISSN 2316-4891. Durante o processo de aprendizagem e implementação do sistema de avaliação pelos pares, a CMM mantém apenas uma seção, denominada “Artigos”.

Objetivando aumentar a qualidade da publicação, diversas correções de forma foram realizadas em 2013. A numeração permaneceu sequencial, seguindo a alteração do título em 2007. A identificação de volume também foi acrescentada, considerando esse mesmo ano, sendo 2014 o volume número oito. Incluiu-se a legenda bibliográfica e as informações do volume no rodapé de todas as páginas. Os títulos resumos e palavras-chave estão disponíveis no idioma original e também em português e inglês. Diante das diferentes alterações que ocorreram com a CMM, buscou-se um equilíbrio entre as questões técnico-normativas e o vínculo histórico da publicação.

Quanto aos aspectos de conteúdo, foram incluídas as normas internas que explicitam as atividades de todas as funções da equipe editorial. Consolidou-se a revisão cega por pares e a partir do número 30, todos os trabalhos apresentados na seção “Artigos Científicos” foram avaliados por pelo menos dois pareceristas.

A partir de 2014 o periódico se consolida institucionalmente como periódico científico e tenta se estabilizar como uma nova publicação científica no meio acadêmico. Publica regularmente até o ano seguinte, entretanto, em 2016, enfrenta intercorrências, interrompendo sua publicação após o primeiro número, retornando somente em 2018.

Em 2019, com intensos trabalhos de gestão e reestruturação, a CMM estabiliza seu processo editorial e inicia um ciclo positivo da publicação. Executando uma gestão ativa e buscando atender a indicadores de qualidade para periódicos científicos a CMM volta a publicar regularmente. Implementa o DOI como uma forma tanto de oferecer uma revista melhor aos autores, quanto de mensurar e controlar número de citações da revista (índice h).

O diálogo da CMM

Chegamos enfim ao destino do caminho que intitula esse editorial, realizando a apresentação de nosso Foco e Escopo atualizado:

“A Coleção Meira Mattos é um periódico interdisciplinar que publica artigos científicos relacionados a Segurança, Defesa e Ciências Militares, que promovam o diálogo entre acadêmicos e profissionais, integrando questões sobre as Forças Armadas e a Sociedade. São publicados artigos revisados por pares e, ocasionalmente, entrevistas e relatórios técnicos selecionados, sobre temas atuais e de interesse para a área.”

A Coleção Meira Mattos é um periódico criado para e por toda a comunidade científica da área de Defesa. É um espaço para os estudos de relevância para acadêmicos e profissionais. Seus atuais conselhos editorial e científico são sinônimos de independência científica. Nossas diretrizes e nosso processo editorial traduzem a transparência que estruturamos nos últimos anos.

Continuamos a construir e ampliar esse espaço, sempre com o objetivo de publicar importantes estudos para a área. Para isso contamos com o apoio de toda a comunidade científica interessada em fortalecer laços, sejam nos papéis de leitores, autores ou avaliadores.

Referências

BRASIL. Exército. **Portaria nº 25/DEP, de 23 de Agosto de 1991.** Rio de Janeiro: Departamento de Ensino do Exército, 1991.

BRASIL/Presidência da República. **Política de Defesa Nacional-1996.** Brasília: 1996.

GUÉDON, J.-C. **Oldenburg's long shadow:** librarians, research scientists, publishers, and the control of scientific publishing. Washington, D.C: Association of Research Libraries, 2001. Disponível em: <http://www.arl.org/storage/documents/publications/in-oldenburgs-long-shadow.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

PINHEIRO DA CUNHA, R. S.; MIGON, E. X. F. G. As Ciências Militares e a configuração dos Estudos de Defesa como área do conhecimento científico. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 46, p. 9-28, abr. 2019. doi: <https://doi.org/10.22491/cmm.a001>. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/568>. Acesso em: 23 maio 2019.

PRICE, D. J. S. **Little science, big science.** Columbia Univ. Press, New York, 1963.

TARGINO, M. das G. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. 22. Rio de Janeiro, RJ. **Anais** [...] Rio de Janeiro, RJ: INTERCOM, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/bf7aa1dbd463798efab867b9448c1841.PDF>. Acesso em: 22 maio 2019.

NUNES, R. F. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o processo de transformação do Exército Brasileiro. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, 2. quad., n. 2, [p.1-11], 2012. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/232>. Acesso em: 23 maio 2019.

WEITZEL, S. R. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica:** o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil. 2006. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/publico/3787212.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.



As Ciências Militares e a configuração dos Estudos de Defesa como área do conhecimento científico

Military Sciences and the configuration of the Defense Studies as a field of scientific knowledge

Resumo: Trata-se de pesquisa associada aos Estudos de Defesa, como área do conhecimento científico, no que concerne à perspectiva de científicidade das Ciências Militares, em particular nos Programas de Pós-graduação das Escolas de Altos Estudos das Forças Armadas no Brasil. Utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir da técnica de análise documental, observadas fontes primárias (legislação) e secundárias. Abordam-se a taxonomia, marcos teóricos e conceituais das Ciências Militares e correlatas, inseridas no processo de evolução dos Estudos de Defesa no País, com ênfase para o papel da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Palavras-chave: Defesa Nacional. Pós-Graduação. Forças Armadas. Exército (Brasil). ECEME.

Abstract: It is a research associated with the Defense Studies, as an area of scientific knowledge, as far as the scientific sciences perspective is concerned, in the Post-Graduation Programs of the Specialized Studies Schools of the Armed Forces in Brazil. The qualitative methodology was used, from the documental analysis technique, observing primary sources (legislation) and secondary sources. The taxonomy, theoretical and conceptual milestones of the Military Sciences and correlates, inserted in the process of evolution of the Defense Studies in the Country, with emphasis to the role of the School of Command and General Staff of the Army.

Keywords: National Defense. Post-graduation studies. Armed forces. Army (Brazil). ECEME (Brazilian Army Command and General Staff School).

Rafael Soares Pinheiro da Cunha

Exército Brasileiro, Military Sports Council.

Bruxelles, Belgique.

rafapinheiro@gmail.com

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon

Exército Brasileiro, Comando da 2^a Divisão de Exército.

São Paulo, SP, Brasil.

eduardomigon@gmail.com

Recebido em: 10 jan. 2017

Aprovado em: 28 jun. 2018

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução^{1 2}

O conceito de área de conhecimento, assim como qualquer taxonomia utilizada para sistematizá-lo, é imperfeito. No Brasil, o tema vem sendo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual consolida a pesquisa, editando a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC). A atualmente em vigor foi consolidada em 1984, mas apesar de um sólido esforço de revisão conduzido em 2005, tem-se que a proposta de atualização foi amplamente rejeitada pelo universo de pesquisadores, razão pela qual a intenção foi descontinuada. Não tendo sido possível uma revisão de maior dimensão, a TAC 1984 subsiste, sendo objeto de inserções e aperfeiçoamentos pontuais, a exemplo da inserção da “área: Carreira Militar”, na “grande área: Outros” (BRASIL, 1984). A versão não aprovada apresentava áreas novas, tais como: Sociologia da Defesa Nacional, Sociologia Militar, História das Estratégias Militares, História das Instituições Militares e História Militar (BRASIL, 2005).

O amadurecimento e a afirmação de uma área do conhecimento científico, para Domingos Neto *et al.* (2012), decorre em função de demandas e pressões dos profissionais, além de medidas governamentais. No País, entende que o estabelecimento da área de Defesa ocorre com ausência de um trabalho conjunto de profissionais para exercer tal pressão.

Complementarmente, Saint-Pierre *et al.* (2012) postula que a consignação do tema e da área é uma construção política. Entende que Defesa só tem sentido se vista a partir de uma perspectiva que vislumbre a posição dos países no mundo, compondo um mote de profunda relevância e que promove a análise de objeto em construção epistêmica.

Isto posto, para o estabelecimento de um conceito científico associado ao termo Defesa, é conveniente refletir acerca da diferença entre área científica e campo de estudos. Em síntese, por área científica tem-se o conjunto de pesquisadores que compartilham de perspectivas (ontologia), conteúdos (epistemologia) e métodos. Trata-se, portanto, de um conjunto homogêneo de conhecimento e teorias, aplicado a diferentes objetos. Por outro lado, e também em síntese, tem-se que campo de estudos é a denominação do polo oposto, isto é, o conjunto de pesquisadores que, possuindo perspectivas semelhantes ou distintas, bem como conteúdos e métodos, igualmente semelhantes ou distintos, dedicam-se a investigar um objeto comum de reflexão.

As percepções de tais conceitos nos estudos de Defesa não são homogêneas, de maneira que há pesquisadores que tendem a destacar a relevância da área, ao mesmo tempo em que tendem a negar sua científicidade, sugerindo tratar-se de um campo de estudos e não de área científica. Dentro do enfoque, Raza (2004), como palavras iniciais de sua publicação, postula que “há muita retórica nos estudos de defesa, muitas narrativas experienciais e pouco lastro conceitual”.

1 A presente comunicação de resultados é parte dos esforços dos autores no âmbito do projeto “Rede Nacional de Estudos Estratégicos” (Pró-Estratégia/CAPES). Também, para o segundo autor, é consequência de ações desenvolvidas no contexto dos projetos “A condução da política de defesa no Brasil e em perspectiva comparada” (Pró-Estratégia/CAPES) e “Pesquisa na Educação Superior Militar: das Políticas às Práticas” (CAPES/PNPDI).

2 Os conteúdos consolidados neste artigo foram inicialmente desenvolvidos em apoio à participação do segundo autor no Seminário “Ensino de Pós-graduação em Segurança & Defesa”, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e no grupo de trabalho “Defesa enquanto área do conhecimento”, organizado pelo Ministério da Defesa no ano seguinte.

Domingos Neto (2013) vem aclarar o que seriam os estudos de Defesa, posicionando-os como “investigações científicas que têm como objeto as forças armadas e as políticas de defesa”, explorando temas como guerra e paz, segurança internacional, indústria de defesa, políticas de desenvolvimento científico e tecnológico e formulações geopolíticas, além de demais questões de interesse.

As taxonomias propostas pelo CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) adotam, preponderantemente, a perspectiva de áreas científicas. Esta é razão pela qual a palavra ciência antecede a denominação dos Colégios de muitas grandes áreas e de algumas das áreas e, à guisa de pertinente exemplificação, a Grande Área das Ciências Humanas, na qual se insere a Área de Ciência Política e Relações Internacionais, do Colégio de Humanidades (BRASIL, 2016a).

Entretanto, este debate é antigo, não consensual e, praticamente, inesgotável. Ademais, tem-se que determinadas associações de classe são constituídas ao redor da unidade teórico conceitual, a exemplo da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), dentre outras. Diferentemente, há casos em que são constituídas em função da adesão ao mesmo objeto de estudo, a exemplo da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Todavia, é importante referir a absoluta preponderância das visões associadas às áreas científicas, em detrimento das minotárias abordagens de campos de estudo.

Em temática aderente, tem-se que o Ministério da Defesa (MD) já se posicionou acerca do assunto, destacando nos estudos de Defesa, as Ciências Militares, constituinte das três Forças Singulares, enquanto área científica, com autonomia ao pensamento militar em Defesa. Cabe destacar que a concepção em vigor é coerente com o cenário internacional, tal como o modelo da taxonomia adotada no meio castrense em Portugal (2009), onde há ciência militar, ciência militar naval e ciência militar aeronáutica.

Dentro desse escopo, observa-se, portanto, que tanto as Ciências Militares quanto os Estudos de Defesa têm configurado temática de relevância crescente na comunidade acadêmica nacional e internacional. Tal fenômeno vem fomentar este aumento de discussões acerca de suas formas de estudo, visões, abordagens científicas e epistemológicas, bem como a compreensão de aspectos referentes a seu caráter multidisciplinar.

Destarte, esta discussão propõe-se a lançar luzes acerca dos elementos associados à perspectiva de científicidade dos estudos das Ciências Militares nas Forças Armadas (FA) brasileiras, mais em particular no Exército Brasileiro (EB), e dos estudos de Defesa, como área do conhecimento científico. Para fazer face ao alvitrado, quanto aos procedimentos técnico-metodológicos, fez-se uso da pesquisa documental, a partir de fontes, prioritariamente, primárias.

2 Marcos conceituais

De acordo com o *Community Research and Development Information Service* – CORDIS (Serviço Comunitário de Informação para a Investigação e Desenvolvimento) da Comissão Europeia, as áreas científicas gerais englobam as Ciências da Saúde, Humanidades, Ciências Naturais, Ciências Físicas, Ciências Sociais, Ciências Educacionais e Ciências Tecnológicas, as quais apresentam várias subdivisões.

A taxonomia referente explicitamente à Ciência Militar integra-a na área científica geral das Ciências Sociais (em sentido lato), através da área científica específica de Ciências Políticas (em sentido restrito) e da subárea científica específica de Estudos de Políticas. Analogamente, Estudos sobre Defesa situam-se dentro do mesmo nível, inseridos na mesma subordinação estrutural (CORDIS, 2007).

Quadro 1 - Classificação das Áreas Científicas.

Nível	Áreas científicas	Código
1º	Ciências Sociais (Área científica geral)	05
2º	Ciências Políticas (Área científica específica)	05.11
3º	Estudo de Políticas (Subárea científica específica)	05.11.02
4º	Estudos sobre Defesa	05.11.02.01
	Políticas de Desenvolvimento	05.11.02.02
	Políticas da União Europeia	05.11.02.03
	Política Internacional	05.11.02.04
	Relações Internacionais	05.11.02.05
	Estudos Internacionais	05.11.02.06
	Ciência Militar	05.11.02.07
	Política dos Transporte	05.11.02.08
2º	Tecnologia	06.03
3º	Tecnologia Militar	06.03.25

Fonte: CORDIS (2007), adaptado pelos autores

Os termos Segurança e Defesa são costumeiramente confundidos no vocabulário nacional. Apesar das diferentes definições, interpretações e enfoques apresentados no meio acadêmico, a Política Nacional de Defesa – PND (BRASIL, 2012a) define Segurança como “a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais”, consistindo, portanto, como a sensação de liberdade do Estado, da sociedade ou dos indivíduos, afastados de riscos, pressões, ameaças e necessidades extremas. Por sua vez, estabelece que “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”, que já transcende para uma ação efetiva, a fim de obter-se ou manter um determinado grau de segurança.

Dentro desta linha, outra perspectiva de inserção em áreas e subáreas é a proposta apresentada pelo MD à CAPES e ao CNPq. Trata-se, possivelmente, de abordagem onde prevaleceu visão organizacional, em detrimento de uma maior reflexão epistemológica, pelo que, apesar de constante do Plano Nacional da Pós-graduação (PNPG) 2011-2020, conforme detalhado no quadro abaixo, obteve pouca, ou nenhuma, aceitação junto à comunidade científica.

Quadro 2 - Composição da Área de Defesa e Segurança Nacionais.

Área	Subáreas
Defesa e Segurança Nacionais	Políticas e Estratégias de Defesa Nacional
	Tecnologias de Defesa
	Ciências Militares Conjuntas
	Ciências Militares Navais
	Ciências Militares Terrestres
	Ciências Militares Aeroespaciais
	Segurança Pública

Fonte: CAPES (BRASIL, 2010c, p. 336), adaptado pelos autores

3 Ciências Militares – marcos teóricos iniciais

Os estudos da guerra, da história militar e, consequentemente, das Ciências Militares não datam deste século. Como exemplo, contemporaneamente, Strachan (1983, p. 6 apud SMITH, 2004, p. 56) assinala que na Alemanha do século XVIII, dezesseis novas revistas relacionadas às Ciências Militares surgiram entre 1766 e 1790.

No século XIX, outros compêndios que passaram a ser difundidos foram os dicionários militares, como o de Fernández Mancheño, que data de 1822, constituindo uma fonte de consulta portátil ou compilação alfabética de todos termos próprios das ciências militares, explicando o trabalho dos militares e as suas obrigações e das diferentes espécies de tropas, diferentes tipos de armas antigas e modernas, além das máquinas de guerra da época (JOVER, 2008).

Entretanto, o primeiro *Diccionario de Ciencias Militares*, especificamente, foi publicado em 1895, por Don Mariano Rubió y Bellvé, em Barcelona, sendo composto de três volumes de 986, 1015 e 963 páginas, respectivamente. Inclui itens relativos à história, biografia e bibliografia militar, formação militar, táticas especiais, criação e organização dos exércitos, administração, saúde, saúde militar, lei, justiça militar, virtudes militares, armas ofensivas (portáteis, artilharia, pólvoras, explosivos etc.), armas de defesa, topografia, geografia militar, geologia, fortificação, minas, campanha de vários estudos, meios de comunicação e transporte, marinha militar, mobilização de exércitos, concentração, estratégia, tática geral, as leis e os costumes da guerra. Naquele documento, as Ciências Militares eram definidas como

[...] todas as disciplinas cujo conhecimento interesse de modo directo à conduta da Guerra. A Ciência Militar analisa, examina, compara e deduz, enquanto a Arte Militar executa [...] sendo a Sociologia o domínio dos conhecimentos relativos à existência das sociedades humanas, as Ciências Militares são parte integrante da Sociologia” (BELLVÉ, 1895).

Raleiras (2012, p. 190) infere que da definição apresentada já se poderia concluir que Ciência e Arte Militar já eram consideradas aspectos indissociáveis na conduta da Guerra.

Ademais, Mello (1849, p. 9 apud RALEIRAS, 2012, p. 190) destacava que “De todas as artes e sciencias que se conhecem, é, sem dúvida, a mais antiga a arte da guerra. [...] As sciencias militares, e as que lhe são accessorias, teem presentemente um desenvolvimento espantoso”.

4 Ciências Militares – marcos teóricos recentes

Bogdanov (2004, p. 182) situa a guerra como um dos mais complexos fenômenos da vida humana, enquanto que os objetivos da guerra e de sua arte “[...] constituem a base teórica das ciências militares”.

Adicionalmente, apresenta-se o pensamento de Domingos Neto (2006, p. 144) que, dentro de uma perspectiva nacional, coloca que “[...] essa nova área do conhecimento compreenderia as seguintes subáreas: Pensamento Estratégico, Políticas de Defesa e Segurança, Estudos Militares e Instituições de Defesa”.

Saint-Pierre (2012, p. 159) postula que “hay un medio campo en el cual académicos y militares se encuentran para reflexionar y discutir sobre la guerra, la estrategia y la defensa enriqueciendo la reflexión pragmática del militar y aguzando el pensamiento epistémico del académico”.

Percebe-se, portanto, de maneira conclusiva, que a teoria clausewitziana deve ser considerada uma teoria científica, por atender às exigências rigorosas da epistemologia contemporânea (DINIZ, 2010, p. 82). Ademais, atendendo aos vários conceitos analisados e endossado por Raleiras (2012, p. 192) infere-se que as Ciências Militares são um corpo organizado e sistematizado de conhecimentos, além de possuírem princípios, métodos, técnicas e tecnologias próprios, cuja finalidade é o emprego da força armada. Adiciona afirmando que os conhecimentos dão corpo à doutrina de emprego das forças, onde avultam os princípios da guerra e das operações militares. A metodologia que é realizada para a abordagem e solução de problemas é específica e traduz-se no processo decisório militar (exame de situação) ao nível tático e na arte operacional ao nível operativo da guerra. A finalidade é única e relaciona-se com a organização, o preparo e o emprego das FA para a condução da guerra e alcance da paz. Deduz-se, outrossim, que “as Ciências Militares são um domínio científico autônomo caracterizado por um sistema de conhecimentos relativos ao estudo do fenômeno bélico, à aplicação da coação militar e ao emprego da força armada”.

5 Ciências Militares e correlatas nas Forças Armadas Brasileiras

O atual sistema de ensino superior brasileiro conta com cerca de duas décadas, cuja concepção vigente encontra-se disciplinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996).

No escopo das Ciências Militares, é fundamental ressaltar o seu Art. 83, que dispõe sobre o ensino militar, classificando-o como “regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. É, portanto, autônomo, reproduzindo tradição de mais de duzentos anos do País, ao repetir, também, o conteúdo da primeira LDB – Lei 4.024/61 (BRASIL, 1961), em que dispunha no parágrafo único do Art. 6: “o ensino militar será regulado por lei especial”.

O EB foi a primeira das FA a expedir legislação de própria. É, portanto, também relevante observar-se a Lei Nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999 (BRASIL, 1999a), conhecida como Lei do Ensino no Exército (LEEx), de onde se extrai que “os cursos realizados em estabelecimentos de ensino militar por detentores de cargos de nível superior, constituem, para efeito universitário, cursos de pós-graduação, desde que atendida a legislação pertinente”, bem como que “os cursos de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras são de grau universitário, conferindo-se aos seus diplomados a graduação de Bacharel em Ciências Militares”.

Com apoio do Decreto Nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 (BRASIL, 1999b), que Regulamenta a LEEx, verifica-se o estabelecimento de mestrados e doutorados, como se depreende de seu Art 15, com a redação: “A pós-graduação, complementando a graduação e a formação universitária, possui programas de mestrado e de doutorado e currículos dos cursos de aperfeiçoamento, de especialização e outros”. Assim, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) passou a ter os esforços canalizados, no âmbito das Ciências Militares e da Política, Estratégia e Alta Administração Militar, aos cursos de doutorado e mestrado em Ciências Militares. À Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) couberam os aprofundamentos profissionais níveis *lato* e *stricto sensu* em Operações Militares.

Ademais, o marco basilar para as Ciências Militares é datado em 22 de março de 2002 (BRASIL, 2002), quando o Ministro de Estado da Educação homologou, no Diário Oficial da União, o Parecer nº 1.295/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001), que estabelecia as normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país.

Na Marinha do Brasil, o marco regulatório é a Lei Nº 11.279, de 09 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino naquela Força (BRASIL, 2006). A partir desta, foram definidos os estabelecimentos de ensino responsáveis pelos cursos de educação superior em Ciências Navais: a Escola Naval, para a graduação e a Escola de Guerra Naval (EGN), na pós-graduação. Complementarmente, o Decreto Nº 6.883, de 25 de junho de 2009, que regulamenta a Lei de ensino na Marinha, fixa que, no nível *stricto sensu*, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) confere o título de mestrado em Ciências Navais; e o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) o de doutorado (BRASIL, 2009a). Adicionalmente, ligado ao Centro de Estudos Político-Estratégicos da EGN há o Mestrado Profissional em Estudos Marítimos, recomendado pela CAPES. Este apresenta como área de concentração a Segurança, Defesa e Estratégia Marítima e dispõe, como de linhas de pesquisa, a Política e Estratégia Marítima; Regulação do uso do mar e Cenarização; e Ciência, Tecnologia, Inovação e Poder Marítimo.

Por sua vez, a Força Aérea Brasileira, por meio da Lei Nº 12.464, de 12 de agosto de 2011, que dispõe sobre o seu ensino, confere aos cursos de formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Academia da Força Aérea o bacharelado em Ciências Aeronáuticas, Ciências da Logística e Ciências Militares, respectivamente, além da graduação em administração. O ROCA 21-6, Regulamento da Universidade da Força Aérea (UNIFA), aprovado pela Portaria nº 335/GC3, de 27 de abril de 2009, do Comandante da Aeronáutica, estabelece que compete à UNIFA “desenvolver Programas de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais e em outras áreas de interesse do COMAER, compreendendo mestrado e doutorado” (BRASIL, 2009b). Esta, além dos cursos militares, conduz o Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais, cuja área de concentração é Poder Aeroespacial e Pensamento Político Estratégico Contemporâneo e que apresenta

como linhas de pesquisa o Poder Aeroespacial Brasileiro, Segurança e Defesa; e a Relação entre Estados, Pensamento Estratégico Contemporâneo e Poder Aeroespacial.

6 Ciências Militares – Programa de Pós-graduação da ECEME

A ECEME, estabelecimento de ensino de mais alto nível do EB e que tem a missão de preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, Comando, Chefia, Direção e de Assessoramento aos mais elevados escalões da Força Terrestre, coopera com os órgãos de Direção Geral e Setorial no desenvolvimento da Doutrina Militar para o preparo e o emprego da Força Terrestre.

Fixados os marcos legais nacionais e no EB, iniciou-se a adaptação da estrutura organizacional e, em seguida, o funcionamento dos cursos regulares. Por diretriz do Estado-Maior do Exército (EME) criou-se, em 2000, o Centro de Estudos Estratégicos da ECEME. Nunes (2012) recorda que o Programa de Pós-graduação (PPG) da ECEME foi estabelecido no ano de 2001, sob a responsabilidade da recém organizada Seção de Pós-graduação (SPG), sendo a primeira especialização em Ciências Militares. Naquele momento foi iniciado o curso de Mestrado, tornado efetivo em 2003, ao qual se juntou, a partir de 2005, o curso de Doutorado em Ciências Militares. À época, o PPG tinha total identidade com o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), que é decorrente de concurso interno no EB, absorvendo cerca de 20% de cada turma de oficiais diplomados em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Seus créditos acadêmicos eram equivalentes aos oferecidos ao CCEM e a diferença de titulação estaria associada à profundidade da pesquisa do postulante e à apresentação de tese, em três anos ou dissertação, em dois.

Em 2005, a CAPES, em parceria com o MD, deu início ao Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa). Em parceria com a Universidade Federal Fluminense, a ECEME desenvolveu a iniciativa “Rede Brasil Defesa”, no âmbito do qual foram disponibilizadas vagas para a capacitação de instrutores junto ao PPG em Ciência Política daquela universidade. Em 2008, a iniciativa da CAPES-MD foi reeditada, momento em que se constituiu associação entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a ECEME, a qual logrou aprovar o projeto “Gestão Estratégica de Defesa”, contribuindo para a titulação de instrutores da Escola no âmbito do PPG em Administração.

Observa-se que, em pouco mais de uma década, foram estabelecidas as bases legais e as estruturas organizacionais que levaram à reformulação da pesquisa e da pós-graduação na ECEME. Foi concebido e implantado um modelo baseado na pesquisa científica, tendo por escopo principal o estudo das Ciências Militares e da Política, Estratégia e Administração Militares. Sob tal enfoque, buscou-se atender tanto à finalidade de produção de pesquisas e ampliar o conhecimento disponível no EB, quanto de apoiar uma mais abrangente e consistente formação do Oficial de Estado-Maior e do Assessor de Alto Nível (MIGON, 2015).

E sob tal espírito que foi criado o Instituto Meira Mattos (IMM), por meio da Portaria nº 724, de 6 de setembro de 2012, do Comandante do Exército (BRASIL, 2012). Sua denominação é homenagem e referência que reconhecem a importância e a contribuição do passado, mas que definem uma estrutura organizacional e concepção funcional como resposta aos desafios atuais e futuros.

Os esforços de concretização do IMM remontam ao ano de 2011, oportunidade em que houve a reorganização da Seção de Estratégia e Administração, da Seção de Pós-graduação e do

Centro de Estudos Estratégicos. Destina-se, outrossim, a coordenar, orientar, desenvolver e disseminar a pesquisa científica, a pós-graduação e os estudos em Ciências Militares e Segurança & Defesa; criar oportunidades de pós-graduação para militares e civis nessas áreas; contribuir para o aprimoramento dos cursos regulares da Escola; colaborar no desenvolvimento da capacitação dos docentes de pós-graduação do EB e promover o intercâmbio acadêmico com instituições do ensino superior (IES) civil e militar. Além disso, orienta e supervisiona a publicação da revista científica – Coleção Meira Mattos – revista das ciências Militares.

Consequentemente, o IMM foi fundamental na criação de uma nova estrutura subordinada à ECEME que, ao mesmo tempo, permitiu todo o suporte necessário às atividades acadêmicas, bem como encarregou-se das diretrizes e coordenação das ações ligadas ao ensino, docência, pesquisa, produção, divulgação, catalogação, acervo bibliográfico, eventos acadêmicos, intercâmbios e parcerias. Aproxima, portanto, a ECEME de sua visão de futuro e contribui, também, para a deseável sinergia com o meio acadêmico civil, abordada no Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN (BRASIL, 2012b), no que diz respeito ao Sistema de Educação e Cultura, uma vez que permite à Escola contar com o segmento civil em seus corpos docente e discente, bem como aperfeiçoa seus programas de pesquisa e pós-graduação.

Dentro do contexto do Sistema Nacional de Educação Superior, em especial o da pós-graduação *stricto sensu*, o alinhamento do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) da ECEME vai ao encontro do que prescreve o PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010c), tanto na área de conhecimento, como na subárea e linhas de pesquisas propostas no referido Plano para a Defesa e Segurança Nacionais.

Inserido na Área de Defesa Nacional, duas linhas de pesquisa estruturam o PPGCM, a saber: Gestão da Defesa, que investiga o conjunto de atividades administrativas relacionadas com o poder militar, visando ao planejamento, à organização, à coordenação e ao controle do pessoal dos recursos e das instalações das Forças Armadas; e Estudos da Paz e da Guerra, que inquiri o fenômeno da guerra, da paz e da conflitualidade.

Quadro 3 - Área de Concentração e Linhas de Pesquisa do PPGCM.

Área	Linhas de Pesquisa	Assuntos prioritários
Defesa Nacional	Gestão de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão em Ambientes Militares (gestão das Organizações Militares, de Recursos Humanos, de Instalações, de Saúde, do Ensino, etc.) 2. Gestão Pública (gestão orçamentária e financeira, patrimonial, etc). 3. Liderança Estratégica e Militar 4. Gestão de Processos 5. Gestão de Projetos 6. Economia de Defesa 7. Indústria de Defesa 8. Logística de Defesa 9. Mobilização Militar 10. Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa 11. Técnicas e Métodos de Pesquisa

continua

Quadro 3 - Continuação

Área	Linhas de Pesquisa	Assuntos prioritários
Defesa Nacional	Estudos da Paz e da Guerra	<ol style="list-style-type: none"> 1. Teoria da Guerra e Epistemologia das Ciências Militares 2. Política e Estratégia de Defesa 3. Política e Estratégia Militar 4. Segurança e Defesa 5. Geopolítica 6. Estudos Prospectivos 7. Relações Internacionais 8. História Organizacional e Militar 9. Doutrina (Doutrina Comparada, Eficiência & Efetividade, Preparo & Emprego, Funções de Combate & Sistemas Operacionais, etc.) 10. Operações Militares (Combinadas, Conjuntas, de Pacificação, de Paz, de GLO, etc.)

Fonte: Brasil (2016b).

7 Ciências Militares – novos marcos institucionais no EB

Nos últimos cinco anos a evolução conceitual foi acelerada, tendo sido estabelecidos novos marcos institucionais. Ao final de 2010, iniciou-se o Processo de Transformação do Exército, o qual tem como um de seus pilares estruturantes o vetor Educação e Cultura, a partir do qual se pretende implantar e fortalecer a capacidade de inovação, requisito crítico para o desempenho militar no século XXI (BRASIL, 2010a).

No mesmo ano, o Comandante do Exército estabeleceu suas diretrizes para o período 2011-2014 (BRASIL, 2010b). No que de interesse do sistema de Educação e Cultura destaca-se a determinação, dentre outras, de “incentivar o estudo de estratégia, história militar, liderança, gestão, direito internacional humanitário, relações internacionais, e das tendências da guerra” e de “criar cursos para civis (potenciais formadores de opinião) na ECEME”. Especificamente, quanto à pós-graduação, tem-se a determinação de “buscar o alinhamento entre as pesquisas e o desenvolvimento doutrinário” e de “ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico civil, nas áreas da pesquisa científica, educação e cultura, para aprimorar o nosso capital intelectual e assegurar maior difusão dos valores e competência do EB na área educacional”.

Papel relevante no processo de resposta aos novos desafios é o desempenhado pela Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército (CADESM), que assessora o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) na “formulação de políticas que deem suporte à autonomia do ensino superior militar”, bem como orienta, supervisiona e proporciona as condições normativas para o funcionamento da pós-graduação e da pesquisa científica (BRASIL, 2011b).

O Sistema de Educação Superior Militar no Exército (SESME) conduzido no âmbito do DECEEx fundamenta-se na LEEEx e no Decreto que a regulamenta, pelos quais os créditos das disciplinas dos cursos regulares da carreira (cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de altos estudos militares) são aproveitados pelos programas de pós-graduação, permitindo a equivalência de estudos.

Assim sendo, os cursos de especialização conferem os graus de pós-graduação *lato sensu* de especialização em Ciências Militares, cuja equivalência a demais cursos, definida na Resolução nº 001/2001, ficou ratificado pela Portaria Normativa Interministerial Nº 18, de 13 de novembro de 2008 (BRASIL, 2008). O curso de aperfeiçoamento da EsAO pode conferir os graus de especialista ou de mestre profissional em Operações Militares e o Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM), composto pelos cursos de Comando e Estado-Maior (CCEM), Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos (CCEM/Med), Comando e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas (CCEM/ONA) e Direção para Engenheiros Militares (CDEM), podem conferir os graus de especialista, de mestre acadêmico ou o título de doutor em Ciências Militares.

Adicionalmente, o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPE-AEx), que tem a finalidade de ampliar os conhecimentos para os oficiais já possuidores dos CAEM e de habilitar oficiais não possuidores, titula os discentes com especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército ou com o pós-doutorado em Defesa Nacional, para os oficiais que já possuam o título de doutor. Por sua vez, mais recentemente, foi estabelecido o Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre oficiais superiores do EB e de nações amigas, bem como conhecer os aspectos mais relevantes do País nos campos político, militar, social, econômico e científico-tecnológico, sendo equivalente à pós-graduação *lato sensu* em Estudos Estratégicos.

Dentro desse escopo, atendendo à concepção de transformação e à diretriz do Comandante estão sendo cumpridos os objetivos estabelecidos e as metas no âmbito do planejamento estratégico do Exército, dentre os quais se destaca:

- Implantar um novo e efetivo Sistema de Educação e Cultura: Permanente atualização do Sistema de Educação e Cultura; Educação voltada para a Era do Conhecimento; e Adequação da infraestrutura de Educação e Cultura.
- Ampliar a integração do Exército à sociedade: maior integração com o meio acadêmico; e realização de convênios e parcerias.
- Desenvolver as competências essenciais do profissional militar: Desenvolvimento de competências básicas, como habilidades interpessoais, de reflexão, de análise crítica e do pensamento crítico, bem como outras competências necessárias ao profissional militar;
- Contribuir para o desenvolvimento nas áreas de Doutrina e Pessoal: Incrementar a produção de pesquisas científicas aplicáveis ao Exército (BRASIL, 2010b).

8 Ciências militares – avanços acadêmicos

Para fazer face às demandas superiores, a ECEME atualizou seu próprio planejamento estratégico, de onde se extrai a intenção de “ser reconhecida, até 2020, nacional e internacionalmente, no campo das ciências militares, como um centro de excelência nas áreas de ensino, pesquisa e doutrina”, sendo alguns dos objetivos estratégicos organizacionais os de “manter o Ensino da ECEME em constante evolução, contribuindo para a implementação de um novo e efetivo Siste-

ma de Educação Superior Militar” e de “aperfeiçoar a produção e a divulgação de conhecimento na área das Ciências Militares, contribuindo para a integração do Exército com a sociedade”.

Santos (2015) recorda que o PPGCM tem caráter interdisciplinar, priorizando o estudo das Ciências Militares e sua interlocução com as demais áreas do conhecimento, em especial junto às Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Fruto do amadurecimento e melhor estruturação do PPG, a ECEME teve seu curso *stricto sensu* de Mestrado Acadêmico em Ciências Militares recomendado pela CAPES, em 23 novembro de 2012, e reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria Ministerial Nº1.009, de 10 outubro de 2013, alcançando a nota três. Passou, então, a configurar como o único curso acadêmico com dupla certificação, sendo reconhecido no sistema de ensino militar (SESME) e no sistema de ensino nacional (CAPES), contando, irrestritamente, com discentes militares e civis, estes, que na primeira turma, em 2014, eram quatro.

O robustecimento do PPGCM e da científicidade das Ciências Militares têm sido fortalecidos pelo estabelecimento de convênios de pesquisa com outras instituições de ensino superior, com base no Programa Pró-Defesa (parceria da CAPES com o MD) e no Programa Pró-Estratégia (parceria da CAPES com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República). Neste aspecto, docentes do PPGCM integram equipes de pesquisa no âmbito de cooperações estabelecidas com a Universidade de São Paulo (USP) e com o programa interinstitucional das Universidades paulistas – Programa San Tiago Dantas, parceria da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), ambos ao abrigo do programa Pró-Defesa. Ao mesmo tempo, seguem em andamento cooperações de pesquisa estabelecidas, vinculadas ao programa Pró-Estratégia, com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE/FGV), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), UNIFA e com o próprio programa San Tiago Dantas.

Em 2013, à cabeceira de novo processo, a ECEME passou a participar do Plano Nacional de Pós-doutorado (PNPD), lançando edital para seleção de candidato para nova vaga disponibilizada para estágio pós-doutoral em Ciências Militares. O pesquisador selecionado recebeu uma bolsa da CAPES para conduzir pesquisa teórica e empírica de forma integrada com um dos docentes/pesquisadores do corpo permanente do PPGCM.

Em que pese o esforço das Ciências Militares na ECEME, na área de pós-graduação, concentrar-se, no momento, nos ajustes necessários para o atendimento às exigências e aos requisitos estabelecidos pela CAPES, para que o curso de mestrado acadêmico esteja perfeitamente alinhado com as diretrizes do MEC e alcance o prestígio desejado no cenário acadêmico nacional, em agosto de 2015, o Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (DPPG) buscou alçar voo mais alto. Com a expertise adquirida com o referido curso e fruto do momento de vanguarda acadêmica e de capacitação profissional, houve a apresentação de proposta de curso novo (APCN), em funcionamento, para avaliação na da CAPES – o doutorado em Ciências Militares. Após diligência de visita da Área de Avaliação de Ciências Políticas e Relações Internacionais, ocorrida na ECEME, em 15 de março de 2016, por ocasião da 164ª Reunião do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, realizada no período de 30 de maio a 3 de junho do mesmo ano, o curso foi recomendado ao reconhecimento do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2016a), registrando-se como data de início de funcionamento o dia 6 de junho de 2016 e a subse-

quente possibilidade de oferecimento universal à sociedade, reforçando a área de concentração de Defesa Nacional.

9 Inserção científica dos Estudos de Defesa

Nunes (2012) afirma que o cenário de mudanças no panorama mundial no pós-Guerra Fria teria sido potencializado, no Brasil, pelas iniciativas resultantes da primeira edição da Política de Defesa Nacional – PDN (BRASIL, 1996) e da criação do MD, em 1999. Agrega, ainda, que a agenda nacional tem incorporado a temática da segurança e da defesa, ampliando o envolvimento da sociedade, com crescente relevância.

Raza (2004) evidencia os dois fatores que dão especificidade à ciência de Defesa, de maneira a distingui-la de outras disciplinas. Estes seriam a natureza do objeto de seu estudo (a Defesa) e seu sistema conceitual próprio associado a um conjunto de normas e práticas que asseguram os requisitos de causalidade, empirismo e sistematicidade. Trata-se de construção teórica relevante, da qual, todavia, se diverge, na medida em que os Estudos de Defesa aparentemente consolidam muito mais uma comunidade reunida por interessados no mesmo objeto de estudos, utilizando diferentes perspectivas científicas, do que uma unidade de perspectiva incidindo sobre objetos distintos de reflexão.

Apresenta-se outra abordagem relacionada à ontologia do termo Defesa, como uma taxionomia (classificação científica) de termos e conteúdos inerentes às Ciências Militares. Ademais, outro enfoque para epistemologia do mesmo termo, seria o de um estudo extremamente complexo, onde se procura obter conhecimentos da ciência além da sua aplicabilidade prática. Levantam-se os seus fundamentos filosóficos, suas bases históricas, sua evolução no tempo e no espaço, procurando posicionar o profissional que emprega o conteúdo, no contexto do mundo contemporâneo.

Como contribuição, apresenta-se uma adaptação de Teoria da Contabilidade (SÁ, 2010), relativa aos requisitos lógicos que possibilitam que a Defesa seja compreendida como uma ciência.

Quadro 4 - Requisitos científicos cumpridos pelos Estudos de Defesa.

Requisitos lógicos necessários a uma Ciência	Requisitos cumpridos pelos Estudos de Defesa
Possuir um OBJETO ou matéria específica de estudos	A utilização do campo do Poder Militar na manutenção da integridade do território nacional, no apoio às ações governamentais e na manutenção da lei e da ordem nos diversos ambientes operacionais é o objeto de estudos específico.
Analizar o objeto sob um aspecto peculiar	Análise do Campo do Poder Militar sob o aspecto de operações militares estratégicas ou táticas.
Possuir MÉTODOS básicos de estudo do objeto	Exame de Situação do comandante tático é um dos métodos básicos de estudo do objeto.
Levantar hipóteses válidas	Hipóteses sobre os Princípios da Guerra, como a economia de meios, emprego da massa, etc, por exemplo, são frequentes.
Estudar os fenômenos com rigor ANALÍTICO	Análise das linhas de ação opostas é exemplo de estudo de fenômeno com rigor analítico.

continua

Quadro 4 - Continuação

Requisitos lógicos necessários a uma Ciência	Requisitos cumpridos pelos Estudos de Defesa
Enunciar VERDADES de valor universal	Exemplo: na defesa de regiões passivas, poderão ser economizados meios para emprego em frentes mais significativas.
Permitir PREVISÕES	As Ordens de Operações, que são definidas após o Estudo de Situação do Comandante, permitem a previsão do desenrolar da operação militar.
Acolher CORRENTES DOUTRINÁRIAS	Particularmente neste aspecto, o estudo da Defesa não admite o acolhimento de correntes doutrinárias. A doutrina é adotada após estudos e aplicada numa única versão, que poderá evoluir como resultado de novos estudos e lições aprendidas,
Possuir TEORIAS PRÓPRIAS	Os Princípios da Guerra são exemplo de teorias próprias da Defesa
Basear-se em conhecimentos de natureza TRADICIONAL conquistados	Milenar é a acumulação do conhecimento em Defesa.
Prestar utilidade	Soberania Nacional

Fonte: Sá (2010), adaptado pelos autores.

Portanto, as definições da epistemologia e da ontologia do termo Defesa, além do seu objeto, pelas suas complexidades, necessitam de um profundo estudo em equipe multidisciplinar, composta por militares das três forças, pedagogos, filósofos, psicólogos, entre outros especialistas.

Entende-se que a pesquisa em Defesa tenha por objetivos contribuir para o avanço do conhecimento na própria área; permitir a produção científica em Defesa em níveis compatíveis com as exigências para a criação de uma área do conhecimento; formar massa crítica em pesquisadores, reconhecidos nacional e internacionalmente em Defesa; e aumentar o intercâmbio das IES e centros de pesquisas militares e civis.

No que tange à aproximação entre os ensinos de Defesa e o Militar, tem-se que este é autônomo e independente, regulado por lei própria. Os cursos regulares das três forças singulares, nos níveis formação, aperfeiçoamento e altos estudos, devem ser conduzidos de maneira diferenciada do sistema nacional de ensino, o que permite que os focados na capacitação para o desempenho funcional na carreira não sejam submetidos à avaliação do sistema MEC/CAPES.

Independente da opção de inserção, entende-se que ensino Militar, diferentemente, é contexto específico, de fato e de direito. A científicidade das Ciências Militares é um indicativo da especificidade, assim como a estrutura e sistema de ensino das Forças Armadas também corroboram a perspectiva. Com igual sentido, os marcos legais vigentes reforçam a assertiva, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 83) e da Lei de Ensino do Exército, dentre outros.

Entende-se, assim, que as definições de ensino de Defesa e Militar podem ter conceituações distintas e complementares. O primeiro parece ter por objetivo a formação de massa crítica de mestres e doutores, em âmbito nacional, para a docência e a pesquisa, particularmente visando ao avanço do conhecimento em Defesa. Ao passo que o Militar tem por foco a qualificação do profissional militar que ocupará cargos e desempenhará funções estritamente ligadas ao emprego das Forças Armadas.

Complementarmente, Nunes (2012) comenta que o meio acadêmico tem ocupado espaço importante nessa agenda e que a inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas,

pelo Conselho Nacional de Educação, bem como a inserção, no PNPG 2011-2020, de uma área de Defesa e Segurança Nacionais, com a previsão de recursos de fomento e de bolsas dentro e fora do País, seriam marcos de um novo contexto para os estudos de segurança e defesa no Brasil. Como potencial teórico do modelo de Estudos de Defesa, em perspectiva, desse modelo acadêmico integrado, entre as Ciências Militares, Defesa e afins, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 5 - Potencial teórico do modelo de Estudos de Defesa.

Programa de Pós-graduação	IES	Áreas de Concentração
Ciências Aeroespaciais (PPGCA)	UNIFA	Ciências Aeroespaciais e Pensamento político-estratégico
Ciências Militares (PPGCM)	ECEME	Defesa Nacional
Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI)	UFRGS	Segurança, Integração e Desenvolvimento
Estudos Marítimos (PPGEM)	EGN	Segurança, Defesa e Estratégia Marítima
Estudos Estratégicos, da Defesa e da Segurança (PPGEST)	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Defesa nacional e poder político Teoria e análise de relações internacionais e segurança internacional
San Tiago Dantas (PPG-STD)	UNESP	Paz, Defesa e Segurança Internacional

Fonte: os autores

10 Considerações finais

Retoma-se a pauta deste trabalho, com a proposta de discutir sobre elementos associados à perspectiva de científicidade dos estudos das Ciências Militares nas FA brasileiras, com aprofundamento no EB, e dos estudos de Defesa, como área do conhecimento científico.

Verifica-se que o ensino e a pesquisa no âmbito da ECEME, em especial no que concerne às Ciências Militares, vêm sofrendo intenso processo de transformação. Sob novos marcos normativos, assim como atendendo à visão e aos objetivos estratégicos dos órgãos superiores e da própria Escola, foi concebida e organizada uma nova estrutura organizacional, a partir da qual se ampliou a oferta de disciplinas, bem como o rigor e a qualidade da produção científica.

O DECEEx, por meio dos projetos Pesquisa em Ciências Militares e Consolidação da Pesquisa e do Desenvolvimento em Ciências Militares, capitaneados pela Fundação Trompowsky, viabilizou a ampliação da inserção das Ciências Militares junto aos segmentos acadêmicos nacional e internacional. As inovações em andamento têm potencial de transbordamento para todo o EB, exércitos de nações amigas, MD e para a sociedade em geral. A médio e longo prazo, inclusive, como consequência da formação de civis, estimam-se reflexos no âmbito da Administração Federal (MD, Secretaria de Assuntos Estratégicos etc.) e nas empresas da Base Industrial de Defesa. Em função da capilaridade das ações de ensino e pesquisa do PPGCM e demais Programas são visualizados reflexos junto a amplo segmento acadêmico, civil e militar: CNPq, CAPES e todas as instituições que interagem com a agenda de ensino e pesquisa em Defesa.

Ademais, alcançou-se a compreensão de que a existência de uma abordagem científica própria pelas Ciências Militares não nega a existência de uma comunidade epistêmica aglutinada em função do objeto de estudos, isto é, a Defesa. Certos pesquisadores, como comentado, ainda percebem a Defesa como dependente de um brevíário teórico multidisciplinar para efetivar sua expressão ou então ainda a observam com complexidade, no tocante à conceituação de seu objeto de estudo e à identificação da especificidade da delimitação de seu campo de ação.

Entende-se que os Estudos de Defesa ainda apresentam carências estruturais, ausentes em ciências em processo de consolidação. Por conseguinte, há espaço para debate de questões, que se tornam mais compreensíveis em conjunto a outras disciplinas, sendo, destarte, mais que uma ciência, mas a expressão de um conjunto de demandas que envolvem a própria terminologia.

Todavia, para maior clareza, destaca-se o entendimento de que, no âmbito da CAPES, isto é, do ensino de pós-graduação nível *stricto sensu*, os esforços devem ser no sentido de fortalecer a inserção de ambas as perspectivas – a área científica de estudo das Ciências Militares e a inserção do campo de estudos de Estudos de Defesa –, assegurando legitimidade e fortalecendo os esforços já em andamento nos sistemas de ensino das Forças Singulares. Enquanto que, no âmbito do CNPq, onde se sistematizam as pesquisas – objeto de estudos – em andamento, há maior possibilidade da inserção do tópico Defesa, ou Estudos de Defesa.

Em ambos os contextos, cabe também destacar que, em consequência das perspectivas (ontologia) e conteúdos (epistemologia), convém diferenciar a inserção, quer na CAPES quer no CNPq, das propostas vinculadas à Defesa, em termos substantivos, em relação àquelas vinculadas à Defesa, em termos adjetivos. A conveniência em se diferenciar a Defesa em um núcleo central – estudo da guerra e dos conflitos – e núcleos complementares não denota maior ou menor relevância a quaisquer dos núcleos, mas sim a diferenciação de perspectivas e conteúdos. O tema foi amplamente debatido pelo MD e Forças Singulares junto à CAPES e à Comissão da Agenda Nacional de Pesquisa, ao longo de 2014.

Finalmente, somente a partir da publicidade da temática, da ampliação dos efetivos de estudiosos especializados e de reflexões é que se percebe, em que pese o longo caminho a ser percorrido, que os alcances referentes à científicidade, bem como da fixação da área do conhecimento, poderão avançar deste constructo, ultrapassando peculiaridades taxonômicas, ampliando as fundamentações epistemológicas e alcançando-se a construção do amadurecimento científico sinérgico, em amplo espectro.

Referências

BELLVÉ, Mariano Rubió. **Diccionario de ciencias militares**. Barcelona: Revista científico-militar y Biblioteca Militar, 1895.

BOGDANOVE, S. A. Military Science, its structure and content as the present stage in the development of military thought. **Military Thought**, v. 13, n. 2, p. 135-150, 2004.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela de áreas do conhecimento**. Brasília, DF, 1984. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999**. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF, 8 fev. 1999a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9786.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. **Decreto nº 3.182**, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF, 1999b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3182.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 1.295/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**. Brasília, DF, 6 nov. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1295_01.pdf. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Despachos do Ministro. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 58, p. 12, 26 mar. 2002.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Nova tabela das áreas do conhecimento**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.ppg.uema.br/uploads/files/cee-areas_do_conhecimento.pdf. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. **Lei nº 11.279**, de 9 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre o ensino na Marinha. **Lex**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Portaria Interministerial nº 18, 13 de novembro de 2008. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação lato sensu. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 222, n. 44, 14 nov. 2008.

_____. **Decreto nº 6.883**, de 25 de junho de 2009. Regulamenta a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6883.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. ROCA 21-6 – Regulamento da Universidade da Força Aérea (UNIFA), aprovado pela Portaria nº 335/GC3, de 27 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 15, 28 abr. 2009b.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **O processo de transformação do Exército**. Brasília, DF: EME, 2010a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014**. Brasília, DF: MD, 2010b.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**: documentos setoriais. Brasília, DF: Capes, 2010c. 2 v.

_____. **Lei nº 12.464**, de 12 de agosto de 2011. Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei no 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12464.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Portaria nº 389/DECEx, de 4 de julho de 2011**. Cria a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército (CADESM). Rio de Janeiro, RJ, 2011b. Disponível em: http://www.decex.eb.mil.br/port/_leg_ensino/2_educacao_eb-decex/35_port_389_CmtEB_04Jul2011_CriaCADESM.pdf. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2012b.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 724, de 6 de setembro de 2012**. Cria o Instituto Meira Mattos, extingue o Centro de Estudos Estratégicos e altera dispositivos do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 37, 14 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/images/pdf/doc/be37-12.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Ministerial nº 1.009, de 10 outubro de 2013. Brasília, DF, 2013. Acesso em: 6 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre as áreas de avaliação**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sai resultado de propostas de cursos novos de pós-graduação**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: www.capes.gov.br/component/content/article/36-salaimprensa/noticias/7941-sai-resultado-de-propostas-de-cursos-novos-de-pos-graduacao-7. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Edital de Seleção para o Programa de Pós-graduação em Ciências Militares da ECEME, nível stricto sensu – ingresso 2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2016b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/documents/10138/7278234/Edital_Processo_Seletivo_PPGCM_2017.pdf/09fe755e-3e30-4b72-a63b-d070e42adff6. Acesso em: 3 dez. 2018.

CORDIS. **Classificação das áreas científicas**. Cordis: versão portuguesa. 2007. Disponível em: https://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos_service.conteudos_cont?pct_id=639&pv_cod=41FamadSH78a. Acesso em: 10 fev. 2016.

DINIZ, Eugenio. Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 39-90, jan./jun. 2010.

DOMINGOS NETO, Manuel. Defesa e segurança como área do conhecimento científico. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 136-149, jul./dez. 2006.

_____. *et al.* **Seminário sobre a configuração dos Estudos da Defesa como área do conhecimento científico: reunião conjunta ABED-CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

_____. A necessidade dos estudos da defesa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 6., 2013, Aracaju. **Livro...** Aracaju: UFS, 2013. p. 47-65.

JOVER, Francisco Gago. **Glosarios y diccionarios militares del siglo XIX**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O que vai pelas Forças: o Instituto Meira Mattos. **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, n. 456, p. 34-37, 2015.

NUNES, Richard Fernandes. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o processo de transformação do Exército Brasileiro. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, 2. quad., n. 2, [p.1-11], 2012. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/232/205> . Acesso em: 10 fev. 2016.

PORUTGAL. Portaria n.º 1.099, de 24 de setembro de 2009. **Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna. Diário da República Portuguesa, Lisboa**, série 1, n. 186, p. 6812-6814, 24 set. 2009.

RALEIRAS, Maurício Simão Tendeiro. O doutoramento em ciências militares: um fim ou uma fase do processo educativo das Forças Armadas? **Boletim Ensino/Investigação**, Lisboa, n. 12, p. 85-220, maio 2012.

RAZA, Salvador Ghelfi. A questão da científicidade nos estudos de defesa. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 3, 21 fev. 2004. Disponível em: <http://politicaexterna.com.br/2200/questao-da-cientificidade-nos-estudos-de-defesa/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da contabilidade**. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

SAINT-PIERRE, Hector Luis *et al.* **Seminário sobre a configuração dos estudos da defesa como área do conhecimento científico**: reunião conjunta ABED-CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

SANTOS, Agnaldo Oliveira. **A ECEME fortalece seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares e dá avanços significativos na consolidação de seus cursos de mestrado e doutorado**. 2015. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/noticias/4099-a-eceme-fortalece-o-seu-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-militares-e-da-avancos-significativos-na-consolidacao-de-seus-cursos-de-mestrado-e-doutorado>. Acesso em: 8 fev. 2016.

SMITH, Hugh. **On Clausewitz: a study of military and political ideas**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

A construção do pensamento em segurança e defesa na academia brasileira: estudo de caso da parceria entre o NERINT e o NEE/CMS

Developing a security and defense thought in the Brazilian academy: case study of the partnership between NERINT and NEE/CMS

Resumo: Este artigo tem como objetivo oferecer um estudo da cooperação entre o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS). A partir de acordo formalizado entre o CMS e a UFRGS, desde 2016 ambos os núcleos vêm compartilhando pesquisas e promovendo atividades conjuntas com vistas ao estreitamento de vínculos entre centros avançados de pesquisa tanto das Forças Armadas como de instituições acadêmicas brasileiras. A hipótese inicial do trabalho aponta para a ideia de que a aproximação entre a academia e as Forças Armadas, exemplificada pelo estudo de caso apresentado, contribui para a discussão de uma Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI que confira maior inserção e autonomia ao país no cenário internacional.

Palavras-chave: Defesa Nacional. Segurança Internacional. Academia e Forças Armadas. NERINT. NEE/CMS.

Abstract: This paper seeks to offer a study of the cooperation between the Brazilian Center for Strategy and International Relations (NERINT) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the Center for Strategic Studies of the Southern Military Command (NEE/CMS). Following an agreement signed by CMS and UFRGS, since 2016 both institutions have been promoting research and joint activities aimed at strengthening links between advanced research centers in both the Armed Forces and Brazilian academic institutions. The initial hypothesis of the paper suggests that the approximation between academic institutions and the Armed Forces, as exemplified by this case study, contributes to the discussion of a Grand Strategy for Brazil in the 21st century that can stimulate greater insertion and autonomy to the country in the international system.

Keywords: National Defense. International Security. Academy and Armed Forces. NERINT. NEE/CMS.

Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Porto Alegre, RS, Brasil.
paulovi@ufrgs.br

Guilherme Paiva Stamm Thudium

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Porto Alegre, RS, Brasil.
guilherme.thudium@ufrgs.br

Recebido em: 18 set. 2018

Aprovado em: 08 jan. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

O presente trabalho visa analisar a cooperação entre o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT/UFRGS) com o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS) na construção de uma mentalidade comum sobre a segurança, a defesa e as relações exteriores do Brasil. Neste sentido, o artigo fez uso de materiais publicados pelos dois centros de pesquisa, bem como de pesquisa documental que teve como base os arquivos de cooperação estabelecidos entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) e o NERINT com o Comando Militar do Sul (CMS) e o NEE/CMS¹.

Este trabalho justifica-se por razões acadêmicas e sociais. Em termos acadêmicos por sua interface e publicização de atividades de Ensino e Pesquisa. Do ponto de vista social pela importância das atividades em si, cujo horizonte final insere-se em um esforço mais amplo de explorar a possibilidade de uma perspectiva brasileira comum sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional. A elaboração da pesquisa teve três etapas fundamentais: (1) reuniões de trabalho e coleta de informações junto ao Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul; (2) apresentação da pesquisa e resultados prévios no Grupo de Trabalho “Defesa e Segurança Internacional – Agenda de Segurança e Defesa no Brasil” dos Seminários de Estudos Estratégicos 2018, realizados simultaneamente de 5 a 8 de junho de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Comando Militar do Sul; e (3) apresentação da pesquisa e resultados finais no painel “Teoria, Metodologia e Institucionalização dos Estudos de Defesa: Ensino, Formação Profissional e Pesquisa em Defesa” do 10º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), realizado de 3 a 5 de setembro de 2018 na Universidade de São Paulo.

A principal hipótese sustentada aponta para a ideia de que a aproximação entre a academia e as Forças Armadas (que, juntamente com a indústria, compõem a tríplice hélice) contribui para o debate acerca da construção de uma Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI que confira maior inserção e autonomia ao país no cenário internacional. Como Grande Estratégia entendemos “uma Estratégia Nacional definida pela sinergia da Estratégia Militar com as demais áreas do Poder Nacional, direcionada à preparação e aplicação deste para, superando-se os obstáculos, alcançar e preservar os objetivos nacionais de acordo com as orientações estabelecidas pela Política Nacional” (BRASIL, 2007 *apud* MARTINS; NUNES, 2017, p. 191). Reconhecida a amplitude do termo, contudo, a proposta objetiva tratar de Grande Estratégia como uma ideia e como uma linha de pesquisa em andamento, e não como um conceito estático.

O desenho de uma Grande Estratégia Brasileira que congregue políticas diplomáticas e políticas de defesa só foi possível com o desenrolar de um processo histórico de evolução nas relações entre civis e militares, especialmente com o meio acadêmico.

¹ Os autores agradecem a equipe de trabalho do Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, em especial às bacharelas em Relações Internacionais Luana Isabelle Beal e Valeska Ferrazza Monteiro, pelo fornecimento dos documentos, atas e registros oficiais dos acordos de colaboração entre a UFRGS e o Comando Militar do Sul.

1.1 Aspectos históricos e teóricos: a evolução da relação civil-militar²

Foi após a Segunda Guerra Mundial que os estudos a respeito de Segurança Internacional começaram a adquirir projeção e solidez, juntamente com os já existentes sobre guerra e Defesa, fazendo com que a análise perpassasse uma maior gama de aspectos, incluindo a presença de ameaças não-militares. O elevado montante de capital humano mobilizado ao longo da Segunda Guerra Mundial, bem como os novos desafios estratégicos provenientes do advento das armas nucleares, catalisou a ocorrência de uma significativa inovação nesse período: o maior engajamento de civis nos Estudos de Segurança Internacional e Defesa, e a consequente colaboração destes para com as autoridades militares e governamentais (BUZAN; HANSEN, 2012). Tal expansão de estudiosos dedicados à área, por conseguinte, acarreta um aumento expressivo na produção de conhecimento relativo às políticas de Segurança e Defesa.

Esse fenômeno credita às décadas de 1950 e 1960 o título de “Anos Dourados” dos Estudos de Segurança Internacional (FREEDMAN, 1998). Durante o período, os governos Ocidentais passaram a recrutar civis estratégistas, oriundos de instituições acadêmicas, a fim de que inovações conceituais e pesquisas de elevado nível pudesse ser viabilizadas e utilizadas pelo alto escalão da burocracia estatal. Não raramente, inclusive, tais acadêmicos eram aceitos e incorporados ao funcionalismo público, passando a exercer, portanto, um papel mais ativo no processo de decisão das políticas de segurança (WILLIAMS, 2008). Paralelamente, o campo de Estudos Estratégicos também conheceu notável expansão: buscando uma abordagem mais específica do que aquela proposta pelos estudos de segurança tradicionais, ao longo da segunda metade do Século XX sucederam-se os conceitos de “Grande Estratégia” e “Estratégia Total”, bem como análises em níveis – militar, naval, aérea, aeroespacial, industrial, operacional etc. (PROENÇA; DUARTE, 2007).

Em suma, a nova maneira de se abordar políticas securitárias no pós-Segunda Guerra Mundial oportunizou uma aproximação entre acadêmicos e estratégistas, civis e militares, com o Estado. Aqui, a relação entre o Estado e as Forças Armadas é fundamental, posto que um dos focos principais das relações civis-militares é justamente a relação do militar para com o Estado: o militar é o polo ativo da estrutura militar e é responsável pela segurança militar da sociedade, ao passo que o Estado é o polo ativo na formulação de diretrizes para a sociedade e é responsável pela alocação de recursos entre importantes campos que incluem a segurança militar (HUNTINGTON, 1957). Destarte, “a integração entre as instituições militares, os decisores políticos do governo e o resto da sociedade representa o foco das relações civis-militares e a base da democracia” (LOVEMAN, 1999 *apud* FERREIRA, 2018, p. 6).

O objetivo de qualquer política de Defesa Nacional é, formalmente, garantir a segurança das instituições sociais, políticas e econômicas de uma nação contra ameaças que possam surgir de outros Estados independentes ou atores do Sistema Internacional. As relações civis-militares, portanto, correspondem a um aspecto fundamental de uma política de Defesa Nacional,

² Segmentos desta subseção foram previamente apresentados e disponibilizados no XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional sob a seguinte referência: Thudium *et al.*, (2017).

sendo o principal componente institucional na elaboração de políticas de segurança militar (HUNTINGTON, 1957).

Importante destacar que os estudos sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional possuem uma natureza essencialmente anglo-saxônica, que se deu a partir da aproximação entre militares e civis nos países Ocidentais durante o pós-guerra. A fórmula Ocidental, contudo, ensina que não há desenvolvimento sem investimento em pesquisa e em Defesa, e esses dois polos, a academia e as Forças Armadas, precisam estar interligados. Assim como os países Ocidentais no pós-guerra, o Brasil parece estar vivenciando, ao seu próprio tempo, uma relação mais elaborada e profícua entre o meio militar e o meio acadêmico que tem potencial para fomentar o surgimento de abordagens nacionais sobre o tema, que são extremamente necessárias.

O estudo de caso aqui apresentado procura abordar como exemplo dessa aproximação, que é reflexo da evolução da relação civil-militar no Brasil, a inédita parceria que vem sendo desenvolvida entre o meio acadêmico e o meio militar no estado do Rio Grande do Sul a partir de um acordo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o Comando Militar do Sul (CMS), que permitiu o desenvolvimento de atividades conjuntas entre o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da UFRGS com o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS), dentre outras instituições envolvidas, processo relevante para a construção de uma mentalidade comum de Segurança Internacional e Defesa Nacional no Brasil.

2 O NÚCLEO BRASILEIRO DE ESTRATÉGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O NERINT — Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais — vem desenvolvendo uma estreita e crescente colaboração com estudiosos da área de Segurança Internacional, tanto acadêmicos como centro militares do Brasil. As Forças Armadas, por sua vez, têm buscado um diálogo intenso com a academia e com a sociedade, que pode ser observado através dos esforços de cooperação desenvolvidos no Sul do Brasil. O NERINT representa a consolidação de esforços conjuntos para o incentivo do estudo e da pesquisa em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituição de Ensino Superior (IES) de excelência nacional³, tendo sido o primeiro centro de pesquisa a ser criado para este fim, em agosto de 1999. A fundação do NERINT congregou professores e pesquisadores de diversas áreas e departamentos, especialmente aqueles vinculados ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da universidade.

Deste modo, as pesquisas avançadas que viriam a ser desenvolvidas pelo NERINT buscaram resgatar a dimensão histórica dos assuntos internacionais (*international affairs*) que, tradicionalmente, é negligenciada nas análises das Relações Internacionais Contemporâneas (RIC) e dos estudos de Segurança e Defesa. Tal resgate também representa uma questão teórica, posto que as Relações Internacionais, bem como as questões de Defesa, como áreas dominadas pela

³ A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ficou em primeiro lugar entre as universidades federais no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2016, divulgado em novembro de 2017 pelo Ministério da Educação (MEC). Com pontuação de 4,29 em uma escala que vai de 1 a 5, a UFRGS atingiu a faixa máxima do IGC – 5 (UFRGS..., 2017).

Ciência Política, têm sido um campo de estudos marcado por teorizações de caráter instrumental (VISENTINI, 2016).

O NERINT foi originalmente estabelecido junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da universidade, centro que tem por finalidade o apoio a programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, privilegiando as propostas que impliquem a colaboração institucional de natureza multidisciplinar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018a). Os estudos exploratórios que passaram a ser desenvolvidos pelo NERINT, especialmente aqueles sobre os novos países emergentes, conheceram notável expansão desde o limiar do Século XXI, pois acompanharam a ascensão político-diplomática e o desenvolvimento econômico-social dos países austrais — ou do Sul Geopolítico. Dentro de um quadro de importância aumentada dos assuntos internacionais na agenda política e econômica brasileira, o NERINT atuou como embaixador da implantação, no âmbito da UFRGS, de um Curso de Graduação em Relações Internacionais, no ano 2004, e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), em 2010. Consequentemente, muitos pesquisadores vinculados ao NERINT também passaram a compor os quadros do novo Departamento de Economia e Relações Internacionais da universidade. Desde 2018, o NERINT faz parte do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), centro de pesquisa multidisciplinar e vocacionado a políticas públicas na área internacional vinculado à Reitoria da UFRGS.

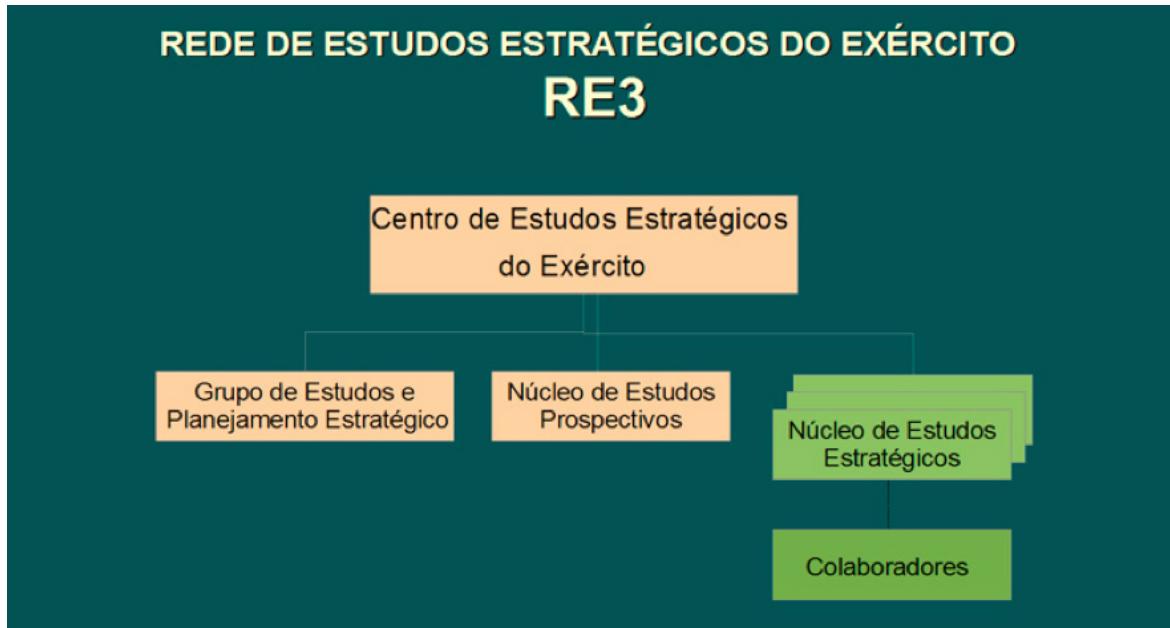
Diante dessa nova realidade, a cooperação com instituições estatais, empresariais, acadêmicas e sociais também foi intensificada pelo NERINT, bem como o contato direto com centros na América Latina, África e Ásia, além dos já existentes com a Europa e a América do Norte. É nessa conjuntura que o NERINT passou a trabalhar de forma mais estreita com o meio militar e, desde 2016, atua como parceiro do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS).

3 O NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO COMANDO MILITAR DO SUL E A APROXIMAÇÃO DO MEIO MILITAR COM O MEIO ACADÊMICO

No ano de 2013 foi estabelecida a Rede de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro (R3E), que tem como objetivo promover maior participação do meio acadêmico e civil nos debates sobre Defesa. Desde a sua criação, a R3E tem firmado parcerias com Órgãos Públicos, Centros de Pesquisa e Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais e internacionais, para a realização de seminários, palestras e cursos sobre os assuntos estratégicos de defesa (BRASIL, 2016). Além disso, a rede atua na difusão dos conhecimentos e das atividades produzidas pelo Exército e na integração de pesquisadores para discutir o planejamento estratégico da Força Armada, promovendo o intercâmbio de ideias e visões que contribuam para a produção de conhecimento em Defesa Nacional e para o desenvolvimento de uma cultura de defesa no Brasil (BRASIL, 2016).

A Rede é integrada pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), pelo Grupo de Estudos e Planejamento Estratégico do Exército (GEPEEx) e pelos Núcleos de Estudos Estratégicos do Exército (NEE) e seus colaboradores, como mostra a Figura 1:

Figura 1 - Rede de Estudos Estratégicos do Exército (RE3)



Fonte: Brasil ([201-])

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) antecede a formalização da R3E, tendo sido criado uma década antes, em 2003, como órgão subordinado ao Estado-Maior do Exército que tem como objetivo estudar e propor políticas e estratégias de nível militar (não operacional), bem como acompanhar e avaliar, no nível nacional, políticas e estratégias ligadas aos interesses da Força (BRASIL, 2016). Os trabalhos produzidos pelo Centro servem para subsidiar a Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX) e os planejamentos internos do Órgão de Direção Geral (ODG), do Órgão de Direção Operacional (ODO) e dos Órgãos de Direção Setorial (ODS). Além disso, o Centro é responsável por incrementar o relacionamento do Exército Brasileiro com a comunidade acadêmica, por meio da realização de seminários, participação em eventos acadêmicos e promoção de publicações sobre temas de Defesa (BRASIL, 2016). Dentre as responsabilidades e funções do Centro de Estudos Estratégicos do Exército estão:

- (1) Conduzir estudos prospectivos em assuntos da área de influência da Defesa Nacional, a fim de identificar possíveis situações que visualizam a necessidade de iniciativa do Exército Brasileiro para superar óbices e aproveitar oportunidades, no intuito de orientar a Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército na formulação de seus objetivos e estratégias decorrentes;
- (2) Avaliar as conjunturas nacional e internacional para determinar situações, na área externa ao EB, que aconselhem iniciativas da Força para superar conflitos e crises ou para atender interesses da Defesa Nacional;
- (3) Estudar e propor políticas e estratégias que extrapolam o nível operacional, bem como acompanhar e avaliar, no nível nacional e internacional, políticas e estratégias de interesse da Instituição;
- (4) Assessorar o Centro de Comando e Controle da Força Terrestre (CC2 FTer);

- (5) Promover e participar de reuniões, seminários, painéis e eventos similares, com os segmentos político, judiciário, acadêmico, empresarial e outros, com a intenção de estimular a sociedade a refletir sobre a importância da Defesa Nacional e de assuntos no nível político-estratégico do País;
- (6) Coordenar, por intermédio de canal técnico a ser estabelecido, o trabalho das diversas Assessorias e Centros de Estudos Estratégicos - existentes ou a serem criados no âmbito da Força - de forma a uniformizar procedimentos, estudos e atividades ligados ao assunto, evitando a dispersão de esforços e recursos;
- (7) Manter a ligação com entidades similares do Ministério da Defesa, das demais Forças Armadas e de outras entidades públicas ou privadas. (BRASIL, 2016).

A Rede de Estudos Estratégicos do Exército é composta por diversos parceiros no âmbito universitário, como, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP); institutos do meio militar, como o Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e do Ministério da Defesa, como o Instituto Pandiá Calógeras (IPC)⁴; centros de pesquisa e *think tanks* nacionais e internacionais, como o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o *International Institute for Strategic Studies* (IISS); e sociedades acadêmico-civis como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

Os projetos de colaboração institucional da Rede de Estudos Estratégicos do Exército são operacionalizados, em grande parte, por Núcleos de Estudos Estratégicos estabelecidos nos Comandos Militares e Divisões de Exército, órgãos estes diretamente subordinados ao Centro de Estudos Estratégicos do Exército. No dia 20 de outubro de 2015 foi ativado o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS), com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O Comando Militar do Sul (CMS) tem como missão manter a soberania na região Sul do Brasil, que abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para tanto, mantém 50.000 militares, ou seja, um quarto do efetivo do Exército Brasileiro, 75% dos meios mecanizados existentes na força terrestre, 18 oficiais generais e 160 Organizações Militares (CMS, 2018).

Desde 2014, o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), centro interdisciplinar vinculado à Reitoria da UFRGS e do qual o NERINT faz parte, oportunizou uma aproximação com o Comando Militar do Sul através de reuniões de trabalho e missões técnicas em Santa Maria. No ano seguinte, em maio de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento EME 1303500 que

⁴ "O Instituto Pandiá Calógeras (IPC) é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa. Sua missão é oferecer à Pasta assessoramento estratégico preciso, útil e oportuno na área de Defesa, embasado em altos estudos e em ampla participação acadêmica, institucional e social. A atuação do IPC se dá por diferentes meios, entre os quais a produção de análises, a promoção do diálogo entre o Ministério da Defesa e a área acadêmica e o estímulo à produção de conhecimento sobre temas de interesse da defesa nacional. Assim, o Instituto contribui permanentemente para adensar a relação entre civis e militares. Por iniciativa própria ou em cooperação com instituições congêneres e *think tanks* nacionais e internacionais, o IPC trabalha em diversas frentes. Suas atividades abrangem: a promoção e a participação em eventos que colaborem para criar um autêntico pensamento brasileiro sobre Defesa; o estímulo à integração com instituições de ensino civis e militares; e a implantação e manutenção de um centro de documentação que subsidie pesquisas, projetos e favoreça o intercâmbio de informações e análises no campo da defesa nacional. O nome do Instituto é uma homenagem ao engenheiro e político carioca João Pandiá Calógeras, primeiro civil a exercer o cargo de Ministro da Guerra na história republicana, no governo de Epitácio Pessoa. Em seu mandato, Pandiá Calógeras empreendeu importante processo de modernização, expansão e aperfeiçoamento do Exército. Paralelamente, deixou notável legado como escritor, acadêmico e pesquisador. Personalizou, assim, a aproximação entre civis e militares, tendo como norte o interesse do Estado. Pioneira no início do republicanismo brasileiro, essa cooperação é, hoje, crucial para a consolidação do setor de defesa no país." (BRASIL, 2018a).

firmou a cooperação entre o Comando Militar do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seis Eixos de Cooperação também foram definidos, quais sejam: (1) Programa de Racionalização de Santa Maria (PRORASAM); (2) Estudos de impacto na região de Santa Maria; (3) Pesquisas aplicadas sobre modelos e sistemas organizacionais baseados em plataformas de simulação com grande número de agentes; (4) Curso EAD “Relações Internacionais e Defesa”; (5) Criação de um Núcleo de Gestão Estratégica; e (6) Cadeia de Suprimentos e Gestão Ambiental do PQ-R-MNT/3.

Com o estabelecimento do Núcleo de Estudos Estratégicos em outubro de 2015, muitas das atividades da parceria passaram a ser operacionalizadas através do órgão. Isso permitiu a manutenção e ampliação de parcerias com o meio acadêmico, em especial com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com as Indústrias de Defesa, por meio do Comitê das Indústrias de Defesa e Segurança do Rio Grande do Sul (COMDEFESA) e com as demais Forças Armadas, para o nivelamento e integração do conhecimento, proporcionando o fortalecimento do relacionamento entre civis e militares (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Dentro do âmbito do Comando Militar do Sul, o NEE/CMS promove a interação entre órgãos públicos e privados, Instituições de Ensino Superior (IES), institutos de pesquisa públicos e privados, associações, pesquisadores e *think tanks* nacionais e estrangeiros voltados para a produção e difusão de conhecimentos de Defesa Nacional (BRASIL, [201-]). Além disso, o NEE/CMS tem a atribuição de incentivar a criação de centros/núcleos de estudos estratégicos em sua área de influência, bem como articular os integrantes da rede de colaboradores, por intermédio da realização de seminários, encontros, convênios, produção de artigos e livros, com base, inicialmente, nas áreas temáticas de interesse do Exército (BRASIL, [201-]). Os Temas Estratégicos de interesse que competem a apreciação do NEE/CMS se dividem em sete eixos principais, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Temas Estratégicos

Eventos	Temas principais
Reações internacionais ao protagonismo brasileiro	Geopolítica
Fortalecimento da integração da América do Sul	
Incremento das pressões internacionais sobre a Amazônia	
Aumento do interesse internacional sobre áreas estratégicas do Brasil	Gestão Pública
Crescimento e segurança de fluxo do orçamento do Exército Brasileiro	
Adequação da infraestrutura crítica às necessidades de defesa	
Fortalecimento da indústria de defesa do Brasil	Tensões sociais
Aumento dos investimentos em ciência e tecnologia	
Agravamento da problemática pública brasileira	
Aumento da influência de atores não governamentais	Terrorismo
Agravamento de tensões sociais	
Ocorrência de atividades terrorista em território brasileiro	Defesa Cibernética
Ocorrência de ataques cibernéticos em território brasileiro	
Agravamento da questão ambiental	Meio ambiente
Desenvolvimento de uma mentalidade de defesa do Brasil	Mentalidade de Defesa

Fonte: Brasil ([201-])

Como resultado dessa aproximação, no dia 4 de maio de 2016 foi oficializado pelo Diário Oficial da União o Acordo de Cooperação EME 1505400 entre a Diretoria de Educação Superior Militar e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de desenvolver um programa de intercâmbio para cooperação técnica e científica entre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o CEGOV, bem como entre o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão. No mesmo ano de 2016, o NERINT, na qualidade de centro de pesquisa vinculado à UFRGS e ao PPGEEI, anunciou sua colaboração com o NEE/CMS.

A constar de janeiro de 2018, o NEE/CMS possui parcerias formadas com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que contempla o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais, já mencionados; com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADEMS); e com o Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). O NEE/CMS é composto por três Coronéis de Cavalaria — um Chefe e dois analistas — e três auxiliares militares. Através das parcerias que mantém, o NEE/CMS conta também com Pesquisadores Colaboradores vinculados às instituições associadas ao Núcleo.

Um dos principais projetos oriundos da parceria entre a UFRGS e o CMS, com realização do NERINT e do NEE/CMS em parceria com o ISAPE e o Centro Estudantil de Relações Internacionais (CERI) da universidade, e promovido pelo PPGEEI e pelo CEGOV, foi a organização dos Seminários de Estudos Estratégicos. Os Seminários de Estudos Estratégicos propõem-se a promover a integração do conhecimento acadêmico, das Indústrias de Defesa e das Forças Armadas para o desenvolvimento da mentalidade de defesa, com vistas ao desenvolvimento econômico-social brasileiro e maior inserção do Brasil no cenário internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016). No ano de 2016, o Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais do PPGEEI/UFRGS⁵ passou a ser organizado simultaneamente ao recém-inaugurado Seminário de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul e ao Seminário Casas de União do CEGOV, dando origem a um evento simultâneo e inédito no meio acadêmico-militar nacional.

Em junho de 2018 o evento teve nova edição, dando continuidade ao plano de atividades da parceria, sob o eixo temático unificado “As Questões Nacionais e a Agenda de Defesa”. O eixo temático almejou evidenciar a importância do estudo de Defesa no Brasil como instrumento de fomento ao Desenvolvimento Nacional e de se obter uma inserção internacional mais proveitosa no cenário mundial (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

O projeto conta com o apoio do Ministério da Defesa, do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea, do Comando de Operações Terrestres, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, do Comitê da Indústria de Defesa e Segurança do Rio Grande do Sul (CIERGS/FIERGS), da Pró-Reitoria de Extensão e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRGS,

⁵ A primeira edição do SEBREEI foi realizada entre os dias 20 e 22 de junho de 2012 e tratou da temática da “Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI”. A segunda edição do SEBREEI ocorreu entre 21 e 23 de maio de 2013, e foi organizada a partir do eixo temático “O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil”. O III SEBREEI foi realizado entre os dias 18 e 21 de outubro de 2016 em conjunto com o I Seminário de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul e com o IV Seminário Casas de União, compondo nessa associação os Seminários de Estudos Estratégicos 2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

da AEL Sistemas, dentre outros. Dentre as autoridades envolvidas na última edição, destacam-se o Coordenador Acadêmico dos Seminários, Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Coordenador do NERINT; o Coordenador Institucional, Cel Cav Mário Giuseppe Santezzi Bertotelli Andreuzza, Chefe do NEE/CMS; e o líder da Comissão Organizadora e idealizador do evento, Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins. Destacam-se também as presenças do Reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, do Comandante Militar do Sul, General de Exército Geraldo Antônio Miotto, e do Chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Cel Art Valério Luiz Lange – dentre outros acadêmicos de renome e oficiais do alto escalão do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O estreitamento das relações do segmento militar com o meio acadêmico, através de seminários, trabalhos conjuntos e troca de informações serve o propósito de “(...) mantê-los atualizados a respeito das condições de emprego da tropa e das dificuldades enfrentadas. Isto como forma de conservar a força institucional de organizações civis e permitir a fiscalização da tropa” (JANOWITZ, 1971 *apud* FERREIRA, 2018, p. 9).

Outro projeto encabeçado pela aproximação entre o Comando Militar do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi a criação, no ano de 2016, de Editais Especiais de Seleção de Mestrado e Doutorado para militares no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Fundamentados pelo Memorando de Entendimento entre as instituições, que buscam a cooperação mútua na pesquisa, na inovação tecnológica e na formação de recursos humanos, os Editais têm como objetivo estimular, através de pesquisas de alta qualidade e impacto, a produção de conhecimento de vanguarda no âmbito dos Estudos Estratégicos Internacionais e das Ciências Militares, desenvolver o estudo e a pesquisa em Estudos Estratégicos Internacionais que possam contribuir para a formulação das políticas de Estado nos diversos aspectos que envolvem as questões de Segurança e Defesa Nacional, e desenvolver habilidades associadas à transmissão de conhecimentos, em especial a publicação de artigos científicos e a prática de atividades docentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Já no ano de 2017, dando seguimento aos Eixos de Cooperação estabelecidos dois anos antes, foi oferecido pelo CEGOV um Curso de Especialização EAD em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa, congregando alunos civis e militares de diversos estados do Brasil. Foi intensificado também o compartilhamento recíproco das publicações acadêmicas e militares nas respectivas plataformas digitais do NERINT e do NEE/CMS, com destaque para a Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, o Boletim de Conjuntura NERINT, a Revista Brasileira de Estudos Africanos (esta editada pelo CEBRAFRICA, núcleo de pesquisa associado ao NERINT) e a Biblioteca NEE.

Por fim, no dia 28 de dezembro 2018, como mais um resultado dessa profícua aproximação, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército Brasileiro e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O instrumento de parceria tem por objetivo desenvolver e estreitar a cooperação no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, na pesquisa científica e no intercâmbio e capacitação de recursos técnicos e humanos, em atenção à Estratégia Nacional de Defesa, aos interesses comuns dos participes e ao Programa de Transformação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (PTSCTEx) (BRASIL, 2018b).

Todos esses esforços e projetos apontam para uma intensificação das atividades de pesquisa e elaboração estratégica por parte das Forças Armadas com o setor acadêmico, fator funda-

mental para a produção de conhecimento e políticas unificadas com potencial para contribuir para o desenvolvimento econômico-social brasileiro e para a construção de uma Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI que confira maior inserção e autonomia ao país no cenário internacional.

4 DISCUTINDO UMA GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI⁶

O Brasil deve seguir conjugando esforços para a criação de uma Grande Estratégia de longo prazo que aproxime duas políticas complementares: a diplomacia e a defesa. A Grande Estratégia do Brasil, neste sentido, deve articular os setores de planejamento da Política, da Economia e da Segurança, guiada pelos princípios e objetivos permanentes da soberania, cidadania e integração regional (MARTINS; NUNES, 2017). Nesta proposta, a política diplomática deve ser aquela responsável pela resolução pacífica de conflitos, que se configuram numa característica central da inserção política brasileira. Já a política de defesa deve buscar introduzir a questão da capacidade de dissuasão brasileira como um pilar central para sua projeção diplomática internacional. No âmbito estritamente doméstico, uma estratégia de desenvolvimento para a Base Industrial de Defesa (BID) nacional também se mostra fundamental, intensificando-se assim o elo com o setor econômico.

Neste sentido, a proposta do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), que possui uma linha de pesquisa destinada a traçar ideias quanto a uma Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI – e na qual a parceria com o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS) está inserida –, busca promover esforços em três diferentes vertentes da inserção internacional brasileira: (1) Política Externa e de Defesa do Brasil; (2) Entorno Estratégico Sul-Americano; e (3) Cooperação Sul-Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018b).

A primeira vertente desta abordagem diz respeito à Política Externa e de Defesa do Brasil. No plano internacional, pode-se observar uma transição da unipolaridade para uma nova configuração ainda indefinida. Diante disso, o Brasil deve ampliar sua atuação autônoma por meio de diversas parcerias estratégicas bilaterais e de geometria variável. Assim, o país amplia seu leque de opções estratégicas em um cenário incerto de transição de poder. No plano multilateral também evoluem trajetórias essenciais ao interesse brasileiro, seja nas negociações econômicas e comerciais ou arranjos securitários.

Devido às características geográficas e históricas do Brasil e à intensa competição entre grandes centros capitalistas globais, o desafio da integração da América do Sul é central para a estratégia brasileira de longo prazo. Neste sentido, a segunda vertente propõe-se a analisar as oportunidades e desafios econômicos, políticos e securitários no entorno estratégico sul-americano. No ponto de vista da cooperação e integração, destacam-se dois projetos: a UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS); e o MERCOSUL, importante não somente para a integração de mercados, mas principalmente para o desenvolvimento conjunto de seus membros, de modo a possibilitar a criação de cadeias produtivas regionais. Por outro lado, existem

⁶ Com a contribuição de Erik Herejk Ribeiro.

tensões e rivalidades históricas na região, somados à instabilidade política interna e às chamadas ameaças não tradicionais.

A terceira vertente tem a Cooperação Sul-Sul como tema central. Para além do entorno imediato brasileiro, é necessário observar e formular políticas para países em condição similar no Sistema Internacional e com interesses complementares em áreas como política, economia, defesa, tecnologia e cultura. O continente africano, devido a seus laços históricos com o Brasil e a sua importância geopolítica, é uma região preferencial de parcerias. Os estudos africanos também têm conhecido notável desenvolvimento no Brasil, estimulados pela crescente presença estratégica do Brasil na África e pelo processo de modernização dos países do continente africano. Além disso, a Política de Defesa brasileira considera como parte do seu entorno geopolítico estratégico não apenas o ambiente regional sul-americano, mas também o Atlântico Sul e a costa Ocidental africana. Combinada a esta perspectiva, torna-se fundamental analisar a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos, objetivo partilhado pelo NERINT⁷ e pelas Forças Armadas (VISENTINI; MIGON; PEREIRA, 2016).

Por fim, a participação brasileira no continente asiático (que abrange o Oriente Médio) também é essencial para o reconhecimento do papel global a ser desempenhado pelo país, tendo em vista a centralidade da Ásia no tabuleiro geopolítico do Século XXI. A ascensão da China como um novo grande polo produtivo-tecnológico suscita novas estratégias comerciais e de investimentos pelo governo brasileiro que levem este parceiro em consideração.

Para o ex-Ministro da Defesa (2011-2015) e das Relações Exteriores (1993-1994 e 2003-2010), Celso Amorim (2015), o Brasil deve adotar uma Grande Estratégia que congregue política externa e política de defesa, na qual a diplomacia deve ser o principal instrumento e a primeira linha de defesa dos interesses brasileiros, mas com o respaldo permanente da política de defesa. Em outras palavras, o que Amorim (2015) propõe é que o poder brando brasileiro (*soft power*), conforme teorizado por Joseph Nye (2004), expresso na capacidade de cooperar de forma mutuamente benéfica com outros países, deve ser reforçado pelo poder robusto (*hard power*), capaz de dissuadir ameaças e de tornar a colaboração com nossos vizinhos e parceiros, em matéria de defesa, uma realidade.

Um dos pressupostos da Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI, que combina poder robusto e poder brando, é um razoável equilíbrio de poder mundial (AMORIM, 2015). O Brasil, neste sentido, estabeleceu como um dos pilares da sua Grande Estratégia a busca de uma distribuição de poder multipolar no Sistema Internacional que garanta maior autonomia ao seu processo nacional de desenvolvimento, voltando-se à construção de uma agenda de cooperação multisectorial e à coordenação em reuniões e organismos internacionais de governança econômico-financeira e, principalmente, política:

⁷ Em 2005, o NERINT estabeleceu, através de um convênio com a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE), o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL). Com o notável desenvolvimento dos estudos africanos no Brasil, foi concebido, a partir das iniciativas do NERINT e do CESUL, um centro independente voltado ao estudo e à pesquisa das Relações Internacionais do Continente Africano: o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), cujas atividades são desenvolvidas juntamente ao NERINT.

O objetivo da multipolaridade foi buscado pelo Brasil em diferentes frentes, como a alta prioridade atribuída à integração da América do Sul; o pleito pela democratização das instâncias decisórias das Nações Unidas; a busca de maior justiça nas negociações comerciais [...]; e a articulação com novos parceiros do mundo em desenvolvimento [...]. Desnecessário dizer que motivações econômicas, culturais e humanas também estiveram presentes, em graus diversos, nesses esforços. A multipolaridade, baseada em normas multilateralmente aceitas, oferece as condições mais propícias a que o Brasil defina com autonomia os seus interesses e leve a efeito uma grande estratégia que inclua não apenas a dimensão de um país pacífico, mas um país provedor da paz. (AMORIM, 2015, p. 16).

Deste modo, Amorim defende a necessidade de discussão acerca de uma Grande Estratégia autenticamente brasileira para o Século XXI que seja resultado de amplo diálogo entre os meios civil e militar:

Temos de pensar sobre nosso papel no mundo sem complexos e com autonomia. A concepção de uma *grande estratégia* autenticamente brasileira – envolvendo política externa e política de defesa – resultará de um amplo diálogo público acerca de nossos desafios e prioridades, que envolve os meios políticos, diplomáticos e militares, com a participação da academia, da mídia, dos setores produtivos (empresários e trabalhadores) e da sociedade de modo geral. A publicação em 2013 do Livro Branco da Defesa e de edições revistas da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa deve ser vista como parte desse diálogo. (AMORIM, 2015, p. 11).

A cooperação entre órgãos acadêmicos e militares se mostra particularmente relevante para este debate. Assim, a profissionalização das Forças Armadas defendida por Huntington (1957) também deve ser estendida aos civis, buscando-se criar oportunidades para que civis e militares possam trabalhar de forma integrada nestes assuntos (YOUNG, 2006 *apud* FERREIRA, 2018, p. 8).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação indefinida do Sistema Internacional do pós-Guerra Fria, mostra-se necessário que o Brasil conjugue esforços para a criação de uma Grande Estratégia de longo prazo que aproxime duas políticas e duas esferas complementares: a diplomacia e a defesa, e o meio civil e o meio militar — ou “o soldado e o diplomata”, na expressão de Raymond Aron (2002), e “o soldado e o Estado”, conforme cunhado por Samuel Huntington (1957). Para tanto, é necessário haver sinergia e coordenação entre setores sociais e instituições nacionais de modo a maximizar o potencial diplomático, econômico, tecnológico, político e securitário da inserção internacional do Brasil.

A aproximação entre o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e o Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul (NEE/CMS) representa um processo importante para este fim, com potencial de construção de instrumentos de inteligência que permitam classificar e ordenar o conhecimento para a elaboração de diretrizes comuns para

questões de Defesa e desenvolvimento nacional. Representa, também, a operacionalização efetiva de diretrizes já previstas no Livro Branco de Defesa, na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa. Em termos essencialmente práticos, ainda, há potencialidades pouco exploradas no nível nacional de se reproduzir em outros estados da federação e comandos militares o modelo de parceria que foi desenvolvido entre o NERINT/UFRGS e o NEE/CMS. Trata-se, portanto, de apenas uma contribuição para o campo (um estudo de caso), podendo – e devendo – ser complementada por outras iniciativas similares.

Após longo período livre de conflitos, a população brasileira ainda tem baixa percepção das ameaças nas questões de Defesa, apesar dos esforços da academia, da indústria e das instituições e órgãos ligados à Defesa e às Relações Internacionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016). Também deve ser ressaltado que o processo de redemocratização deu ensejo a desconsiderações em relação aos temas de Defesa, ao desconhecimento civil em relação ao meio militar e à erosão da Questão Nacional. Para proteger sua população e seu patrimônio, bem como para ter a liberdade de perseguir seus legítimos interesses, o Brasil deve enfrentar os antagonismos que colocam em risco seus objetivos nacionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Nesse prisma, os assuntos de Defesa devem ser pensados para além de um instrumento militar (armado) apenas, posto que este é apenas um instrumento específico da Defesa, assim como o diplomata é um instrumento específico da diplomacia. Da mesma forma, a contribuição acadêmica e da burocracia governamental não deve ser restrita ao campo da Defesa unicamente, posto que a Grande Estratégia é composta por diversos temas transversais, em que a Defesa é apenas uma de suas esferas políticas. Assim, mostra-se necessário fomentar um debate suprapartidário acerca de uma Grande Estratégia e de uma política de segurança, que retome políticas de Estado em detrimento de políticas de governo.

As relações entre civis e militares aprimoram e enriquecem de forma decisiva este debate. Conforme sustentou o politólogo norte-americano Samuel Huntington (1957), as nações que desenvolvem um padrão adequadamente equilibrado de relações entre civis e militares têm uma grande vantagem na busca por Segurança e Defesa, pois aumentam a probabilidade de obter respostas corretas para questões operacionais da política militar; já as nações que não conseguem desenvolver um padrão equilibrado de relações entre civis e militares desperdiçam seus recursos e correm riscos não calculados.

O que a parceria NERINT/UFRGS e NEE/CMS logrou, através de seminários e outras atividades, foi uma interação direta entre a reflexão acadêmica e as atividades militares. O conhecimento recíproco desfez preconceitos e contribuiu para o desenvolvimento no tocante ao pensamento estratégico – e tudo isso em um dos momentos mais delicados da vida política brasileira.

Referências

- AMORIM, C. Grande estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação. **Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 9-21, 2015.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BRASIL. Exército. Assinatura do Memorando de Entendimento entre o DCT e a UFRGS. **Comando Militar do Sul**: elite do combate convencional, Porto Alegre, 28 dez. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2HiYJmJ>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- BRASIL. Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Brasília, DF, 15 jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2RTVV3t>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- BRASIL. Exército. Núcleo de Estudos Estratégicos. Porto Alegre, [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/2DgHPks>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Instituto Pandiá Calógeras (IPC)**. Brasília, DF, 18 maio 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2RLX90L>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional).
- FERREIRA, V. S. N. As relações civis-militares em novos tempos. **Análise Estratégica**, Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 5-11, 2018.
- FREEDMAN, L. International security: changing targets. **Foreign Policy**, Washington, DC, n. 10, p. 48-63, 1998. Special edition.
- HUNTINGTON, S. P. **The soldier and the state**: the theory and politics of civil-military relations. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- JANOWITZ, M. **The professional soldier**: a social and political portrait. New York: The Free Press, 1971.
- MARTINS, J. M. Q.; NUNES, R. C. Política externa, política de defesa e modelo de desenvolvimento no Brasil: do Estado desenvolvimentista ao Estado logístico (1930-2017). **Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 190-221, 2017.
- NYE, J. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

PROENÇA, D. P.; DUARTE, E. E. Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, ano 50, n. 1, p. 29-46, 2007.

THUDIUM, G. P. S. *et al.* Os estudos de segurança internacional em perspectiva histórica: evolução teórica, regionalismo e a expansão da agenda securitária. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 14., 2017, Resende. **Anais** [...]. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ASxw4G>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UFRGS é a melhor universidade do país, segundo o MEC. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 27 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2iUPnyD>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Seminários de Estudos Estratégicos. Porto Alegre, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2MhuFqd>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Edital especial. **Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais**, Porto Alegre, 16 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2RX9leU>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto Latino-Americanano de Estudos Avançados. Porto Alegre, 12 nov. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2FG8Hfu>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, 13 nov. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2SVkiei>. Acesso em: 30 ago. 2018.

WILLIAMS, P. D. (ed.). **Security studies: an introduction**. New York: Routledge, 2008.

VISENTINI, P. F. O impacto das revoluções na ordem mundial: uma ausência nos estudos de defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 91-101, 2016.

VISENTINI, P. F.; MIGON, E. G.; PEREIRA, A. D. (org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais, 2016.

YOUNG, T. Military professionalism in a democracy. In: BRUNEAU, T.; TOLLEFSON, S. D. (ed.). **Who guards the guardians and how: democratic civil-military relations**. Austin: University of Texas Press, 2006. p. 17-34.

Uma análise sobre o processo de securitização do ciberespaço*

An analysis of the cyberspace securitization process

Resumo: O ciberespaço manifesta-se como novo domínio para as relações de poder na medida que diferentes atores o utilizam para perseguir seus interesses. Por ser dotado de uma lógica desterritorializadora – na qual múltiplos entes podem atuar de forma anônima –, o ciberespaço desafia concepções tradicionais de segurança e defesa nacional, ao passo que fluxos digitais perpassam diferentes territórios. Considerada a inserção da infraestrutura básica de um Estado no domínio cibernético, englobando sistemas bancários, de telecomunicações, transportes e diversos agentes, como os militares, observa-se uma crescente dependência da sociedade para com o ciberespaço. Tal dependência pode ser explorada por uma miríade de atores internacionais. Nesse contexto, por intermédio da concepção da Escola de Copenhague a respeito do processo de reconhecimento de ameaças por agentes securitizadores, o presente artigo investiga o processo de securitização do ciberespaço mediante análise dos livros brancos de defesa do Brasil, Alemanha e França.

Palavras-chave: Ciberespaço. Segurança. Defesa. Território. Ameaças.

Abstract: Cyberspace manifests itself as a new domain for power relations as different actors use it to pursue their interests. Because it is endowed with a deterritorializing logic - in which multiple entities can act anonymously - cyberspace defies traditional conceptions of national security and defense, as digital flows cross different territories. Considering the insertion of the basic state infrastructure in the cyber domain, encompassing banking, telecommunications, transport and military systems, there is a growing dependence of society on cyberspace. Such dependency can be exploited by a myriad of international actors. In this context, through the conception of the Copenhagen School regarding the process of recognition of threats by securitizing agents, this article investigates the process of securitization of cyberspace by analyzing the white defense books of Brazil, Germany and France.

Keywords: Cyberspace. Safety. Defense. Territory. Threats.

Breno Pauli Medeiros

Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
breno.pauli@gmail.com

Alessandra Cordeiro Carvalho

Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
alessandraccarvalho27@hotmail.com

Luiz Rogério Franco Goldoni

Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
luizrfgoldoni@gmail.com

Recebido em: 13 dez. 2018

Aprovado em: 24 jan. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

* Esse artigo faz parte dos esforços de pesquisa do projeto 'Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa: Cibernética e Defesa Nacional', aprovado pelo Edital 27/2018, Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA IV.

1 Introdução

O espaço cibernético representa um novo domínio das relações de poder. Dada a natureza desassociada, em parte, do espaço físico, o ciberespaço apresenta-se com lógica própria, na qual a concepção tradicional de fronteiras dificilmente impede o fluxo de informações no domínio cibernético. Como novo ambiente operacional, o ciberespaço integra ações privadas, militares, civis e estatais ao meio técnico-científico-informacional. Ao passo que o espaço cibernético se consagra como um domínio alternativo para o exercício das relações de poder, suas lógicas e peculiaridades engendram desafios aos domínios tradicionais.

Em decorrência do encolhimento de distâncias físicas, instantaneidade das comunicações e maior interdependência da sociedade para com o ciberespaço, surgem questionamentos sobre como pensar a defesa e a estratégia nesse novo domínio. Dentre esses, destacam-se indagações sobre securitização e quais seriam as “novas” ameaças.

Nesse novo ambiente – marcado pela flexibilização de fronteiras e territórios, multiplicidade e anonimato de atores – novas e velhas ameaças desafiam as concepções tradicionais de segurança e defesa nacional. É notória a frequência de ocorrências cibernéticas no cenário internacional. Ataques por *malwares*¹, *ransomwares*², DDoS³, entre outros, além de expandir o número de possíveis agressores para atores não necessariamente estatais, tem se tornado ainda mais sofisticados, dificultando a identificação da autoria ou motivações para os ataques. Diante desse cenário de insegurança, o ciberespaço pode ser interpretado como um domínio para o exercício de poder, em paralelo com os domínios terrestre, marítimo, aéreo e espacial.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o processo de securitização do ciberespaço no Brasil, Alemanha e França, a partir da análise de conteúdo comparada entre seus respectivos Livros Brancos de Defesa. Estudar os documentos de defesa dos países selecionados possibilita evidenciar as ameaças, estratégias e práticas que compõe o processo de securitização do ciberespaço em Estados que foram alvos de espionagem e monitoramento no espaço cibernético (BRIDI; GREENWALD, 2013; WIKILEAKS, 2015).

Dadas as limitações do presente trabalho, serão analisados o *White Paper on German Security Policy and The Future of the Bundeswehr*, o *French White Paper: Defense and National Security* e o Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil, acompanhado de sua versão mais recente, a minuta de 2016. A análise foi limitada aos Livros Brancos de Defesa dos países, uma vez que esses representam os documentos de defesa de mais alto escalão, determinando o tom e a abordagem dos documentos que os seguem hierarquicamente.

A fim de direcionar a análise de conteúdo desses documentos, a pesquisa será constituída por quatro perguntas principais: i) Existe alguma definição clara de segurança cibernética nos do-

1 Os tipos mais comuns de *malwares* ou “*malicious software*” são os vírus ou *worms* (vermes), os quais possuem a capacidade de provocar danos e se auto-replicar em redes de computadores e sistemas (GOLDANI, 2005).

2 Tipo de malware lucrativo que permite a inacessibilidade de dados armazenados em computadores, uma vez que os transforma em dados criptografados, exigindo do usuário pagamentos de resgate (SYMANTEC, 2016).

3 Técnica de ataque que envolve uma grande quantidade de computadores – podendo ser de conhecimento do proprietário ou não –, que sobrecarrega sites ou servidores por meio da saturação de solicitações de serviços, gerando a indisponibilidade do sistema (CARREIRO, 2012).

cumentos?; ii) O que os documentos exprimem sobre o setor cibernético?; iii) Quais são as ameaças consideradas? e iv) Qual é o posicionamento em relação ao envolvimento de outros setores da sociedade? Em paralelo, será realizada uma análise comparativa dos livros brancos de defesa nos aspectos que abordam as novas e tradicionais ameaças correlacionadas a questão cibernética, além de termos chave que contribuem para a compreensão a respeito da relevância dos assuntos propostos, mediante a elaboração de tabela comparativas e aglomerações de palavras que exprimem o tom e os termos mais proeminentes em cada documento.

Conforme a sociedade atual se insere no ciberespaço, atores o utilizam para a projeção de força e interesses. O caráter desterritorializador inerente ao domínio cibernético permite, por exemplo, que grupos terroristas recrutem dissidentes; agências de inteligência monitorem comunicações, e ativistas de movimentos sociais coordeneem suas manifestações.

Essencialmente, o espaço cibernético surge como um espaço alternativo e paralelo aos domínios tradicionais de terra, ar e mar; porém, o ciberespaço não possui fronteiras, espaço aéreo e nem águas nacionais (HILDEBRANDT, 2013). Para que um ator opere no ciberespaço, não é necessária uma unidade de blindados, caças ou navios, basta uma conexão com a Internet. Desse forma, a difusão de poder inerente ao ciberespaço proporciona um domínio operacional para atores particulares em paralelo com forças estatais (NYE, 2012). Fator que simultaneamente dota o ciberespaço de valor estratégico para os Estados, e pode representar um novo ambiente do qual emanam ameaças não necessariamente estatais.

Considerada a crescente pertinência da cibernética no contexto de segurança e defesa, o presente trabalho se justifica a partir do momento que representa um esforço analítico a respeito do processo de securitização do ciberespaço como domínio estratégico por potências regionais. No entanto, antes de se analisar tal processo no Brasil, Alemanha e França, se faz necessário apresentar alguns conceitos e definições para uma melhor contextualização sobre o tema.

2 O ciberespaço: contextualização, conceitos e definições

O espaço cibernético possui diversas definições – algumas mais abrangentes do que outras –, que contribuem para a existência de um amplo espectro de abordagens e compreensões (KUEHL, 2009). Algumas o consideram no aspecto mais teórico, como uma nova área de interação que permeia e interconecta as telecomunicações numa grande rede global, outras consideram os aspectos físicos e maleáveis das diferentes conexões e dispositivos interligados.

Lobato e Kenkel (2015, p. 24-25, tradução nossa) compreendem o ciberespaço de maneira ampla, como “a rede de informações mundial interconectada e a infraestrutura de comunicações que engloba a Internet, redes de telecomunicações, sistemas de computadores e as informações contidas neles”. A definição proposta pelos autores, propõe uma abordagem ampla do conceito de espaço cibernético como sendo uma grande rede de comunicações interconectadas que engloba diversos atores ligados a ela.

Libicki (2009) oferece uma definição mais específica, pois interpreta o espaço cibernético como um meio menos tangível que os tradicionais domínios de terra, ar e mar. Para o autor, o espaço cibernético é composto por três camadas interconectadas: a primeira é representada pelo *hardware*, componentes eletrônicos físicos, na forma de fios, antenas, e toda sorte de dispositivos interconecta-

dos, incluindo desde computadores e celulares aos sistemas de armamentos, veículos aéreos não tripulados (VANTs), e assim por diante. A segunda camada – ou sintética –, consiste no *software*. Nessa se encontram as instruções e comandos que os desenvolvedores e engenheiros dão aos elementos da primeira camada para que os mesmos cumpram seu objetivo e se comuniquem uns com os outros. Por último, existe a camada semântica, na qual as informações são contidas na forma de dados binários a serem organizados em linhas de código ou qualquer outro tipo de informação.

Nesse contexto, o ciberespaço pode ser entendido como um domínio existente mediante a interconectividade de fluxos informacionais, no qual se inserem toda sorte de redes e infraestruturas críticas para a sociedade hodierna. Logo, a partir do momento que há conexão entre um ou mais dispositivos, o espaço cibernético se torna realidade, servindo como uma plataforma para variadas relações humanas. Por abranger atores distintos, o ciberespaço é palco para inéditas relações de poder. Estas engendram diferentes ameaças que interagem, modificam e exploram os fluxos informacionais do domínio cibernético.

A análise do ciberespaço demanda especial atenção a três elementos essenciais. Estes representam peculiaridades inerentes ao ciberespaço e impõem desafios teóricos e práticos às relações sociais. O primeiro elemento é a desterritorialidade do espaço cibernético. Considerando os elementos físicos da camada de *hardware* como dispositivos que atuam de forma análoga a nós numa grande rede de comunicações globais, composta por fluxos de informações, comprehende-se que esses fluxos informacionais correspondem à uma lógica reticular inerente exclusivamente ao espaço cibernético que interliga os diferentes dispositivos físicos interconectados pelo ciberespaço. Sublinha-se que as tradicionais definições e interpretações de território o compreendem como a área geográfica delimitada por fronteiras, correspondendo à uma lógica zonal mediante o recorte espacial, na qual o Estado realiza o controle soberano do território⁴.

A desterritorialidade do ciberespaço se faz presente a partir do momento que sua lógica reticular, na forma de fluxos interconectados, permeia o território de diferentes Estados; ou quando os dispositivos que servem de nós na rede do ciberespaço são controlados e/ou explorados por outros Estados. Ou seja, a interconectividade de diferentes pontos numa rede global acaba por permear⁵ as fronteiras, tidas como fundamentais para a lógica zonal na qual o conceito de território é fundamentado.

O segundo elemento corresponde à difusão de poder no espaço cibernético. Conforme o domínio cibernético surge como espaço alternativo para o exercício do poder, a multiplicidade de atores na rede, em conjunto com a facilidade do acesso e aquisição de equipamentos e capacidades permitem a relativa redução do distanciamento de capacidades entre Estados militarmente mais fortes, Estados fragilizados, organizações e/ou indivíduos não estatais. Nesse contexto, o número de ameaças em potencial cresce exponencialmente, uma vez que novos atores utilizam o espaço cibernético tanto para o exercício de *soft* quanto de *hard power* (NYE, 2012). De fato, Marcos Guedes de Oliveira (2014), ao tratar do potencial inexplorado da guerra cibernética, alerta para

⁴ A concepção de lógica reticular e zonal parte da análise de território-rede, idealizada por Haesbaert (2007), na qual as diferentes territorialidades de grupos e indivíduos se mesclam com a hegemonia territorial de Estados. A abordagem aqui utilizada, no entanto, usa o termo no sentido mais específico ao ciberespaço, considerado a lógica reticular dos fluxos informacionais dentro da rede do ciberespaço que permeia as fronteiras da concepção zonal dos territórios estatais.

⁵ Trata-se de uma generalização. É sabido que países como China e Coréia do Norte possuem amplas restrições ao uso de suas telecomunicações e acesso à rede global de computadores.

as eventuais consequências decorrentes da atuação de indivíduos no ciberespaço que podem vir a afetar sistemas dos quais a sociedade depende. Segundo o autor:

Um novíssimo campo de ação está relacionado com a facilitação de insurreições, manifestações e mesmo golpes via uso e manipulação de recursos compartilhados pelas redes de telefonia celular. O sucesso em operações com esse formato reduziria em muito os custos de intervenção aberta e militar em países menores e daria às nações dominantes dessa tecnologia um forte argumento em favor da não regulamentação internacional do meio cibernético (OLIVEIRA, 2014, p. 194-195).

A terceira peculiaridade decorre da incerteza que se desenvolve no domínio cibernético. Kallberg e Cook (2017), ao tratarem dos desafios do espaço cibernético para o pensamento militar tradicional, apontam que o anonimato e a dificuldade de se mensurar o impacto de um ataque cibernético são elementos que corroboram para o predomínio do princípio da incerteza inerente ao domínio cibernético. Dada sua natureza interconectada e altamente complexa, um eventual ataque é dificilmente quantificado ou mensurado, já que os efeitos não são necessariamente cinéticos e/ou imediatos, estando muitas vezes escondido debaixo de inúmeras camadas de rede semânticas e sintáticas.

O anonimato, por sua vez, pode ser utilizado como ferramenta tanto de proteção quanto de ataque. Tal característica pode ter como consequência a identificação errônea de um ataque cibernético, ocasionando um eventual contra-ataque a inocentes, levando à escalada descontrolada do conflito. O advento do novo domínio eleva o “derrotar o inimigo sem lutar” e o “fazer os outros lutarem suas batalhas” a outro patamar.

A combinação dos elementos de desterritorialidade, difusão de poder e incerteza permite que novas e velhas ameaças atuem no espaço cibernético, realizando um escopo de atos que vão desde a diplomacia à sabotagem, espionagem, monitoramento e mesmo a ataques com efeitos cinéticos. O espaço cibernético se consagra, dessa maneira, como palco para toda sorte de atores e ameaças.

Como exemplo, Edward Snowden – então analista da Agência de Segurança Nacional Norte Americana (NSA) –, no ano de 2013, em parceria com jornalistas de diferentes países revelou o programa de espionagem e monitoramento exercido pela NSA. Países como Brasil, Alemanha e França tiveram chefes de Estado, membros do governo e empresas monitoradas pela agência norte americana, com o auxílio de países aliados pertencentes ao chamado grupo “Cinco Olhos”, composto por agências de segurança dos EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido, que trabalhavam em conjunto, monitorando cidadãos ao redor do globo (BRIDI; GREENWALD, 2013; WIKILEAKS, 2015; PRIVACY INTERNATIONAL, 2015).

Decorrente da espionagem no Brasil, é pertinente a fala de Celso Amorim (2013, p. 289), a respeito do contínuo estreitamento da linha que separa a espionagem online e a guerra cibernética a partir de características como a incerteza no ciberespaço:

O monitoramento de dados e a guerra cibernética têm em comum o emprego de instrumentos de altíssima tecnologia para atividades que importam em graves violações de soberania. Quando o objeto do monitoramento vai além da mera observação, e visa a tomada de conhecimentos tecnológicos, a fronteira entre a espionagem e a guerra fica

ainda mais difícil de ser determinada. Conceitualmente, não haveria diferença, salvo talvez no que diz respeito a danos imediatos, entre um ato de espionagem, de busca de informações econômicas e tecnológicas, e um ataque tradicional para a obtenção de um recurso econômico.

O monitoramento e a guerra cibernética podem alvejar tanto países tidos como hostis ou como ameaças imediatas quanto países amigos e aliados. Já sabemos que esse foi o caso na interceptação de dados. Não se pode excluir que o mesmo ocorra com ataques cibernéticos, provenientes de qualquer quadrante. Essas duas atividades ilustram em tons muito fortes alguns dos novos desafios da segurança internacional.

O monitoramento exposto por Snowden representa a exceção a regra, já que devido à multiplicidade de atores e anonimato no ciberespaço é improvável identificar com precisão a atuação de atores nacionais. Porém, é possível vislumbrar a atuação de atores estatais no espaço cibernético, sem que ocorra uma confirmação ou reconhecimento oficial.

Talvez um dos exemplos mais emblemáticos seja o caso Stuxnet. Trata-se de um *malware* que contaminou os computadores de centrífugas nucleares iranianas, sabotando o projeto nuclear do país. Todos os indícios apontam para um ataque cibernético realizado pelos Estados Unidos em conjunto com Israel para atrasar o programa nuclear daquele país. No entanto, estadunidenses e/ou israelenses nunca assumiram de fato a autoria do ataque (KENNEY, 2015).

O monitoramento ou a sabotagem cibernética realizada por outros Estados, constituem “velhas ameaças” no sentido de que sempre houve espionagem, sabotagem e guerras entre países. Porém, estas se tornam “velhas ameaças” no ciberespaço a partir do momento que a difusão de poder às obriga a atuar paralelamente com outros agentes.

No que tange as novas ameaças do espaço cibernético, tem-se aquelas não apenas provocadas por estados para os fins mencionados acima, mas também, as ameaças promovidas por atores não estatais. Ou seja, são transpassadas as ameaças do nível estatal para o nível dos indivíduos. Estes, por exemplo, passam a ser capazes de desestabilizar governos mediante a realização de ataques com as mais variadas motivações. Dentre as ameaças não estatais podem ser apontados o ativismo cibernético, o crime cibernético e o terrorismo cibernético.

O ativismo cibernético é caracterizado como a mistura entre as ações *hacker* e o ativismo político, de forma a inviabilizar servidores ou sítios eletrônicos (CEPIK; CANABARRO; BORNE, 2014). Pode-se dizer, ainda, que o ciberativismo envolve-se em questões voltadas a determinadas causas a partir da realização de ataques aos governos e empresas que apresentam-se em contradição com seus ideais, de forma a induzi-los a reavaliar suas decisões institucionais, a fim de chamar a atenção do público à causa defendida (ZUCCARO, 2012).

Definido como ato ou omissão cometida em violação a uma lei no espaço cibernético, o crime cibernético apresenta-se como uma atividade criminal relacionada à invasão ilegal à computadores, manipulação de informações, sabotagem de equipamentos e roubo de dados (SAINI; RAO; PANDA, 2012). De forma mais abrangente, pode-se dizer que o cibercrime é o desenvolvimento de ações ilícitas a serem aplicadas em sistemas e redes de computadores. Utilizando-se da espionagem cibernética para testar configurações e sistemas de defesa a fim de ter acesso a informações sigilosas, cibercriminosos podem realizar sabotagens cibernéticas ao gerar empecilhos por meios eletrônicos (CEPIK; CANABARRO; BORNE, 2014).

O ciberterrorismo, mesmo que não possuindo uma definição amplamente aceita – tendo em vista a variação do termo componente terrorismo – (CHEN, 2014), é interpretado, de forma geral, como ações realizadas por atores não estatais contra redes e sistemas de computadores, capazes de resultar em violência contra cívis. No mais, os ataques devem conter motivação política e gerar danos físicos além de virtuais (POLLIT, 1998; WEIMANN, 2005; KENNEY, 2015). Segundo Dorothy Denning (2000), ameaças cibernéticas contra computadores, redes e sistemas indicam a busca por intimidação dos governos e das populações, almejando o alcance de objetivos sociais e políticos de grupos e indivíduos. Além disso, o ciberterrorismo visa uma ampla escala de exibição e publicidade, assim como no terrorismo tradicional (COLLIN, 1997).

Independente das motivações de determinadas ameaças, é percebido que o espaço cibernético se demonstra como ambiente no qual diferentes ações são realizadas com variáveis níveis de sucesso. A interconectividade ao passo que aproxima as pessoas e permite uma gama de atividades e facilidades antes inimagináveis, abre também portas para ameaças há pouco impensáveis. Logo, diversos Estados percebem a importância da segurança e defesa cibernética nacionais, uma vez que ataques dessa natureza podem gerar danos físicos, políticos, econômicos e sociais irremediáveis.

3 A securitização do ciberespaço

O cenário internacional pós-Guerra Fria ensejou a discussão de novos temas na agenda internacional que passaram a ganhar maior relevância nos anos 1990, tornando-se necessária a introdução de novos modelos de análise de segurança (FARRET, 2014). Pela insuficiência do debate teórico-epistemológico do período, a produção, antes concentrada em questões estadocêntricas, ampliou-se para análises de atores não estatais e individuais, demonstrando que o sistema internacional deveria ser analisado não apenas através das relações interestatais. Assim, conceitos até então considerados imutáveis passaram a ser redefinidos (BUZAN; HANSEN, 2012).

Baseada nas premissas da corrente construtivista, a Escola de Copenhague desenvolve o conceito teórico de securitização. Compreendendo o alargamento do campo da segurança internacional, a Escola amplia o conceito de segurança para além do domínio político-militar ao introduzir novos setores de análise: o econômico, o ambiental e o societal. Pra isso, utiliza-se da análise dos discursos e das unidades de segurança para verificar a securitização de determinado tema.

Por meio da teoria de securitização, novas formas de análise de segurança passaram a ser consideradas por intermédio dos discursos e do posicionamento de agentes não-estatais e individuais no sistema internacional. Assim, novas ameaças internacionais, anteriormente ligadas essencialmente ao Estado, passaram a ser melhor percebidas e entendidas (MOTTA, 2014). Esse aspecto possibilitou que os estudos fossem estendidos para a segurança dos indivíduos e demonstrou casos em que o Estado e a sociedade não se equilibram como, por exemplo, quando minorias nacionais são ameaçadas pelo próprio Estado ou, quando este mobiliza a sociedade para a confrontação de ameaças internas ou externas (BUZAN; HANSEN, 2012).

De acordo com Grace Tanno (2003), os processos de construção de segurança iniciam-se a partir de discursos realizados por atores interessados em estabelecer as agendas de segurança, podendo, dessa forma, sofrer o processo de securitização. Contudo, tal processo não depende apenas dos agentes securitizadores como, também, necessita que a proposta seja socialmente reconhecida como uma ameaça à segurança. Em outras palavras, para que seja criada uma situação de segurança a partir do discurso, é preciso que a audiência a qual ele se dirige e a qual requisita os meios necessários para o objeto que virá a ser securitizado concorde voluntariamente com o discurso, direcionando o ato de securitização (AMARAL, 2008).

Portanto, entende-se por securitização o processo no qual o Estado é ameaçado existencialmente, sendo necessárias ações emergenciais que podem, inclusive, ultrapassar leis e procedimentos políticos (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). Logo, securitização cibernética pode ser interpretada como o processo de ação emergencial contra uma ameaça em potencial no espaço cibernético. São considerados atores do ambiente cibernético os estados, as instituições, as corporações industriais e empresariais, os setores financeiros e de serviços, grupos de ativistas políticos e religiosos, criminosos digitais, entre outros. A variedade e quantidade de atores multiplicam-se na medida em que avança a tecnologia e o acesso à informação. Dentre esses atores, podem ser observados tanto aqueles que irão promover o discurso securitizador, como os atores que podem ser considerados ameaças à segurança estatal.

O processo de securitização é melhor vislumbrado no setor militar, uma vez que o monopólio da força do estado moderno torna-o legítimo para a proteção nacional diante de ameaças à segurança nacional. Dessa forma, o Estado é considerado o objeto de referência, enquanto que as elites militares são os atores securitizadores responsáveis pela determinação das ações às ameaças mediante os atos de fala (TANNO, 2003). O processo de securitização se torna evidente no momento em que o ciberespaço é reconhecido pelos documentos de defesa como um domínio estratégico no qual emanam diferentes ameaças.

A extensão das ameaças e das vulnerabilidades irá variar de acordo com as capacidades relativas e absolutas dos envolvidos (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). Entretanto, quando levado ao âmbito cibernético, a assimetria de capacidades e a crescente vulnerabilidade das infraestruturas críticas transformam a natureza da ameaça, uma vez que as peculiaridades inerentes ao ciberespaço dificultam a prevenção contra os ataques cibernéticos.

O ciberespaço amplia as formas com as quais se pode abalar a estabilidade organizacional do Estado; a organização da primavera árabe dispensa maiores comentários. Ações cibernéticas com motivações políticas⁶ que visam desestabilizar o governo de forma a divulgar determinado ideal podem provocar danos a outros setores da sociedade, tornando a securitização mais complexa e sensível. Ainda, podem provocar a perda de legitimidade interna e externa de um Estado caso não se proponha a securitizar o setor político contra as ameaças cibernéticas.

6 As ameaças políticas podem ser classificadas como ameaças intencionais – quando um Estado não reconhece a legitimidade de um Estado/governo estrangeiro ou o governo é rejeitado por um grupo no âmbito doméstico por conflitos de princípios distintos – e ameaças estruturais – quando há contradições nos princípios organizacionais do Estado (TANNO, 2003). Consoante Buzan, Weaver e Wilde (1998), as ameaças existentes no setor político a um Estado são aquelas que desafiam a soberania nacional, uma vez que uma ameaça no âmbito político pode ser transferida para os outros setores (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998).

As ameaças econômicas podem ser consideradas como aquelas “dirigidas aos setores econômicos que garantem a sobrevivência do Estado e que são fundamentais no esforço de guerra” (TANNO, 2003). Em vista da interdependência, ameaças a estabilidade econômica de um Estado podem ser entendidas como globais (BUZAN, WEAVER, WILDE, 1998). Dessa forma, as ameaças cibernéticas que visam ganhos econômicos mediante roubo de informações bancárias – tanto na escala do indivíduo como empresarial ou estatal, por exemplo – podem provocar danos econômicos e financeiros ao Estado, além de transferir esses danos para outros setores interligados.

Por fim, mesmo não tratando especificadamente da revolução da informação no estudo de segurança, a Escola de Copenhague apresenta, por intermédio da teoria de securitização, como, quando e quais consequências os atores políticos percebem como ameaça existencial à segurança a partir dos atos de fala – ou discursos políticos –, criando uma agenda de segurança emergencial. O universo cibernético amplia a gama de ameaças que passam a ser, inclusive, menos perceptíveis, por conta das questões de anonimato e incerteza anteriormente mencionadas. Essas peculiaridades do novo domínio ensejam novas abordagens no processo de securitização.

4 O ciberespaço nos livros brancos de defesa

Tendo em vista a eventual defasagem entre as medidas de segurança e de defesa nacional em relação ao acelerado avanço da tecnologia, os Estados passam a preocupar-se em proteger e reduzir suas vulnerabilidades por meio de medidas capazes de promover algum tipo de desenvolvimento estatal no âmbito da segurança, especificamente em relação à cibernética. Diante da nova arena de poder que o espaço cibernético representa, é analisado o processo de securitização nos livros brancos de defesa da Alemanha, França e Brasil mediante o reconhecimento do ciberespaço como domínio estratégico.

Alemanha

No Livro Branco da Política de Segurança Alemã e o Futuro das Forças Armadas (*White Paper on German Security Policy and the Future of the Bundeswehr*), editado em 2016, são apresentados os desafios para a política de segurança do país. Na esfera das ameaças encontram-se a questão do terrorismo, das armas de destruição em massa, do descontrole de migração, conflitos interestatais, controle climático, entre outros. Tratando especificamente do domínio cibernético, há uma clara preocupação com as vulnerabilidades do Estado frente a possíveis ataques cibernéticos. Sobre o tema, o documento afirma serem necessárias “medidas urgentes para a proteção contra ameaças” (GERMANY, 2016, p. 36, tradução nossa).

O documento alemão não oferece uma definição clara sobre segurança cibernética. Entretanto, apresenta o conceito de domínio da informação como o espaço no qual as informações são geradas, processadas, disseminadas, discutidas e armazenadas. Conforme o Livro Branco da Política de Segurança Alemã, o espaço cibernético é tido como espaço virtual de todos os sistemas da Tecnologia da Informação vinculados ou vinculáveis em escala global.

É apontado, no documento, a gravidade dos ataques cibernéticos à infraestruturas críticas que podem gerar consequências à população civil, expondo que os efeitos dos ataques não podem ser resolvidos em um futuro previsível, uma vez que a tendência é que essa questão continue a se agravar. Ainda, é apresentado que a cibernética e o domínio da informação são áreas de importância estratégica e internacional, sendo necessária a melhora do tempo de resposta como prevenção aos ataques cibernéticos e operações de informação, colocando como prioridade a proteção e a defesa cibernética.

Devemos tomar medidas preventivas para reduzir esse risco por meio de mecanismos de construção de confiança e resolução de conflitos. Existem poucas áreas em que a segurança interna e externa estão tão estreitamente entrelaçadas quanto no espaço cibernético. A situação de ameaça no espaço cibernético exige uma abordagem holística no âmbito da política de segurança cibernética (GERMANY, 2016, p. 38, tradução nossa).

Em relação ao setor cibernético, o Livro Branco da Política de Segurança Alemã prioriza a necessidade de reduzir as vulnerabilidades das infraestruturas críticas nacionais, como sistemas de comunicação, energia e logística. No tocante às ameaças consideradas no documento, é apresentada preocupação em relação a ataques de atores não estatais, como grupos terroristas, crime organizado, além de indivíduos especializados que poderiam provocar sérios danos com mínimos esforços. Tais ameaças confirmam a preocupação com atos que podem ser provocados por agentes não-estatais. Assim, indivíduos são percebidos como atores internacionais, conforme análise do documento alemão. Tal fato, por si só, ensejaria densa discussão teórica relativa às relações internacionais, o que extravasa, em muito, os propósitos e limites do presente artigo.

O documento não apresenta especificamente a relação do espaço cibernético com a esfera civil, mas deixa claro a importância da transparência entre os setores público e privado e a necessidade de cooperação com outros estados. Conforme o Livro Branco da Política de Segurança Alemã, apenas por meio de uma política de segurança cibernética e uma política externa cibernética seria alcançada uma efetiva proteção contra cibercriminosos e ataques cibernéticos. As informações obtidas no documento são summarizadas na tabela a seguir.

Tabela 1 - Sumário das informações obtidas no Livro Branco da Política de Segurança Alemã

Ano de edição	2016
Existe alguma definição clara de segurança cibernética nos documentos?	Não
O que esses documentos exprimem sobre o setor cibernético?	Área de importância estratégica e internacional. É priorizada a proteção e defesa cibernética.
Quais são as ameaças consideradas?	Atores não estatais. Grupos terroristas, crime organizados, indivíduos especializados em danos infraestruturais.
Qual é o posicionamento em relação ao envolvimento de outros setores civis?	Não especifica, mas afirma a necessidade de transparência entre os setores para o combate das ameaças cibernéticas.

Fonte: Baseado em Germany (2016)

A Alemanha atribui o surgimento de novas ameaças como um dos fatores que levou à necessidade de reformulação do seu livro branco, argumentando que “novas ameaças e perigos surgiram além daqueles que já existiam” (GERMANY, 2016, p. 15). No que tange as ameaças oriundas do domínio cibernético, há uma sessão dedicada exclusivamente ao combate a “Ameaças aos sistemas de informação e comunicação, linhas de suprimento, rotas de transporte e comércio, bem como ao fornecimento seguro de matérias-primas e energia” (GERMANY, 2016, p. 41). Nessa sessão, a prosperidade da sociedade alemã é tida como dependente do uso de comunicações e informações globais, e qualquer “interrupção do acesso a esses bens públicos globais em terra, no ar, no mar, no domínio cibernético e da informação e no espaço envolve riscos consideráveis para a capacidade de nosso estado funcionar e para a prosperidade de nossos cidadãos” (GERMANY, 2016, p. 41).

O texto sustenta a necessidade de aprimoramento de pessoal e tecnologia para melhor atuação estatal no ciberespaço. Talvez, como consequência, em abril de 2017, foi criado o Cyber and Information Space Command (CIR), que corresponde ao braço cibernético das forças armadas alemãs (WERKHÄUSER, 2017).

França

Na análise do Livro Branco da Defesa e Segurança Nacional Francesa (French White Paper on Defence and National Security), elaborado, em 2013, pelo governo francês, é constatada a preocupação com ataques cibernéticos – juntamente com ameaças de proliferação nuclear, pandemias e terrorismo –, logo nas primeiras linhas do prefácio escrito pelo então presidente François Hollande.

O documento considera a crescente inserção da sociedade francesa nos meios de comunicação como uma forma de vulnerabilidade. Nesse sentido, ressalta que o acesso universal ao ciberespaço e a não identificação de responsáveis (logo, a questão da incerteza, anteriormente discutida) são seus principais agravantes. No contexto, são aludidas as ameaças no ciberespaço, desde cibercriminosos à ataques cibernéticos liderados por outras nações. Por essas colocações, visualiza-se no Livro Branco francês que o ciberespaço é entendido como ambiente essencial ao Estado, palco de desafios e conflitos em potencial. “A possibilidade de um grande ciberataque em sistemas nacionais de informação num cenário de guerra cibernética constitui uma ameaça extremamente grave para a França e os seus parceiros europeus” (FRANCE, 2013, p. 43).

Em relação às perguntas que compõem a análise comparativa proposta neste artigo, o Livro Branco da Defesa e Segurança Nacional Francesa não oferece uma definição clara de segurança cibernética. Porém, interpreta o ciberespaço como área de conflitos e o considera uma prioridade estratégica em relação à proteção contra ameaças e ataques. Em relação às ameaças, são considerados tanto agentes não estatais quanto Estados que podem desenvolver espionagem e ataques cibernéticos. A respeito da introdução do setor civil como auxílio para a proteção nacional, o documento, apesar de envolver outros setores do governo – além das Forças Armadas –, não aborda a questão do envolvimento civil. A tabela 2 apresenta uma síntese das informações obtidas.

Tabela 2 - Sumário das informações obtidas no Livro Branco da Defesa e Segurança Nacional Francesa

Ano de edição	2013
Existe alguma definição clara de segurança cibernética nos documentos?	Não
O que esses documentos exprimem sobre o setor cibernético?	O ciberespaço é considerado área de confronto e de ameaças. É percebido como prioridade estratégica a partir da proteção contra ciberataques.
Quais são as ameaças consideradas?	Não estatais, como cibercrime e terrorismo à empresas estatais. Considera a possibilidade de ataques cibernéticos em um cenário de ciberguerra.
Qual é o posicionamento em relação ao envolvimento de outros setores civis?	Apesar de envolver outros setores do governo, além das Forças Armadas, não aborda a questão do envolvimento civil.

Fonte: Baseado em France (2013)

No caso da França, não são consideradas novas ameaças especificamente. Isso se deve, de acordo com o Livro Branco francês, ao fato de que as ameaças aludidas no documento já terem sido abordadas na versão anterior, publicada em 2008. No entanto, o documento trata, em sua introdução, da disseminação de riscos e ameaças. Entre elas, o terrorismo, ciberameaças, crime organizado, a proliferação de armas convencionais e nucleares. Riscos pandêmicos, tecnológicos e naturais são tidos como questões estratégicas que podem ter consequências danosas para a França (FRANCE, 2013, p.10).

O Livro Branco da França apresenta uma sessão específica ao combate a ciberameaças, que, conforme o texto, se tornam proeminentes conforme a sociedade francesa passa a depender mais de sistemas informacionais interconectados. A capacidade de se proteger contra ataques cibernéticos é tratada como uma questão de soberania nacional. Assim, como o documento alemão, o Livro Branco francês enaltece a necessidade de desenvolvimento de pessoal e capacidades para operação no ciberespaço. Tal como no caso alemão, não há qualquer menção a ideia de criação do COMCYBER, unidade de guerra cibernética que se tornou operacional três anos após a publicação do Livro Branco francês (REEVE, 2016).

Brasil

A transversalidade entre as novas e as tradicionais ameaças indicaram a necessidade de adequação dos novos temas à realidade brasileira. Com interesse em promover transparência e diálogos entre as instituições nacionais, a sociedade e a comunidade internacional no âmbito da defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) brasileiro propõe ser um mecanismo de cooperação entre os países da América do Sul.

Nesse sentido, o setor cibernético foi incluído ao documento no status de prioridade estratégica nacional, juntamente com os setores nuclear e espacial. A incorporação do setor ao LBDN relaciona-se com a criação do Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil, publicado em 2010. Preliminarmente elaborado na intenção de ser referência para a criação de um “Livro Branco: Política Nacional de Segurança Cibernética”, o documento apresenta diretrizes estratégicas nacionais de cibersegurança, assim como aponta esforços de cooperação e diálogo internacional, principalmente no âmbito da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE).

O Livro Verde designa e elucida os principais setores estratégicos brasileiros em níveis de oportunidades e desafios que envolvem a segurança cibernética, sendo eles: político-estratégico, econômico, social e ambiental, CT&I, educação, legal, cooperação internacional e segurança das infraestruturas críticas. Por meio destes, propõe uma macro-coordenação entre setores e interagências que atuam na esfera da cibersegurança, com a finalidade de fortalecer o espaço cibernético brasileiro. O referido documento deixa claro também que o desenvolvimento de estratégias e normas asseguram o crescimento de incentivos a pesquisa e inovação, gerando a capacitação de recursos humanos, maior proteção das infraestruturas críticas e cooperação nacional e internacional.

Vislumbrando a estruturação da segurança cibernética no Brasil, o Livro Verde apresenta como proposta de agenda iniciativas para

[...] apoiar e fortalecer suas atividades, de forma a viabilizar e agilizar tanto a formulação de políticas, normas e regulação, a pesquisa e o desenvolvimento de metodologias e tecnologias, quanto à cooperação internacional e a implantação e promoção de uma macro-coordenação que propicie a integração de processos, visando assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações de interesse do Estado brasileiro e da sociedade, bem como a resiliência de suas infraestruturas críticas (BRASIL, 2010, p. 25).

Por mais que o Livro Verde não tenha concretizado o objetivo de lançar a política nacional de cibersegurança, possibilitou a abertura do planejamento estratégico nacional de segurança cibernética para a Estratégia Nacional de Defesa (END), para a Política Nacional de Defesa (PND) e, logo, para o LBDN. Os apontamentos propostos alcançaram o escopo de fomentar a proteção e o desenvolvimento do ciberespaço brasileiro, principalmente ao evidenciar a relevância que as demais nações conferem ao tema. Dessa forma, o interesse em atribuir importância ao setor cibernético traduziu-se em determinar premissas para um projeto de ciberdefesa e apresentar esforços de atuações interagências, conforme indicado no LBDN de 2012. Para isso, o Livro Branco designa como responsabilidade do Exército Brasileiro a defesa do espaço cibernético⁷.

No âmbito da coordenação do Exército, são indicados os avanços na capacitação de recursos humanos, assim como a competência de agir e proteger o ciberespaço. De forma a estimular o avanço e as inovações tecnológicas para a base industrial de defesa, o LBDN aponta para a construção de sistemas e de componentes críticos nacionais. Além disso, o documento apresenta o Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) como o agente responsável por fortalecer a segurança, possuir a liberdade de ação de resposta a incidentes cibernéticos, capacitar recursos humanos e proteger o ciberespaço brasileiro. Para tais fins, o CDCiber atua em conjunto com outros órgãos governamentais que abrangem o setor.

A inserção do setor cibernético ao âmbito de setores estratégicos de defesa é apresentada no LBDN na forma de “conferir confidencialidade, disponibilidade, integridade e autenticidade aos dados que trafegam em suas redes, os quais são processados e armazenados” (BRASIL, 2012, p. 71). Além de

⁷ Conforme os mais altos documentos de Defesa do Brasil (LBDN, PND e END) existem três setores estratégicos para a Defesa nacional: cibernético – sob responsabilidade do Exército –; nuclear – sob responsabilidade da Marinha – e espacial, sob responsabilidade da Força Aérea.

demonstrar ser um objetivo a longo prazo, o documento também aponta para ações a serem executadas no curto prazo, tendo em vista a dinamicidade que o setor possui. São elas: i) construção da sede do CDciber; ii) aquisição de infraestrutura, equipamentos de apoio e soluções de *hardware* e *software* de defesa; iii) capacitação de recursos humanos e; iv) projetos que estruturem o setor cibernético.

Tem-se, portanto, que o LBDN expõe de forma abrangente os indicativos e as competências que se atribuem ao setor cibernético. Em questões de conceitos e definições, não foram especificados os temas que compreendem o escopo do espaço cibernético, dificultando a congruência de informações e formulações dos termos para a atuação dos órgãos responsáveis. Não apenas, não foram identificadas as ameaças que são oferecidas ao ciberespaço brasileiro. Em relação a atuação de outros atores na defesa cibernética, o LBDN menciona apenas a participação de órgãos governamentais que já possuíam alguma ligação com o setor.

É importante salientar, ainda, que a primeira edição do Livro Branco de Defesa Nacional brasileiro foi publicada em 2012; a segunda edição, de 2016, somente seria aprovada em dezembro de 2018 pelo Congresso Nacional⁸. O presente artigo utilizou como fonte a versão de 2012 e a minuta do documento de 2016, aprovada na íntegra pelo Congresso⁹. Diante da capilaridade das tecnologias de informação e comunicação na sociedade brasileira, a minuta do LBDN de 2016 alerta para os desafios que são postos ao país pela natureza híbrida ou irregular dos “conflitos do futuro”, que aglutinam ações de combate regular com elementos informacionais e cibernéticos, podendo ser realizado por atores estatais e não estatais. O surgimento de guerras cibernéticas, de maneira geral, também é tido como um desafio para a defesa brasileira.

Na minuta do LBDN, tem-se que a “ameaça cibernética tornou-se uma preocupação, por colocar em risco a integridade de infraestruturas sensíveis, essenciais à operação e ao controle de diversos sistemas e órgãos diretamente relacionados à segurança nacional” (BRASIL, 2016, p. 57). Ainda assim, o LBDN não caracteriza especificamente o que seria ameaça cibernética. No entanto, o setor cibernético, em conjunto com o nuclear e espacial, mantém-se considerados estratégicos e prioritários para a defesa nacional.

O documento de 2016 ainda não oferece uma definição clara sobre o que seria segurança cibernética. O ciberespaço é tido como prioridade a partir do momento que, por intermédio dele, se pode causar danos a infraestrutura e a sociedade que está cada vez mais inserida nas tecnologias de informação e comunicação. Em relação às ameaças, o documento comenta brevemente sobre a possibilidade de ataques cometidos por agentes estatais e não estatais, porém não se aprofunda na identificação ou caracterização destes. Por fim, a respeito do envolvimento com o setor civil, o LBDN além de tornar o Exército Brasileiro responsável pela defesa do espaço cibernético, envolve outros setores do governo e militares, considera a participação em fóruns internacionais, e aborda a questão do envolvimento civil, mediante a aproximação das Forças Armadas com o setor privado e a academia.

Dessa forma, é possível visualizar nos documentos de defesa apresentados que os esforços em promover regulações e objetivos claros para a atuação no setor cibernético encontram-se em

⁸ O decreto legislativo PDS 137/2018 que aprovou as novas diretrizes para a Política Nacional de Defesa (PND), para a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a atualização do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de dezembro de 2018.

⁹ Para uma análise aprofundada dos documentos de defesa do Brasil e de outros países da América do Sul, consultar a obra “Guia de Defesa Cibernética na América do Sul” de Oliveira et al (2017).

fase inicial. Por mais que, no intervalo entre os dias atuais e o LBDN de 2012, tenha sido apresentada a minuta do LBDN em 2016, é demonstrada pouca evolução em questões de objetivos, metas e aspirações entre eles. Tendo em vista a dinamicidade que o espaço cibernético oferece e a velocidade que as ameaças se transformam no mundo contemporâneo, chama-se atenção para a necessidade de tornar os mecanismos efetivos no combate aos ataques cibernéticos, assim como os documentos influírem com clareza as especificidades de atuação para o órgão responsável.

Tabela 3 - Sumário das informações obtidas no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)¹⁰

Ano de edição	2016 (minuta)
Existe alguma definição clara de segurança cibernética nos documentos?	Não
O que esses documentos exprimem sobre o setor cibernético?	O setor cibernético é visto como prioritário, pois por intermédio do ciberespaço se pode causar danos a infraestrutura
Quais são as ameaças consideradas?	Estatais e não estatais. Não há uma maior profundidade sobre quais seriam essas ameaças.
Qual é o posicionamento em relação ao envolvimento de outros setores civis?	Envolve outros setores do governo e militares, considera a participação em fóruns internacionais, mas não aborda o envolvimento civil.

Fonte: Baseado em Brasil (2016)

A versão mais recente do LBDN brasileiro determina o estabelecimento do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) como organização militar conjunta, na qual estão subordinados o CDCiber e a Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber). A criação do ComDCiber “tem como principais atribuições, dentre outras, planejar, orientar, supervisionar e controlar as atividades operacional, de inteligência, doutrinária, de ciência e tecnologia, bem como de capacitação no Setor Cibernético de Defesa” (BRASIL, 2016, p. 58). Nesse ponto, é identificada uma progressão institucional da questão cibernética nos documentos brasileiros, em decorrência da criação de um comando mais abrangente e portanto, mais capacitado hierarquicamente em termos de pessoal, recursos e infraestrutura que o CDCiber, como estabelecido pela versão do LBDN de 2012.

A criação do ComDCiber evidencia, portanto, uma evolução na percepção do valor estratégico atribuído ao setor cibernético pelo governo brasileiro como agente securitizador. Contudo, é importante ressaltar que não se trata de uma ramificação das Forças Armadas como ocorre com o CIR alemão e o COMCYBER francês.

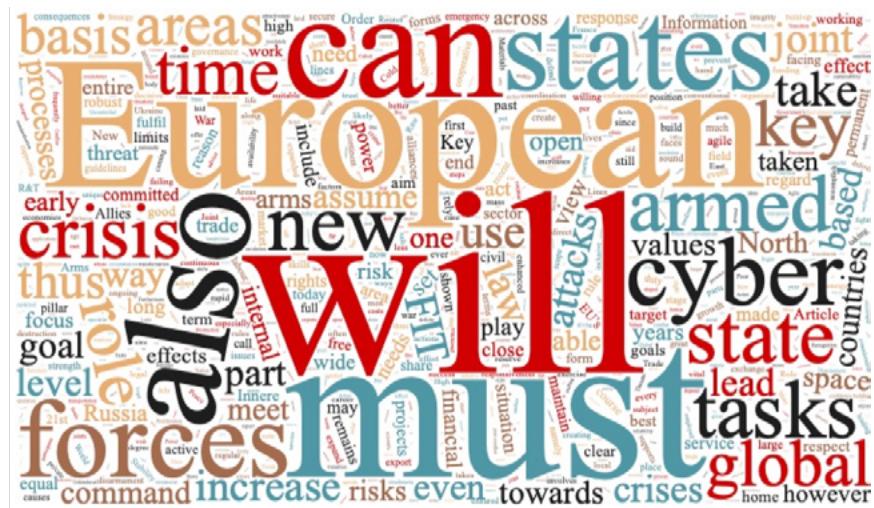
5 Análise comparativa dos documentos

No que tange a análise comparada dos conteúdos dos documentos, buscou-se evidenciar os variados níveis de proeminência atribuídos pelos Estados em questão a temas específicos.

¹⁰ Apesar de no presente artigo serem abordadas tanto as edições de 2012 quanto de 2016, por questões metodológicas, a análise sumária restringe-se ao último documento, ou seja, a versão mais recente do LBDN publicado pelo Brasil, tal como ocorreu nas análises da Alemanha e França.

Com o intuito de evidenciar a proeminência de determinados temas nos documentos, foi feita a análise de contagem automatizada do número de ocorrências de palavras em cada livro branco, resultando na agregação de palavras a seguir:

Figura 1 - Agregação de palavras do Livro Branco de Defesa da Alemanha



Fonte: Baseado em Germany (2016)

É notória a proeminência do contexto europeu em relação ao nacional. Observa-se, ainda, que a temática cibernética aparece com significada frequência no texto. Isso ocorre devido à utilização ampla do prefixo “cyber” ao longo do livro, empregado para se referir a “ciberameaças”, “ciberataques”, “ciberespaço”, entre outros.

A figura 2 apresenta graficamente as palavras e temas mais presentes no documento francês.

Figura 2 - Agregação de palavras do Livro Branco de Defesa da França



Fonte: Baseado em France (2013)

Sem maiores aprofundamentos, nota-se, rapidamente, a substituição do termo “european”, destaque na análise do documento alemão, pela palavra “world”, no texto francês. O termo “cyber” não possui no documento francês a mesma proeminência verificada no documento alemão. A agregação de palavras oriunda do Livro Branco francês evidencia um discurso mais imperativo, quando comparado ao documento alemão, enquanto a temática de ameaças aparece de forma mais proeminente ao longo do texto.

Figura 3 - Agregação de palavras do Livro Branco de Defesa do Brasil¹¹



Fonte: Baseado em Brasil (2016)

A aglomeração de palavras na minuta de 2016 evidencia a proeminência da participação militar na defesa, quando comparado aos outros países. Enquanto os demais livros brancos não chegam a distribuir atribuições para diferentes forças ou setores civis, a minuta do LBDN é objetivo e categórico, mantendo as áreas de responsabilidade para cada ramo das Forças Armadas e determinando a criação do ComDCiber.

Dando continuidade à análise comparativa, foi desenvolvida a tabela 4 que trata sobre a quantidade de páginas totais dos documentos, o número de páginas que abordam a questão das ameaças, novas ameaças e especificamente a questão cibernética.

Tabela 4 - Comparativo de páginas entre os livros brancos

	Total de Páginas	Páginas dedicadas a ameaças	Páginas dedicadas a novas ameaças	Páginas dedicadas à questão cibernética
Alemanha	143	24	1	28
França	135	52	0	23
Brasil	185	12	1	15

Fonte: Baseado em France (2013), Brasil (2016) e Germany (2016)

11 A incidência de preposições se deve a dois fatores: as peculiaridades da língua portuguesa e a impossibilidade de exclusão de termos na ferramenta de análise empregada.

Como observado na análise específica de cada país, a categorização de “novas ameaças” é quase inexistente, de forma que ocorre a disparidade do número de páginas que abordam a temática das “novas ameaças” e das “ameaças”. Isso se dá em decorrência do tratamento dado as ameaças não estatais, que apesar de seu ineditismo no domínio cibernético, são categorizadas como ameaças pelos documentos de defesa. Fato que indica um amadurecimento do discurso securitizador dos países e destoa da concepção de ameaças única e exclusivamente estatais.

Outro ponto relevante corresponde ao número maior de páginas para a questão cibernética em relação às ameaças, elemento que condiz com a interpretação vigente nos documentos de que o ciberespaço não é apenas o espaço para ameaças, mas também um domínio estratégico para o desenvolvimento dos países em questão.

A abordagem comparativa também considerou as palavras chave presentes nos documentos, sobre as quais foram elencados os seguintes termos: Defesa, Segurança, Militar, Exército, Aeronáutica, Marinha, Terrorismo, Drogas e Ciber (com suas variações em inglês para análise dos documentos da Alemanha e França). Foram identificados, em seguida, a frequência na qual os termos aparecem nos documentos, a fim de evidenciar a proeminência de determinados assuntos em relação aos outros.

Tabela 5 - Comparaçāo dos termos-chave

Termos chave	Defesa (Defence)	Segurança (Security)	Militar (Military)	Exército (Army)	Aeronáutica (Air Force)	Marinha (Navy)	Terrorismo (Terrorism)	Drogas (Drugs)	Ciber (Cyber)
Alemanha	53	99	49	2	0	0	13	0	28
França	136	136	83	2	2	4	18	2	24
Brasil	132	73	118	58	39	68	2	4	16

Fonte: Baseado em France (2013), Brasil (2016) e Germany (2016)

Nota-se uma maior proeminência da temática cibernética em relação aos temas terrorismo e drogas, temáticas tradicionais nos documentos de defesa. Essa ocorrência se explica pela atuação do tráfico de drogas e terrorismo através do ciberespaço, em paralelo com as ameaças que surgem no domínio cibernético. Ainda, o ciberespaço não é categorizado somente como uma temática de ameaça, como ocorre com os temas de terrorismo e drogas, mas como um domínio estratégico a ser securitizado e, concomitantemente, desenvolvido do ponto de vista econômico, social, governamental e civil.

É notório também o envolvimento do setor militar no discurso brasileiro, citando os militares e os diferentes braços das Forças Armadas em uma frequência muito maior que os demais países.

A partir da análise comparada dos documentos, é possível identificar congruências e divergências políticas no que tange a valorização estratégica do ciberespaço por nações que estão desenvolvendo suas políticas de defesa cibernética.

Nesse sentido, é importante salientar que dentre os países analisados, o Brasil é o único que não possui documentos voltados especificamente para a cibersegurança no nível estratégico. Por mais que o Livro Verde de Segurança Cibernética de 2010 seja um documento peculiar que tenha servido de base para os documentos de defesa posteriores, não foram criados novos docu-

mentos que condizem com a realidade que o setor cibernético se encontra atualmente. Enquanto Alemanha e França já são possuidoras de documentos específicos vigentes para o setor, sendo eles o *National Cybersecurity Strategy* (GERMANY, 2016) e o *National Cybersecurity Strategy* (FRANCE, 2015), respectivamente; no caso brasileiro, o documento que aborda a questão cibernética é a Doutrina Militar de Defesa Cibernética (BRASIL, 2014).

6 Conclusões

A recorrente preocupação com as ameaças oriundas de agentes estatais e não estatais, assim como o reconhecimento de vulnerabilidades infraestruturas e sociais decorrente da maior inserção da sociedade e consequente dependência do espaço cibernético, legitima-o como palco para as relações de poder na atualidade. Dessa forma, a análise da securitização do ciberespaço nos Livros Brancos de Defesa Nacional do Brasil, Alemanha e França auxiliam na determinação e na comparação de estratégias de segurança e defesa nacional.

No momento em que o espaço cibernético é reconhecido como palco de relações econômicas, políticas, militares e sociais, entende-se que o discurso securitizador dos Estados toma forma em seus documentos de defesa. Nos documentos consultados e analisados, o setor cibernético é considerado um domínio prioritário e estratégico, no qual são definidas (mesmo que de maneira abrangente) as ameaças e vulnerabilidades que um Estado está sujeito. Os responsáveis pela proteção do Estado no ciberespaço também são determinados. No mais, a prática de identificação de ameaças e objetivos por agentes securitizadores – que neste caso é o Estado – condiz com o processo securitizador capitaneado pela Escola de Copenhague.

Portanto, a recorrente presença da questão do ciberespaço e seu reconhecimento como domínio estratégico e prioritário de um ponto de vista de defesa nacional, legitima e justifica o presente trabalho. Ainda que imposta os desafios teóricos ao serem consideradas as peculiaridades do ciberespaço, buscou-se alinhar uma abordagem prática de análise comparativa do setor cibernético nos Livros Brancos de defesa da Alemanha, França e Brasil. Com isso, comprehende-se que as perspectivas do setor cibernético brasileiro ainda devem ser exploradas de forma a direcionar as diretrizes entre os agentes atuantes, assim como oferecer atribuições e possibilidades de crescimento à segurança cibernética no Brasil.

Referências

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Guerra ao Terror e a tríplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AMORIM, Celso. Segurança Internacional/ novos desafios para o Brasil. Contexto International, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 287-311, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa Cibernética**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Minuta do Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2016.

BRIDI, Sônia; GREENWALD, Glenn. Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma. **Fantástico**, [S.l.], 1 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/documentos-revelam-esquema-de-agencia-dos-eua-para-espionar-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 26/11/2018.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap De. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. UNESP: São Paulo, 2012.

CARREIRO, Marcelo. A Guerra cibernética: cyberwarfare e a securitização da Internet. **Revista Cantareira**, Niterói, RJ, n. 17, p. 123-137, jul./dez. 2012.

CEPIK, M.; CANABARRO, D. R.; BORNE, T. A securitização do ciberespaço e o terrorismo: uma abordagem crítica. In: CEPIK, M. (Org.). Do 11 de setembro de 2001 à “Guerra Contra o Terror”: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. p. 161-186.

CHEN, T. **Cyberterrorism after Stuxnet**. Carlisle: United States Army War College Press, 2014.

COLLIN, B. Future of cyberterrorism: the physical and virtual worlds converge. **Crime and Justice International**, Chicago, v. 13, n. 2, p. 15-18, 1997.

DENNING, D. E. **Cyberterrorism**: testimony before the special oversight panel on terrorism. [S.l.]: Terrorism Research Center, 2000.

FARRET, Nerissa Krebs. A securitização do narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 3, n.2, p. 117-123, abr./jun. 2014.

FRANCE. **French White Paper on defence and national security**. Paris, 2013.

FRANCE. **National Cybersecurity Strategy**. Paris, 2015.

GERMANY. **White Paper on German Security Policy and the future of the Bundeswehr**. Berlin, 2016.

GERMANY. **National Cybersecurity Strategy**. Berlin, 2016.

GOLDANI, Carlos Alberto. **Malwares**. [S.l.]: Unicert Brasil Certificadora, abr. 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, RJ, v. 9, n. 17, p. 19,46, 2007. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 12 fev. 2018.

HILDEBRANDT, Mireille. Extraterritorial jurisdiction to enforce in cyberspace? Bodin, Schmitt, Grotius in cyberspace. **University of Toronto Law Journal**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 196-224, 2013.

KALLBERG, Jan; COOK, Thomas. **The unfitness of traditional military thinking in cyber**. **IEEE Access**, Piscataway, v. 5, 2017.

KENNEY, Michael. Cyber-terrorism in a post- Stuxnet world. **Orbis**, Amsterdam, v. 59, n. 1, p. 111-128, 2015.

KUEHL, Daniel T. **From cyberspace to cyberpower**: defining the problem. Washington, DC: National Defense University, 2009.

LIBICKI, Martin C. **Cyberdeterrence and cyberwar**. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 2009.

LOBATO, Luisa Cruz; KENKEL, Kai Michael. Discourses of cyberspace securitization in Brazil and in the United States. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 58, n. 2, p. 23-43, 2015.

MOTTA, B. V. C. **Securitização e política de exceção**: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

NYE, Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. (In)Conclusão: Sobre a Necessidade de se Pensar a Defesa a Partir do Poder Cibernético. In: MEDEIROS FILHO, Oscar; FERREIRA NETO, Walfrido Bento; GONZALES, Selma Lúcia de Moura (Org.). **Segurança e Defesa Cibernética**: da fronteira física aos muros virtuais. Recife: UFPE, 2014. p. 193-196.

OLIVEIRA, Marcos Guedes de et al. **Guia de defesa cibernética na América do Sul**. Recife: UFPE, 2017.

POLLITT, M. Cyberterrorism: fact or fancy? Computer Fraud and Security, Amsterdam, v. 1998, n. 2, p. 8-10, 1998.

PRIVACY INTERNATIONAL. London, 1 Feb. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2WdGYIU>. Acesso em: 26 out. 2018.

REEVE, Tom. France unveils cyber command in response to ‘new era in warfare’. **SC Media UK**, London, Dec. 2016. Disponível em: <https://scmagazineuk.com/france-unveils-cyber-command-response-new-era-warfare/article/1475678>. Acesso em: 21 dez. 2018.

SAINI, Hemraj; RAO, Yerra Shankar; PANDA, Tarini Charan. Cyber-crimes and theis impacts: A review. **International Journal of Engineering Research and Applications**, Ghaziabad, v. 2, n. 2, p. 202-209, mar-abr, 2012.

SYMANTEC. **Internet security threat report**. Mountain View, CA, abr. 2016. v. 21.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenague aos estudos de segurança internacional. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2019.

WEIMANN, Gabriel. Cyberterrorism: the sum of all fears? **Studies in Conflict and Terrorism**, Abingdon, v. 28, n. 2, p. 129-149, 2005.

WERKHÄUSER, Nina. German army launches new cyber command. DW, Bonn, 01 April 2017. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2aTfJ>. Acesso em: 21 dez. 2018.

WIKILEAKS. **Espionnage Élysée**. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://wikileaks.org/nsa-france/>. Acesso em: 27/10/2017

ZUCCARO, Paulo Martino. Tendência global em segurança e defesa cibernética: reflexões sobre a proteção dos interesses brasileiros no ciberespaço. In: BARROS, O. S. R.; GOMES, U. M.; FREITAS, W. L. (org.). **Desafios estratégicos para segurança e defesa cibernética**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011. p. 49-77.

A participação brasileira na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana: um estudo sobre sua viabilidade geopolítica

The brazilian participation in the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central-African Republic: a study concerning its geopolitical viability

Resumo: Recentemente, o governo brasileiro foi consultado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tem realizado estudos no sentido de participar da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da RCA (MINUSCA) com envio de tropas. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar a questão centro-africana, concluindo sobre sua influência na geopolítica brasileira para a África. Inicialmente, foi analisada a questão centro-africana. Em seguida, foram descritas as principais ações geopolíticas do Brasil para a África, conforme preconiza a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e as diretrizes de política externa do Ministério das Relações Exteriores. Por fim, relacionou-se a questão centro-africana com as ações geopolíticas do Brasil na África, a fim de se solucionar o problema proposto e no intuito de avaliar a viabilidade da participação de tropas brasileiras na MINUSCA, sob a ótica da geopolítica.

Palavras-chave: República Centro-Africana. Operações de paz. ONU. Geopolítica. África Ocidental.

Abstract: Recently, the Brazilian government has been consulted by the United Nations (UN) and has been performing assessments in order to participate in the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) with troops. In this context, this paper aims at analyzing the Central African issue, concluding over its influence in the Brazilian geopolitics to Africa. Firstly, the Central African issue was analyzed. Subsequently, the main Brazilian geopolitical actions in Africa were described, according to the National Defense Policy, the National Defense Strategy and the guidelines of foreign policies of the Foreign Affairs Ministry. Finally, the Central African issue and the Brazilian geopolitical actions in Africa were interrelated, to answer the problem proposed and in order to assess the viability of the participation of Brazilian troops in MINUSCA, based on geopolitical matters.

Keywords: Central-African Republic. Peacekeeping operations. UN. Geopolitics. Western Africa.

Victor Almeida Pereira

Exército Brasileiro, Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
Resende, RJ, Brasil.
victoralmeida.pereira@eb.mil.br

Recebido em: 16 jul. 2018

Aprovado em: 26 fev. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

A República Centro-Africana (RCA) é uma antiga colônia francesa situada no interior da África, que conquistou sua independência em 1960. Desde a sua emancipação, o país passou a ser governado por uma série de governos autocráticos, que contribuíram para a atual instabilidade na região.

Porém, a raiz da crise na RCA reside na política francesa de assimilação, a qual norteou toda a administração colonial da então África Equatorial Francesa (KAH, 2016, p. 42). Por meio dela, a metrópole formava aristocracias locais, dotadas de privilégios que, em contrapartida, colaboravam com os colonizadores, acarretando, assim, numa etnicização do Estado pós-independência, pois as elites passaram a privilegiar suas etnias no exercício da política. Tal situação, até os dias atuais, constitui uma das principais causas de conflitos que assolam o país.

Contudo, outras razões podem ser elencadas para explicar o atual conflito na RCA. Abdenur e Kuele (2017, p. 1) afirmam que

a violência no país é recorrente, envolvendo raízes históricas, tais como a disputa por gado e o controle da exploração de diamantes, o descontentamento de minorias e a ausência de um Estado. Essas características interagem com um panorama extremamente dinâmico desde 2013, cujas causas mais imediatas estão relacionadas à rápida fragmentação e reconfiguração de grupos armados ilegais, especialmente a ex-coalizão Seleka e as milícias anti-Balaka, adquirindo dimensões sectárias. A combinação desses elementos históricos e contemporâneos leva a um cenário de alta imprevisibilidade e gera desafios para a sustentação da paz.

O agravamento da crise na RCA ensejou o desdobramento de diversas missões de paz da ONU, sendo as mais recentes: a Missão das Nações Unidas para a RCA (MINURCA) (1997 a 2000), o Escritório Integrado das Nações Unidas para a construção da paz na RCA (BINUCA) (2010), a Missão Internacional de Apoio à RCA (MISCA) (2013) e, mais recentemente, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da RCA (MINUSCA) (2014 até os dias atuais) (UNITED NATIONS, 2014).

A MINUSCA atualmente conta com mais de dez mil militares, mil e oitocentos policiais, além do componente civil da missão (UNITED NATIONS, 2014). Dentro do componente militar, há oficiais das forças armadas brasileiras em funções de observador e de estado-maior, porém a tropa é constituída predominantemente por forças armadas da União Africana e da União Europeia. No entanto, recentes escândalos envolvendo militares da ONU na RCA geraram desgaste à imagem da tropa perante a população local e a comunidade internacional, o que tem afetado a credibilidade da missão (GIELOW, 2017a).

Paralelamente, o Brasil encerrou sua participação com tropa na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)¹ em 15 de outubro de 2017 e, em razão do suces-

¹ A MINUSTAH foi instituída no Haiti, conforme a Resolução nº 1542, do Conselho de Segurança da ONU, de 30 de abril de 2004 (UNITED NATIONS, 2004), após a crise instaurada no país, com a renúncia do então presidente Jean Bertrand Aristide. O componente militar da missão esteve sob comando do Brasil, o qual também possuía o maior efetivo de tropas no país, o que lhe conferiu relevante projeção internacional.

so de sua atuação no país caribenho, tem sido sondado pela ONU para enviar tropas para outras missões na África, sendo um dos destinos possíveis a RCA (GIELOW, 2017b).

Todavia, tem-se questionado a relevância da participação brasileira na MINUSCA, na medida em que a RCA não faz parte do entorno estratégico brasileiro (África Ocidental) (FREITAS, 2004) e pelo fato de que o Brasil não estaria em condições de arcar com o ônus financeiro de mais uma missão de paz. Segundo informações governamentais, o Brasil gastou, ao todo, cerca de dois bilhões e quinhentos milhões de reais em sua participação da MINUSTAH, sendo reembolsado em apenas novecentos e trinta milhões de reais pela ONU (GARBIN, 2017).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa a responder ao seguinte questionamento: em que medida a questão centro-africana influencia a geopolítica brasileira para a África? Espera-se, com a resposta a esse problema, concluir sobre a viabilidade de envio de tropas brasileiras para a RCA, sob o viés geopolítico.

A Constituição Federal de 1988 preconiza em seu artigo 4º que o Brasil se rege nas suas relações internacionais por diversos princípios, dentre eles, a solução pacífica de conflitos e a defesa da paz (BRASIL, 2011), evidenciando a preocupação da política externa brasileira com as iniciativas para a paz mundial, incluindo as operações de paz.

Historicamente, o Brasil contribuiu para muitas missões de paz, desde a vigência da Liga das Nações até os dias atuais. A presença de um oficial da Marinha do Brasil na Comissão da Liga das Nações que gerenciou o conflito entre Colômbia e Peru entre 1933 e 1934 marca o início da participação brasileira nessas operações (RIBEIRO, 2014). Já entre 1947 e 1951, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil enviou dois oficiais para os Balcãs (RIBEIRO, 2014), demonstrando que o país é um contribuinte histórico para as Nações Unidas. Desde a criação da ONU, em 1945, o Brasil já participou de quatorze operações de paz, sendo a MINUSTAH no Haiti a mais relevante em termos de efetivo empregado (mais de mil militares por contingente).

Sendo assim, a pesquisa se justifica, pois, um estudo sobre a viabilidade do emprego de forças de paz brasileiras na RCA é um assunto de interesse nacional, na medida em que um dos objetivos nacionais de defesa (OND), conforme consta na Política Nacional de Defesa, é “contribuir com o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2012, p. 13). Desse modo, intensificar a participação brasileira em operações internacionais contribuiria com esse OND (BRASIL, 2012).

Cabe ressaltar que se trata de um artigo de revisão bibliográfica e documental, cujo objetivo geral é analisar a questão centro-africana, concluindo sobre sua influência na geopolítica brasileira para a África. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a problemática centro-africana; descrever as principais ações geopolíticas do Brasil para a África na atualidade; relacionar a questão centro-africana com as ações geopolíticas do Brasil na África; e avaliar a viabilidade da participação brasileira na MINUSCA, sob a ótica da geopolítica.

Em função da perspectiva qualitativa dessa pesquisa, foram adotadas duas variáveis teóricas: a geopolítica brasileira para a África (variável dependente); e a questão centro-africana (variável independente). Nesse sentido, pretende-se verificar em que medida cada um dos fatores da variável independente exerce influência sobre as principais ações geopolíticas brasileiras atualmente em curso na África.

2 A questão centro-africana

O processo de descolonização nas regiões da África sob o domínio da França se acentuou consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial. A autodeterminação dos povos, reforçada pela recém-criada ONU, e o enfraquecimento econômico das potências europeias no pós-guerra foram fatores preponderantes para fomentar os anseios de independência dos países africanos (ARRUDA, 1988).

A França, na tentativa de manter seus domínios, desenvolveu uma política de assimilação que visava à criação de elites afrancesadas nas colônias, dotadas de todos os privilégios dos cidadãos franceses, ao passo que grande parcela da população se mantinha não integrada e servilmente explorada (ARRUDA, 1988; KAH, 2016).

Assim, mesmo com algumas concessões dadas pela Constituição francesa de 1946, o desencadeamento dos movimentos de libertação nas colônias foi inevitável, sendo muitos, inclusive, marcados pela violência (ARRUDA, 1988; BOUGHTY, 1996).

A RCA se tornou independente da França em 13 de agosto de 1960, sob a presidência de David Dacko, o qual durante seu mandato tornou o seu partido, o *Mouvement d'Evolution Sociale de l'Afrique Noire* (MESAN)², o único legalmente instituído no país. Com isso, passou a favorecer seus apoiadores, criando cargos políticos e elevando seus salários, contribuindo para o descontentamento da população e para agravar a situação econômica do país (BOUGHTY, 1996; GILES-VERNICK; O'TOOLE; KAH, 2016; VAN HOOGSTRATEN, 2017).

O sectarismo político e as sucessivas crises econômicas no país, gerados em grande parte pela mentalidade política desenvolvida com a assimilação da época colonial, contribuíram para o agravamento da estabilidade da RCA, a qual sofreu inúmeros golpes de Estado (GIROUX; LANZ; SGUAITAMATTI, 2009), que acarretaram, até os dias atuais, no comprometimento da infraestrutura local, no esvaziamento dos investimentos econômicos no país e no aumento da crise política e institucional.

Mais recentemente, em 2005, após a eleição do General François Bozizé para a presidência da RCA, conflitos entre forças do governo e rebeldes no norte do país ocasionaram uma fuga de dezenas de milhares de civis para o Chade (GIROUX; LANZ; SGUAITAMATTI, 2009). Ao mesmo tempo, os embates em Darfur passaram a afetar diretamente a região, a qual também passou a ser alvo de violência oriunda daquela região. Enquanto isso, no sul do país, grupos rebeldes de Uganda, notadamente o *Lord's Resistance Army* (LRA)³, também violavam o território da RCA, após uma ofensiva empreendida pelo governo ugandense contra os grupos, gerando mais problemas de segurança para a população centro-africana (GILES-VERNICK; O'TOOLE; VAN HOOGSTRATEN, 2017).

Em 2012, após prisões arbitrárias realizadas por Bozizé, sob o pretexto de um possível golpe de Estado em curso, surgiu a coalizão rebelde intitulada *Séléka*, composta por muçulmanos

2 O partido Movimento para a Evolução Social da África Negra (MESAN) foi fundado em 1946 por Barthélémy Boganda. O MESAN exerceu o controle da primeira assembleia territorial da RCA, em 1957, e foi o partido do primeiro presidente do país, David Dacko (GILES-VERNICK; O'TOOLE; VAN HOOGSTRATEN, 2017).

3 O LRA é um grupo militarista liderado por Joseph Kony que travou uma guerra contra o governo de Uganda e os países vizinhos, a partir da década de 1980 (BUNTING, 2011).

do nordeste do país, tendo como líder Michel Djotodia. As causas para o surgimento dos *Séléka* seriam a corrupção do governo, questões étnicas e religiosas – na medida em que os muçulmanos não se sentiam representados politicamente – e a incompetência governamental em promover o desenvolvimento do país (CAMPOS *et al.*, 2016; KAH, 2016).

Mesmo após um acordo de paz entre os rebeldes e o governo, em 2013, o grupo *Séléka* depôs Bozizé, assumindo a presidência Michel Djotodia. Contudo, em razão da crise econômica, Djotodia não possuía recursos para financiar os *Séléka* e, com isso, não conseguiu manter a coesão do grupo rebelde, o qual era formado, em grande parte por estrangeiros, que dependiam das divisas recebidas no grupo para sua subsistência. Como não tinham condições de retornar aos seus países de origem, passaram a se sustentar no cometimento de saques à população local (CAMPOS *et al.*, 2016). Tal situação ocasionou o surgimento de milícias cristãs denominadas *Anti-balaka*, as quais tinham por objetivo combater os *Séléka* (CAMPOS *et al.*, 2016).

Perante o caos gerado pelos conflitos entre cristãos e muçulmanos, a ONU autorizou diversas intervenções entre dezembro de 2013 e os dias atuais, sendo a última, a MINUSCA, no intuito de conter a violência sectária, evitando assim que o conflito se transformasse em genocídio (UNITED NATIONS, 2014).

Cabe ressaltar que a ONU e outras organizações regionais e internacionais, antes de 2013, já haviam realizado diversas intervenções no país, no intuito de garantir a estabilidade na região. O Quadro 1, a seguir, mostra as principais intervenções externas ocorridas na RCA:

Quadro 1 - Intervenções externas na RCA

MISSÃO	PERÍODO	LIDERANÇA
MINURCA	1998-2000	ONU
BONUCA	2000-2009	ONU
FOMUC	2003-2008	CEMAC*
EUFOR Tchad/RCA	2007-2009	UE
MINURCAT	2007-2010	ONU
MICOPAX	2008-2013	CEEAC**
BINUCA	2009-2014	ONU
Operação SANGARIS	2013-2016	França
MISCA	2013-2014	União Africana
EUFOR RCA	2014-2015	UE
MINUSCA	2014-presente	ONU

*Comunidade Econômica e Monetária dos Estados Africanos Centrais (CEMAC) (KAH, 2016).

**Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) (KAH, 2016).

Fonte: ABDENUR; KUELE, 2017

Soma-se aos fatores de instabilidade no país o fato de suas forças armadas não terem capacidade estrutural para fazer frente ao conflito entre as facções rivais. A RCA conta com um exército pouco numeroso, um serviço de aeronáutica e uma polícia nacional, sendo que o serviço militar não é obrigatório (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2017). Além disso,

várias rebeliões internas nas forças armadas e a dificuldade na reintegração de ex-combatentes retratam a desestruturação das instituições militares (MARQUES, 2015). Desse modo, com poucos reservistas, revoltas internas e falta de recursos para sustentar uma força armada compatível com suas necessidades, o país é altamente dependente das forças da ONU para manter sua estabilidade e segurança.

Até o início de 2015, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) havia estimado que o número de refugiados chegava a quatrocentos e cinquenta e um mil. Já o número de deslocados internos, no começo de 2017, beirava os seiscentos mil (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2017), o que, para uma população aproximada de cinco milhões e seiscentas mil pessoas, é um número bastante expressivo.

Ainda, referente à situação psicossocial da RCA, cabe destacar que o país conta com mais de 80 grupos étnicos, cada um com seus respectivos idiomas e culturas. Ademais, existem diferentes grupos religiosos no país, sendo 35% da população inclinada a cultos indígenas, 25% ao protestantismo, 25% ao catolicismo e 15% ao islamismo (ALUSALA, 2007 *apud* KAH, 2016). Dessa maneira, a diversidade religiosa e sociocultural existente no país constitui-se em fator que potencializa os conflitos internos (BOURITY, 1996), o que fica bastante evidente nos últimos conflitos que têm ocorrido entre os *Séléka* e os *Anti-balaka*.

A economia do país é basicamente dependente da agricultura de subsistência, da extração de madeira e da mineração, principalmente de diamantes, ouro, cobre e urânio (KAH, 2016), o que torna a RCA um país possuidor de recursos naturais com potencial para gerar conflitos. Relata Marques (2015) que boa parte do fraco desenvolvimento econômico do país se deve à exploração ilegal de recursos naturais, às infraestruturas precárias e à prioridade dada somente à capital, o que provocou graves desigualdades sociais.

Sendo assim, em que pese a RCA ser membro da CEMAC e da CEEAC e ser possuidora de grande quantidade de reservas minerais (KAH, 2016), o contrabando desses recursos, a falta de infraestrutura de transportes e a inexistência de saída para o mar (somente através de portos fluviais) dificultam o escoamento da produção do país, comprometendo, pois, o desenvolvimento econômico da RCA (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2017).

Sendo assim, pode-se concluir parcialmente que a falência do Estado na RCA é um fator de desestabilização regional na África. Os conflitos eclodidos no país têm gerado uma crise humanitária que afeta diretamente os países vizinhos, com um número crescente de refugiados. Ademais, a violência na região, agravada pelo fluxo de refugiados e pela incapacidade das forças armadas, tem extrapolado os limites fronteiriços, afetando outras nações adjacentes, inclusive as da África Ocidental, que compõem o entorno estratégico brasileiro.

3 A geopolítica brasileira para a África

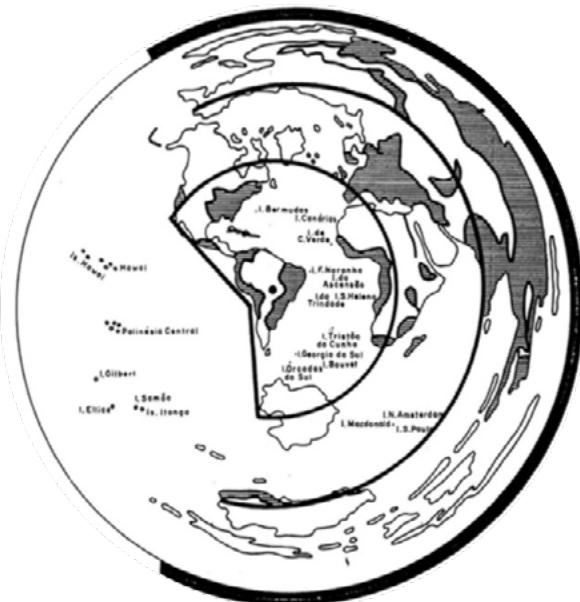
A palavra “geopolítica” surgiu pela primeira vez nos escritos do professor e jurista sueco Rudolf Kjellén, em 1899. Para Kjellén, geopolítica consiste na “ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal qual se manifesta no espaço” (CHAUPRADE, 2001 *apud* BRAGA, 2011, p. 147).

Nesse contexto, a partir da década de 1920, surgiram estudos pioneiros de geopolítica no Brasil, figurando como destaque os trabalhos produzidos por Everardo Backheuser, Delgado de

Carvalho e Mário Travassos⁴, cujos enfoques eram, sobretudo, a consolidação do território nacional e a projeção do país no continente sul-americano (FREITAS, 2004).

Foi, no entanto, com os estudos de Golbery do Couto e Silva⁵ que o continente africano ganhou maior relevância para a Escola Geopolítica Brasileira. Em sua teoria dos hemicírculos, Golbery definiu duas circunferências concêntricas que delimitavam regiões consideradas imprescindíveis à segurança nacional do Brasil. O hemicírculo interior, particularmente, abrangia aquilo que hoje se entende como o entorno estratégico brasileiro, do qual fazem parte o Atlântico Sul e a África Ocidental (ou Atlântica) (FREITAS, 2004; NASCIMENTO, 2016), evidenciando a importância daquele continente para o Brasil. Por sua vez, o hemicírculo exterior englobava o restante da África, a Europa e a Ásia, sendo considerado por Golbery como sendo o “hemicírculo perigoso”, de onde surgiriam as potenciais ameaças à segurança nacional. A figura 1, a seguir, mostra os hemicírculos golberianos:

Figura 1 - A América do Sul e os hemiciclos interior e exterior



Fonte: Silva (1981 *apud* NASCIMENTO, 2016)

Na mesma linha de pensamento de Golbery, o General Carlos de Meira Mattos⁶ deu ênfase, em seus estudos, à projeção mundial do Brasil, sendo o Atlântico Sul e a África regiões

⁴ Para Travassos (1938), a projeção continental do Brasil decorre da neutralização do poder concêntrico da bacia platina, da força de atração do Amazonas e da capacidade coordenadora do litoral atlântico.

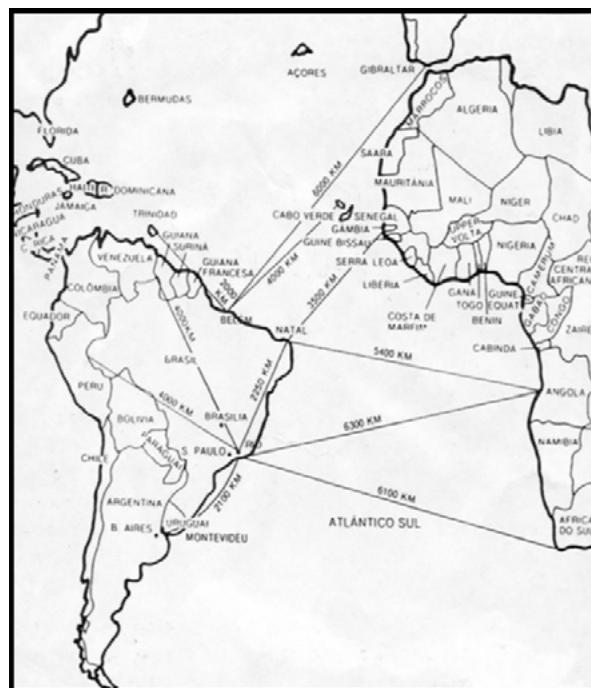
5 Ambientados na conjuntura da Guerra Fria, os estudos internacionais de Golbery se centraram, sobretudo, na contenção da ameaça soviética. Para ele, os objetivos geopolíticos internacionais do Brasil, frente a essa ameaça, seriam combater o subdesenvolvimento, através de um alinhamento com os Estados Unidos; vigiar a África Atlântica, tanto contra a subversão, quanto contra possíveis avanços soviéticos; e fortalecer o pan-americanismo (CARVALHO, 2010).

⁶ Enquanto Travassos e Golbery referiam-se ao Brasil como potência regional sul-americana, devido ao fato de suas fronteiras terrestres terem quase o dobro da extensão litorânea, Meira Mattos vai mais além, em suas teses geopolíticas, e defende a hipótese de um país potência mundial, fundamentalmente marítimo, pois sua população está mais concentrada na costa atlântica (VIEIRA, 2006).

que naturalmente seriam prioritárias à geopolítica brasileira, em face do próprio determinismo geográfico. Para ele, “a vantagem da nossa maritimidade estará sempre assentada numa respeitável presença estratégica no Atlântico Sul” (MATTOS, 2000).

Dentro da concepção estratégica de Nicholas Spykman de contenção do expansionismo soviético, assim como Golbery, Meira Mattos defendia a criação de um sistema de defesa coletivo no Atlântico Sul, com a participação de países da África Ocidental, integrado à estrutura de defesa do Ocidente como um todo (GABRIEL, 2012), reforçando que a região era vital para a segurança nacional brasileira. A figura 2, a seguir, mostra a projeção geoestratégica do Brasil segundo Meira Mattos e demonstra a importância do Atlântico Sul e do oeste do continente africano para a geopolítica brasileira:

Figura 2 - Projeção geoestratégica do Brasil segundo Meira Mattos



Fonte: Mattos (2000)

Apesar de, historicamente, ter havido períodos de oscilação nas relações bilaterais Brasil-África, sobretudo na época da descolonização daquele continente (ASSIS, 2011), na atualidade, a política externa brasileira reconhece a relevância da África e do Atlântico Sul para a projeção do país no cenário internacional, não somente no campo da defesa, mas também no âmbito econômico e comercial (BRASIL, 2017), alinhando-se com os pressupostos teóricos da Escola Geopolítica Brasileira.

A importância crescente do petróleo e do gás natural na economia mundial dá especial destaque às recentes bacias petrolíferas descobertas na costa dos países banhados pelo Atlântico Sul (NEVES, 2015). Ademais, pesquisas apontam que essa importante região oceânica possui recursos de elevado valor econômico, como ferro, manganês e sulfetos polimetálicos, sobretudo no entorno dos arquipélagos de São Pedro e São Paulo e da ilha de Trindade (BROZOSKI; PADULA, 2016).

Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades econômicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro (COUTO, 1999 *apud* COSTA, 2013, p. 4).

Diante, pois, das condicionantes geopolíticas apresentadas, constata-se que algumas iniciativas atuais das relações internacionais brasileiras estão diretamente relacionadas ao determinismo de espaço e posição entre Brasil e África, dentre as quais se destacam: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), os fóruns multilaterais IBAS e BRICS e a participação brasileira em missões de paz nos países da África.

A ZOPACAS foi criada em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com a finalidade de se promover no Atlântico Sul a cooperação regional, o desenvolvimento social e econômico de seus membros, a conservação mútua dos recursos naturais e a manutenção da paz e da segurança na região (UNITED NATIONS, 1986). O estabelecimento de uma zona livre de conflitos no sul do Atlântico interessa a todos os países-membros, posto que permite o comércio internacional marítimo com riscos mínimos à segurança, contribuindo assim para o incremento da economia regional.

Por sua vez, os fóruns IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) também evidenciam a intenção de aproximação do Brasil com a África do Sul. Cabe ressaltar o valor estratégico desse país para o Brasil (BRASIL, 2017), porquanto sua zona costeira constitui rota de passagem do Atlântico para o Índico, por meio do Cabo da Boa Esperança. Desse modo, o estreitamento dos laços diplomáticos entre os dois países permite ao Brasil estender seu comércio ao outro lado do continente africano e à Ásia, alavancando a projeção geopolítica do país para além de seu entorno estratégico.

Já o aumento da participação brasileira em missões de paz na África elevaria a inserção do Brasil naquele continente e contribuiria com a mitigação de conflitos regionais (BRASIL, 2012). Uma África estável traria também maior estabilidade ao Atlântico Sul e à porção Ocidental do continente, regiões que se apresentam como limite de segurança do Brasil (MATTOS *apud* FREITAS, 2004).

A respeito da extração de conflitos da África Central para o restante do continente, argumentam Migon e Santos (2013, p. 8):

A presença de enormes jazidas de ouro, diamantes e metais raros (em especial columbita e tantalita) alimenta a dinâmica de conflitos na região, tendo envolvido cinco países e vários grupos guerrilheiros na guerra civil de 1998-2003, também conhecida como a “Guerra Mundial da África”.

Aguilar (2015) reforça ainda que participar em missões de paz tem relação com projeção de poder, consecução de objetivos da política externa, incremento da estratégia de dissuasão, fortalecimento dos laços com os países amigos, prestação de auxílio humanitário sob o prisma

da não-indiferença, presença nos entornos estratégicos prioritários para o Brasil (como a África Atlântica) e apoio a uma maior inserção do país no processo decisório internacional de segurança.

Vale enfatizar que o transporte marítimo brasileiro é responsável por grande parte de suas relações comerciais, o que reforça a relevância de uma região pacífica no sul do Atlântico, na medida em que a interdependência econômica dos países aumentou sobremaneira com a globalização (BRASIL, 2012; NEVES, 2015; NYE Jr, 1988).

Em síntese, depreende-se que a estabilidade e o desenvolvimento da África, sobretudo de sua porção ocidental, interessam à geopolítica brasileira, em razão da importância estratégica do Atlântico Sul para a defesa (fronteira leste brasileira) e para o comércio exterior do Brasil, reforçando as assertivas da Escola Geopolítica Brasileira.

4 Impacto da problemática centro-africana para a geopolítica do brasil no continente africano

Se por um lado, a RCA não faz parte do entorno estratégico do Brasil, por outro, ela está contida no “hemiciclo perigoso” de Golbery. Porém, deve-se ter em mente que o contexto em que foi desenvolvida a teoria dos hemiciclos era caracterizado pela Guerra Fria, na qual o Oriente (representado fortemente pela então União Soviética) encontrava-se na zona de influência comunista, enquanto que os governos ocidentais estavam na esfera de influência dos Estados Unidos.

Em que pese a conjuntura atual ser distinta da década de 1950, a teoria golberiana ainda se aplica, sobretudo no que se refere à delimitação dos espaços de interesse nacional, ou seja, na definição do entorno estratégico brasileiro. Além disso, o Atlântico Sul continua sendo uma região importante para a expressão econômica do poder nacional, já que é uma área que concentra grande parte do escoamento comercial do Brasil (BRASIL, 2012; NEVES, 2015) e que é rica em recursos naturais estratégicos (BROZOSKI; PADULA, 2016; COUTO, 1999 *apud* COSTA, 2013), o que reforça a validade dos hemiciclos golberianos e das afirmações de Meira Mattos para explicar grande parte da projeção internacional do Brasil na atualidade, particularmente no tocante à África Ocidental e ao sul do Atlântico.

Portanto, constata-se que uma instabilidade no hemiciclo exterior repercute no hemiciclo interior, principalmente caso as razões do problema estejam nas adjacências da circunferência interior, a qual define o entorno estratégico brasileiro. Nesse sentido, percebe-se que o conflito na RCA afeta as nações vizinhas da África Atlântica, como Camarões, Congo e República Democrática do Congo (RDC), mormente se o fluxo de refugiados crescer na direção do Atlântico. Destaca-se que esses países compõem a ZOPACAS e que uma crise humanitária que extrapole as fronteiras da RCA pode afetar uma região importante para a geopolítica brasileira.

No que se refere especificamente à África do Sul, a qual possui importância estratégica para o Brasil (BRASIL, 2017), como se pode inferir pela composição do IBAS e do BRICS, verifica-se que, pela distância da RCA, a crise naquele país não afeta diretamente a África do Sul. Entretanto, ela se soma a diversos outros conflitos no continente africano como os existentes no Sudão do Sul, Somália, Mali, RDC, Libéria e Saara Ocidental, formando um verdadeiro cinturão de instabilidade na região, gerando efeitos, assim, em toda a África. Sendo assim, uma

África do Sul afetada por mais uma fonte de conflito em seu entorno pode impactar negativamente nas ações geopolíticas brasileiras, sobretudo, por duas razões: a primeira, pois a África do Sul exerce uma liderança regional no continente africano e, por isso, consiste em elemento-chave na estabilidade da África; e a segunda, porque o país é componente da ZOPACAS e uma região conflituosa no continente que afeta a África do Sul pode comprometer toda a segurança e a manutenção da paz no bloco.

Quanto à participação brasileira em missões de paz na África, pode-se afirmar que as iniciativas de estabilização do continente africano são bastante positivas para a geopolítica brasileira (AGUILAR, 2015), uma vez que a África é o limite leste para a segurança do Brasil (MATTOS *apud* FREITAS, 2004; BRASIL, 2012). Sendo assim, independentemente do local na África, essas participações devem ser incrementadas pelo efeito positivo que geram na projeção geopolítica do Brasil e na estabilização do entorno estratégico brasileiro.

Ademais, outros benefícios podem advir de uma maior inserção do Brasil no centro da África, sobretudo nos campos político e econômico. Stuenkel (2017), ao defender a participação do Brasil na MINUSCA, afirma que os países desenvolvidos já se mostraram incapazes de, sozinhos, solucionarem os inúmeros conflitos internacionais, sendo imprudente deixar o futuro da ordem global nas mãos de poucos.

Essa declaração se alinha com o multilateralismo defendido pela política externa brasileira (BRASIL, 2017), bem como vai ao encontro das diretrizes da atual Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012), no que se refere ao aumento na participação brasileira em operações internacionais.

Uma política externa assertiva é fundamental para fazer frente aos problemas domésticos, em que pesem argumentos contrários. Negociações comerciais com outros blocos econômicos, investimentos conjuntos com outros países em áreas como infraestrutura e iniciativas de integração regional são exemplos de vantagens a serem obtidas pelo incremento das relações exteriores (STUENKEL, 2017).

Nesse sentido, os pressupostos do neoliberalismo reforçam a importância dos relacionamentos entre os países (NYE Jr, 1988) e o Brasil reconhece a relevância de se aumentar a interação com o continente africano, seja por meio de sua Escola Geopolítica, ou pelas recentes ações da política externa brasileira para a África (BRASIL, 2017).

Desse modo, ainda que os interesses brasileiros não estejam diretamente relacionados com a crise na República Centro-Africana, uma participação ativa do país na MINUSCA fortaleceria sua legitimidade para influenciar futuros debates sobre as questões africanas (STUENKEL, 2017), o que também é afirmado por Aguilar (2015).

Assim, fruto do analisado, é lícito supor que a falência do Estado, as crises humanitária, econômica e social, e o conflito que assola a RCA geram reflexos negativos para a África e, em consequência, também na sua porção ocidental, podendo influenciar, portanto, as ações geopolíticas brasileiras para o continente africano, porquanto a instabilidade que impera na República Centro-Africana repercute de forma negativa para a ZOPACAS, para a África do Sul - a qual é peça chave na estabilidade do continente - e para a manutenção da paz na África como um todo.

5 Considerações finais

O determinismo geográfico observado entre Brasil e África já é suficiente para acarretar uma natural aproximação entre o país e aquele continente. As próprias teses geopolíticas nacionais confirmam isso, ao mencionar a importância estratégica da África para o Brasil e a necessidade de se manter a estabilidade e a segurança do sul do Oceano Atlântico. Afinal, o Atlântico Sul é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, seja do Brasil, seja do continente africano como um todo, sobretudo por concentrar grande parte das rotas comerciais de ambos os lados do Oceano.

Os estudos de geopolítica no Brasil, quando tratam sobre a África, concentram-se bastante em sua parte ocidental, haja vista a própria proximidade e relevância, na medida em que se trata do entorno estratégico brasileiro. No entanto, a globalização, a interdependência econômica entre os países e a transnacionalidade das ameaças atuais (o terrorismo e o crime organizado), as quais encontram terreno fértil em “Estados falidos” para suas atividades, são aspectos que contribuem para a permeabilidade das fronteiras, potencializando, muitas vezes, os problemas de um Estado para muito além de suas faixas fronteiriças. Nesse sentido, os argumentos analisados sugerem que a questão centro-africana tem potencial considerável para afetar a geopolítica brasileira no continente africano, em que pese não estar diretamente contida no entorno estratégico do Brasil.

Dessa forma, a participação brasileira com tropas na MINUSCA seria uma ação viável, sob a ótica da geopolítica, na medida em que contribuiria para a estabilização do centro da África e, em consequência, de todo o continente, inclusive de sua porção atlântica, a qual é o principal foco da política externa do Brasil para a África. Ademais, o incremento na quantidade de tropas brasileiras sob a égide da ONU contribuiria sobremaneira para a projeção do país no exterior, tornando-o um ator de peso nas decisões da política internacional.

As vantagens que podem ser extraídas pelo país nas suas relações exteriores são inúmeras. Investimentos na área de defesa, aumento da cooperação Brasil-África, melhoria da imagem do Brasil no âmbito global e manutenção da paz no Atlântico Sul são alguns dos ganhos que podem ser elencados com uma maior projeção brasileira, por meio das missões de paz da ONU no continente africano. Até porque seria conveniente que o êxito obtido pelo componente militar na MINUSTAH fosse aproveitado pelo Brasil, uma vez que o país está em evidência perante a Organização das Nações Unidas, a qual tem exigido um maior envolvimento do país com as operações de paz.

Entretanto, deve-se reconhecer que uma decisão política de enviar contingentes militares para um país fora do entorno estratégico brasileiro abarca outras questões que não somente a geopolítica. Nos dizeres de Aguilar (2011), é uma questão que envolve motivações que vão desde a ajuda humanitária, desprovida de qualquer outra intenção, até a projeção internacional propriamente dita.

Para tal, sugere-se a realização de estudos voltados para o impacto político e econômico da participação de tropas brasileiras na MINUSCA e as implicações logísticas para o componente militar para o desdobramento de seus meios na RCA, haja vista o custo envolvido no envio de tropas para o exterior e a dificuldade imposta à logística pela ausência de saída para o mar para aquele país.

Cabe lembrar o compromisso do Brasil com a solução pacífica dos conflitos, a defesa da paz e a prevalência dos direitos humanos que constam na sua Carta Magna, sendo princípios fundamentais que regem suas relações internacionais. Desse modo, além das condicionantes geopolíticas recomendarem uma maior inserção brasileira na África, existe a questão da responsabilidade de proteger a população civil da RCA, fortemente impactada com um conflito que tem extrapolado suas fronteiras nacionais e que tem afetado consideravelmente as nações vizinhas.

Referências

- ABDENUR, A. E.; KUELE, G. República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito. *Policy Brief*, Rio de Janeiro, n. 1, 2017.
- AGUILAR, S. L. C. A participação sul-americana nas operações de paz da ONU: algumas considerações. *Security and Defense Studies Review*, Washington, DC, v. 12, n. 1, p. 99-116, Winter, 2011.
- AGUILAR, S. L. C. A participação do Brasil em operações de paz: passado, presente e futuro. *Brasiliiana – Journal for Brazilian Studies*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 113-141, 2015. ISSN 2245-4373.
- ARRUDA, J. J. *História moderna e contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- ASSIS, R. A. *A política externa brasileira para o continente africano*. 2011. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.
- BOUITY, P. La prevention et la resolution des conflits en Afrique Centrale et les operations de peacekeeping. *Strategy Research Project*, Carlisle, 1996.
- BROZOSKI, F. P. C.; PADULA, R. A geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração da América do Sul. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 95-113, 2016. ISSN 2238-6912.
- BUNTING, I. Lord's Resistance Army: rebel organization. *Encyclopædia Britannica*, Chicago, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2BU1rKl>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRAGA, S. R. Sensos, Consensos e Dissensos: itinerários geopolíticos de Ratzel a Lacoste. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 146-163, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2BVg2F5>. Acesso em: 1 fev. 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). In: LAZZARINI, A. (org.) *Lex: código penal militar, código de processo penal militar, estatuto dos militares, constituição federal, legislação penal, processual penal e administrativa militar*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Repertório de Política Exterior: 2º trimestre*. Brasília, DF: Funag, 2017.
- CAMPOS, L. M. C. L. et al. O conflito na República Centro-Africana. *Série Conflitos Internacionais*, Marília, v. 3, n. 1, 2016. ISSN 2359-5809.

CARVALHO, T. B. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva.** Brasília, DF: Funag, 2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook:** Central African Republic. Disponível em: <https://bit.ly/JdTe5V>. Acesso em: 18 out. 2017.

COSTA, M. G. Brasil e Zopacas: a manutenção do *status quo* e a projeção no Atlântico Sul. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS*, 1., 2013, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2VocCCg>. Acesso em: 15 out. 2017.

FREITAS, J. M. C. **A escola geopolítica brasileira:** Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: BIBLIEEx, 2004.

GABRIEL, P. H. L. **O pensamento geopolítico brasileiro:** a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégico da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GARBIN, L. Após 13 anos, Brasil deixa o Haiti. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2017, Internacional. Disponível em: <https://bit.ly/2Eysr3x>. Acesso em: 26 fev. 2019.

GIELOW, I. Brasil estuda novo comando de força de paz após fim da missão no Haiti, **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2017a.

GIELOW, I. Brasil quer enviar tropas à República Centro-Africana após deixar Haiti. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2017b.

GILES-VERNICK, T. L.; O'TOOLE, T. E.; VAN HOOGSTRATEN, J. S. F. Central African Republic. **Encyclopædia Britannica**, Chicago, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2NtxdSO>. Acesso em: 18 out. 2017.

GIROUX, J.; LANZ, D.; SGUAITAMATTI, D. The tormented triangle: the regionalisation of conflict in Sudan, Chad and the Central African Republic. **Crisis States Working Papers**, London, n. 2, p. 1-24, 2009. ISSN 1749-1800.

KAH, H. K. A insurgência *séléka* e a insegurança na República Centro-Africana entre 2012 e 2014. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 40-66, 2016. ISSN 2448-3923.

MARQUES, P. G. **A resposta militar da União Europeia na estabilização da República Centro-Africana.** 2015. Relatório de pesquisa (Mestrado de Relações Internacionais) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MATTOS, C. M. A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 39, p. 58-82, 2000. ISSN 0102-1788.

MIGON, E. X. F. G.; SANTOS, C. A. G. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 35-46, 2013. ISSN 2316-4891.

NASCIMENTO, L. H. F. **O ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NEVES, A. L. V. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In: GHELLER, G. F.; GONZALES, S. L. M.; MELO, L. P. (orgs.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa do Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2015. p. 233-261.

NYE Jr., J. S. Neorealism and neoliberalism. **World Politics**, New York, v. 40, n. 2, p. 235-251, 1988.

RIBEIRO, J. M. T. **A participação brasileira em missões de paz: a contribuição para a inserção internacional do país**. 2014. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

STUENKEL, O. Envio de tropas brasileiras à África Central seria boa notícia para o Brasil e o mundo. **El País**, Madrid, 13 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FG23Sz>. Acesso em: 26 fev. 2019.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

UNITED NATIONS. General Assembly. **A/RES/41/11: declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic**. New York, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/2EcId2S>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UNITED NATIONS. **Resolution 1542 (2004)**. New York, 30 Apr. 2004.

UNITED NATIONS. **Resolution 2149 (2014)**. New York, 10 Apr. 2014.

VIEIRA, F. B. A geopolítica brasileira: um caso de “Destino Manifesto”? **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 6, p. 51-65, 2006. ISSN 1807-2674.

A arte da guerra no século XXI: avançando à Multi-Domain Battle

The art of war in the 21st century: advancing to the Multi-Domain Battle

Resumo: Trata-se de pesquisa associada ao exame dos atuais modelos de operações adotados pelos Exércitos dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil, sob o prisma da Teoria da Guerra. A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, examinando dois conceitos operativos - “Multi-Domain Battle” (EUA) e o “Operações no Amplo Espectro” (Brasil) - para, na conclusão, inferir acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar de ambas as nações. O estudo indicou que o conceito norte-americano modela uma forma de lutar que prioriza um possível conflito de viés interestatal, atento ao avanço da China, Rússia, Coreia do Norte e Irã. Indicou, ainda, que o conceito brasileiro combina atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, habilitando o enfrentamento de ameaças fluidas à segurança e defesa. Enfim, verificou-se que ambos os conceitos forjam uma forma de lutar própria ao Poder Militar Terrestre de cada país, requerendo capacidades e investimentos específicos.

Palavras-Chave: Defesa. Guerra. Poder Militar. *Multi-Domain Battle*. Operações no Amplo Espectro.

Abstract: This research provides the examination of the current models of operations adopted by the Armies of the United States of America and Brazil, under the prism of War Theory. The research used a qualitative approach, examining two operational concepts - “Multi-Domain Battle” (USA) and “Full Spectrum Operations” (Brazil) - in order to infer the impact of the respective models on the application of Military Power of both nations. The study indicated that the American concept models a way of fighting that prioritizes a possible conflict of interstate bias, attentive to the advance of China, Russia, North Korea and Iran. It also indicated that the Brazilian concept combines offensive, defensive attitudes and cooperation/coordination with agencies, enabling the coping of fluid threats to security and defense. Finally, it was verified that both concepts form a way of fighting proper to the Land Military Power of each country, requiring specific capacities and investments.

Keywords: Defense. War. Military Power. Multi-Domain Battle. Full Spectrum Operations.

Daniel Mendes Aguiar Santos
Exército Brasileiro, Korean Defense Language.
Icheon, Coreia do Sul.
daniel.saude@ig.com.br

Marcelo Monteiro Maltez
Exército Brasileiro, 1º Batalhão de Polícia do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
m.maltez.m@gmail.com

Túlio Endres da Silva Gomes
20º Regimento de Cavalaria Blindada.
Campo Grande, MS, Brasil.
tulioendres@gmail.com

Gerson de Moura Freitas
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Seção de Emprego da Força Terrestre.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
gerson.moura@globo.com

Andrew Sanders
U.S. Army, The Joint Staff, J-5/WHEM.
Washington DC, United States of America.
andrew.p.sanders4.mil@mail.mil

Recebido em: 31 ago. 2018
Aprovado em: 13 mar. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS
ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833
<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

Após mais de quinze anos de criação do Ministério da Defesa do Brasil e à luz do ciclo quadrienal de atualização dos documentos de Defesa Nacional (a Política, a Estratégia e o Livro Branco), tem-se a ocasião propícia para o debate de perspectivas próprias ao Século XXI. Tal oportunidade torna-se uma necessidade na medida que a ordem mundial vigente (KISSINGER, 2015) evidencia uma volatilidade recorrente nos cenários geopolíticos - global e regionais - impelindo à discussão de novas abordagens acerca do emprego do Poder Militar¹.

Desde o início do Século XXI, em especial a partir do 11 de setembro, o mundo globalizado tem convivido com riscos complexos. Vários aspectos têm influenciado este cenário: a facilidade das comunicações; a percepção do conhecimento como matéria-prima; a interdependência no mercado financeiro internacional; a descentralização de propriedades empresariais por todo planeta; a fragilização (política e securitária) de diversas nações; e o robustecimento de organizações criminosas e terroristas (BOUSQUET, 2009).

Como consequência, abarcadas por uma realidade cada vez mais volátil, as sociedades têm convivido com ameaças difusas - crime organizado transnacional, grupos terroristas internacionais, grupos insurgentes regionais, fricções geopolíticas, crises humanitárias, epidemias etc - que relativizam a percepção da soberania e do patrimônio, criando desafios complexos para os Estados e suas Forças Armadas. Tal contexto, instiga a necessidade de revisitar a assertiva de que “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 93) para, assim, repensar tal fenômeno no Século XXI.

Neste diapasão, os Estados Unidos da América (EUA) têm se destacado no desenvolvimento de perspectivas que refletem o estado da arte na aplicação do Poder Militar, alavancados pela sua recorrente participação em conflitos, mundiais e regionais, nos Séculos XX e XXI. Em especial, o pensamento militar americano contemporâneo contempla o *“to think, discuss, and debate ‘how we fight’ across all levels and domains [...] diverse dialogue in capturing a wide variety of perspectives and expertise is critical to understanding the evolving nature of the future operational environment”*² (PERKINS, 2017, preâmbulo)³. Tal perspectiva fomenta a construção de respostas que possam dar conta da imprevisibilidade e da consequente mutabilidade da arte da guerra no Século XXI.

Por seu turno, o Brasil delineia a Defesa Nacional como o “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças [...]” (BRASIL, 2012a, p.15). Para tanto, o Art. 142 da Constituição Federal estabelece que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes

1 Sob uma visão macro, trata-se da capacidade do uso de força, ou a ameaça do uso, de modo a influenciar o comportamento de outros Estados e, sob um sentido mais específico, refere-se às forças armadas de uma nação, abarcando o pessoal, o material e a infraestrutura do aparato militar nacional.

2 Tradução dos autores: pensar, discutir e debater ‘como combatemos’ em todos os níveis e domínios [...] o diálogo diversificado para captar uma ampla variedade de perspectivas e conhecimentos é fundamental para a compreensão da natureza evolutiva do ambiente operacional futuro.

3 General David Perkins foi o comandante do *United States Army Training and Doctrine Command* (2017-2018).

constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem" (BRASIL, 1988). Assim, inserido no Século XXI, cada vez mais o Brasil demanda um Poder Militar capaz de enfrentar ameaças difusas e voláteis, habilitando capacidades⁴ para: promover a interoperabilidade entre as forças; operar em espaço de batalha não linear; atuar em ambiente interagências; enfrentar forças irregulares robustas; carrear operações de informação; conduzir ações no espaço cibernético; ampliar o grau de proteção (individual e coletiva) etc (BRASIL, 2014).

À luz deste contexto, o objetivo deste artigo é analisar os atuais modelos de operações eleitos pelo Exércitos dos Estados Unidos da América e pelo Exército Brasileiro, sob o prisma da Teoria da Guerra, no Século XXI. Neste propósito, o estudo operacionalizou um estudo de caso que examinou os conceitos operativos da "*Multi-Domain Battle*" (EUA) e das "*Operações no Amplo Espectro*" (Brasil), inferindo acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar de ambas as nações no Século XXI. Em última instância, este estudo procura instigar a pesquisa científica em Ciências Militares cobrindo uma temática que dialoga de forma direta com a doutrina militar terrestre, transbordando dividendos ao debate da segurança e defesa no Século XXI.

Para tanto, o artigo foi estruturado em cinco seções, iniciadas com esta breve introdução. A seguir, apresentam-se as perspectivas, epistemológica e metodológica, tratando da forma de pensar e de conduzir a investigação. Avançando, tem-se uma moldura teórica e conceitual acerca da Teoria da Guerra Contemporânea, instrumentalizando a lente analítica da investigação. No core, examinam-se os conceitos operativos adotados pelos Exércitos dos EUA e do Brasil. Por fim, tem-se a conclusão, inferindo acerca do impacto de tais modelos para aplicação do Poder Militar de ambas as nações.

2 Perspectivas epistemológica e metodológica

De forma preliminar, considerando o escopo desta investigação, cabe atentar para o fato de que "o apoio ao estudo dos problemas da Defesa Nacional é necessário e benfazejo, não admitindo-se que a defesa e a segurança do país possam ser asseguradas por meio da preocupação exclusiva dos militares, de diplomatas e de intelectuais" (DOMINGOS, 2006, p.149), sendo objeto de atenção, tanto da Ciência Política, quanto das Ciências Militares. Ampliando esta arena, a Política Nacional de Defesa indica e ressalta a necessidade de conscientização de toda sociedade brasileira acerca dos assuntos de defesa (BRASIL, 2012a, 2012b).

Neste esforço, desde 2010, o Brasil passou a contar com uma Política de Ensino de Defesa, que estabeleceu iniciativas para: difundir a Defesa no meio acadêmico; promover a equivalência de cursos nos sistemas de ensino militar e civil; ampliar o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares; e estimular a pesquisa em Defesa. Em especial, o Exército Brasileiro ativou um processo de transformação, atento às Ciências Militares, incluídas no rol das ciências estudadas no país, em 2001, pelo Conselho Nacional de Educação. Neste contexto, as Ciências Militares foram disciplinadas como "o sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa

⁴ Trata-se da aptidão requerida a uma força para que possa cumprir certa missão ou tarefa.

científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar" (BRASIL, 2010, p. 9).

Sob este prisma, cabe revisitar a "Trindade da Guerra", delineada por Clausewitz (1976), que serviu de base para pensar esta pesquisa, e que contém três elementos precípuos: a "violência", como uma força natural e cega; a "incerteza/probabilidade", como pressuposto de um espírito criativo e livre; e a "política", como instrumento de subordinação da guerra, tornado-a um fenômeno racional. Em particular, Clausewitz utilizou a figura do camaleão para indicar o caráter mutável e imprevisível da guerra, decorrente da infinita variabilidade de interações entre os seus elementos.

Ademais, Bassford (2007) observa um modelo da "Teoria do Caos"⁵ no pensamento de Clausewitz, uma vez que a "Trindade da Guerra" é auto-inclusiva e universal, abrangendo elementos subjetivos e objetivos, bem como os componentes intelectual, emocional e físico da guerra.

Como consequência, considerando que a guerra é um fenômeno precipuamente socio-político, sujeito à incerteza, a Complexidade foi a epistemologia selecionada para filtrar o conhecimento recrutado por esta investigação, uma vez que o paradigma mecanicista não é suficiente para absorver a pluralidade de perspectivas que envolvem o fenômeno. Cabe salientar que a Complexidade teve sua gênese nas pesquisas em sistemas da natureza e, atualmente, tem avançado aos sistemas sociais. Em especial, destaca-se a pesquisa do comportamento não linear no âmbito dos sistemas que não podem ser descritos por uma regra singular ou sintetizados a uma explicação única (STACEY, 1995). Assim, para analisar os modelos de operações do Exército dos EUA e do Exército Brasileiro, este estudo acolheu um *Complexity Thinking* (RICHARDSON; CILLIERS, 2001), ampliando os limites para pensar o tema e as suas diversas matizes.

Avançando aos aspectos metodológicos, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, organizando um estudo de caso, apoiado em dois microestudos, para, assim, examinar os conceitos operativos dos Exércitos, dos EUA e do Brasil, respectivamente. Neste contexto, a fim de coletar as impressões necessárias, foram empregadas as técnicas da pesquisa documental e bibliográfica para, na sequência, integrar esforços descritivos e analíticos no âmbito dos microestudos (YIN, 2001). Ao final, apoiado na articulação descritiva e analítica, inferiu-se acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar dos EUA e do Brasil.

Em particular, para coleta das fontes primárias, a pesquisa documental selecionou um rol de documentos (políticas, estratégias, doutrinas etc) referentes aos exércitos investigados, nos seguintes sítios eletrônicos: *Army University Press*⁶, Ministério da Defesa⁷ e Comando de Operações Terrestres/Portal de Doutrina do Exército⁸. No que diz respeito à coleta das fontes secundárias, a pesquisa bibliográfica reuniu artigos científicos de um rol de periódicos previamente organizado com base na aderência editorial à Ciência Política e às Ciências Militares.

5 A "Teoria do Caos" trata de sistemas complexos e dinâmicos, rigorosamente deterministas, mas que apresentam um fenômeno fundamental de instabilidade chamado sensibilidade às condições iniciais que, modulando uma propriedade suplementar de recorrência, torna-os não previsíveis na prática a longo prazo.

6 Disponível em: <http://www.armyupress.army.mil/>

7 Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/legislacao>.

8 Disponível em: <http://www.cdoutex.eb.mil.br/>

Ademais, os indexadores Portal de Periódicos CAPES⁹ e *Scientific Electronic Library Online*¹⁰ foram empregados na coleta em questão. No esforço investigativo, a busca foi realizada nos idiomas português, inglês e espanhol, respeitando as nuances de cada base de dados. Para tanto, empregaram-se os seguintes descritores: segurança, defesa nacional, guerra, poder nacional, poder militar, modelo de operações militares, exército, Estados Unidos da América e Brasil.

3 Moldura teórica e conceitual

Para delinear a moldura analítica deste estudo, foram contempladas as perspectivas que circunscrevem os constructos do Poder e da Guerra, uma vez que se enlaçam e se integram.

Neste sentido, inicialmente, Teixeira e Migon (2017), revisitando a Teoria do Poder, tratam da percepção pessimista de Hobbes (1974), tendo por base a máxima da “guerra de todos contra todos”, evidenciando a associação entre poder e violência. Sob este prisma, a perspectiva hobbesiana propõe uma “[...] general inclination of all mankind, a perpetual and restless desire of power after power, that ceased only in death”¹¹ (HOBBES, 1974, p. 86).

Em um segundo momento, observa-se a abordagem do poder como dominação (*power over*), assentada em Weber (1946), Dahl (1957), Bachrach e Baratz (1962). Neste contexto, Weber indica que o poder floresce do conflito advindo da dinâmica da vida em sociedade, considerando que os homens agem de acordo com seus interesses e não pelos seus ideais. Consequentemente, na política, a bipolaridade ética entre responsabilidade e convicção, torna a luta pela dominação, no pleno exercício do poder *per se* (TEIXEIRA; MIGON, 2017).

Avançando, tem-se uma terceira perspectiva, a abordagem do poder como capacidade (*power to*), sendo Arendt (1970) sua defensora. Neste contexto, Teixeira e Migon (2017) indicam que a autora não acolhe o binômio “poder e violência”, oferecido pela visão política tradicional, entendendo que são opostos e que a violência *per se* é um instrumento que poderia degradar o aspecto qualitativo do poder. Por sua vez, Arendt apresenta o binômio “poder e consenso”, priorizando a observação do espaço público e, assim, a instrumentalização de autoridade e de legitimidade para o uso do poder.

Sob uma quarta visão, protagonizando a possível interseção entre as abordagens anteriores, Foucault (1980) sustenta que o poder está em tudo e se manifesta de todas as maneiras, implicando na existência de uma relação entre poder e conhecimento. Em especial, aponta a relação direta entre o conhecimento social que os atores usam para moldar a estrutura social e as consequentes relações de dominação estabelecidas a partir deste conhecimento.

Já passando à discussão da perspectiva do poder no âmbito do Estado, Morgenthau (1948) introduziu o conceito realista do Poder Nacional, alternando a visão do poder como objetivo para a visão do poder como os meios para alcançar os objetivos. Tais meios seriam materializados por

9 Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

10 Disponível em: <http://www.scielo.org>.

11 Tradução dos autores: [...] inclinação geral de toda a humanidade, um desejo perpétuo e inquieto de poder após poder, que só cessa na morte [...]

capacidades ligadas aos recursos humanos (população), aos recursos naturais (território), à infraestrutura (indústria) e às armas (forças armadas).

Sob uma outra perspectiva, já no âmago da Guerra Fria, Raymond Aron (1962) baseia seu pensamento na definição de disponibilidade de poder de uma entidade política para impor sua vontade sobre outras entidades. Assim, propõe desenvolver três principais elementos, embora abstratos, para definir o conceito de poder: o espaço ocupado pelas unidades políticas; os recursos disponíveis e a gestão do conhecimento para transformá-lo em armas, bem como transformar homens em soldados; e, enfim, a ação coletiva correspondente a vários elementos (exército, solidariedade dos cidadãos etc). Em particular, o último elemento pode desequilibrar o curso de conflito, caso do êxito das guerrilhas argelinas contra as tropas francesas durante a guerra de independência da Argélia.

Ademais, o autor faz uma distinção entre poder em uma situação de guerra e poder em tempo de paz. Durante a paz, os meios usados pelo poder diferem claramente do usado em tempo de guerra, avançando, ainda, a uma distinção entre poder defensivo e ofensivo. Neste sentido, na Guerra Fria, as relações de poder entre os Estados tiveram a sua dinâmica ampliada por meio de instrumentos próprios: relações internacionais, política externa, estratégias de defesa etc (ARON, 1962).

Em uma síntese apertada, com base nesta breve revisão acerca do poder, a política pode ser caracterizada como a ferramenta que dirige o poder no escopo do Estado, tanto no que tange ao poder como recursos, quanto como comportamento, no intuito de obter resultados pré-determinados (NYE JR., 2012). Consequentemente, o constructo da guerra aflora como um instrumento de contingência - a continuação da política por outros meios - permitindo ao Estado legitimar o emprego da violência e, portanto, usar a força em prol dos seus interesses nacionais (CLAUSEWITZ, 1976).

Inevitavelmente, as teorias do poder estão conectadas às teorias da guerra, uma vez que a hostilidade não se manifesta apenas pela violência física, podendo advir de outras formas: econômica, psicológica e diplomática (BOBBIO, 1987). Ademais, para dar direção à guerra, torna-se necessário aplicar uma ferramenta própria - a estratégia - cuja gênese advém da arte do general (*estrategos*), inicialmente aplicada para movimentar e estacionar exércitos na Idade Antiga e, atualmente, entendida como a “ponte” que liga o propósito político ao Poder Militar (GRAY, 2006).

Adentrando à percepção da Teoria da Guerra, Lind et al. (1989) caracterizam a evolução da arte da guerra no escopo de gerações, à luz de fatores tecnológicos, econômicos e político-sociais, conforme sintetizado no contido na Tabela 1.

Tabela 1 - Taxonomia da Geração das Guerras

Geração das Guerras	Principais Características
1 ^a Geração	emprego da massa e do combate linear
2 ^a Geração	emprego do poder de fogo e do combate linear
3 ^a Geração	emprego do movimento, da manobra e do combate não linear
4 ^a Geração	emprego massivo de tecnologia, assimétrica e perda do monopólio do uso da força por parte do Estado
5 ^a Geração	emprego massivo da cyber war, assimétrica, informacional e híbrida

Fonte: Lind et al. (1989) adaptado pelos autores.

Sob este prisma, a 1^a Geração trata das guerras baseadas no princípio da massa, evidenciadas desde a Paz da Vestefália (1648) até, aproximadamente, a Guerra Civil Americana (1861-1865). Neste contexto, destacaram-se as manobras dos exércitos absolutistas, onde os mosquetes de alma lisa eram a tecnologia que implicava na concentração de soldados em linhas sucessivas. De forma geral, caracterizou-se por um campo de batalha linear e por uma cultura militar ordenada.

A seguir, a 2^a Geração reúne as guerras centradas no poder de fogo, proporcionado pela tecnologia do carregamento automático e das metralhadoras, instigando um combate linear e de atrito. Neste sentido, observou-se o modelo do Exército Francês, durante e após a 1^a Guerra Mundial, centrado na guerra de atrito pelo fogo. Em particular, a 2^a Geração manteve a cultura de ordem da 1^a Geração, observando uma tomada de decisão centralizada, hierárquica e baseada em ordens detalhadas. Por outro lado, a evolução do tamanho, da escala e da complexidade do combate impuseram uma contradição entre a cultura interna de ordem das forças armadas e a realidade externa de um campo de batalha cada vez mais desordenado (LIND, 2004).

Observando a 3^a Geração, encontram-se as guerras baseadas no movimento e na manobra, onde o combate passou a explorar a não-linearidade na batalha apoiando-se: no emprego de blindados e aviões; na ampla utilização dos rádios; e no uso de outros aparelhos advindos do desenvolvimento científico-tecnológico. Neste cenário, a denominada “guerra de manobra”, foi desenvolvida pelo Exército Alemão, antes e durante a 2^a Guerra Mundial. Em especial, a velocidade substituiu o poder de fogo como o elemento capacitador, observando uma tomada de decisão descentralizada e focada no inimigo. Para tanto, modelou-se a intenção do comandante como enfoque a ser seguido pelos líderes, dos diversos níveis, na obtenção dos resultados que cada situação exigia, instigando o exercício da iniciativa e, assim, diminuindo a centralização das ações.

Passando à 4^a Geração, observam-se as guerras que evidenciam a relevância da tecnologia na composição do poder militar, fortalecido pelo uso do computador, da internet, dos pulsos eletromagnéticos e da robótica. A partir dos últimos anos da Guerra Fria, a 4^a Geração alcançou, ainda, o espectro da guerra espacial e cibernética (LIND et al., 1989), tendo o seu prelúdio figurado na Guerra do Golfo (1991), por ocasião da campanha para liberação do Kuwait.

Adensando este cenário, a partir dos atentados terroristas lançados contra os EUA (2001), o mundo assistiu ao robustecimento de organizações terroristas e criminosas, que passaram a desafiar os Estados, perfazendo ameaças complexas. Ao lidar com esta nova dinâmica, o Poder Militar foi arrastado para um quadro de fricção assimétrica e irregular, muitas das vezes intra-estatal. Desta forma, Lind (2004) aponta a ascensão da 4^a Geração como a maior mudança da guerra desde a Paz da Vestefália, uma vez que evidencia o fim do monopólio do estado sobre a guerra e, assim como antes de 1648, muitas entidades, não apenas estados, estão lutando as guerras.

Como consequência, foram modeladas novas estratégias de segurança e defesa, sendo que já nos anos 1990 efervesceu a chamada Revolução nos Assuntos Militares¹². A seguir, as perspectivas acerca da aplicação do Poder Militar foram ampliadas pelas lições advindas das Guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), tornando os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) polos irradiadores de novos conceitos e estratégias para a arte da guerra.

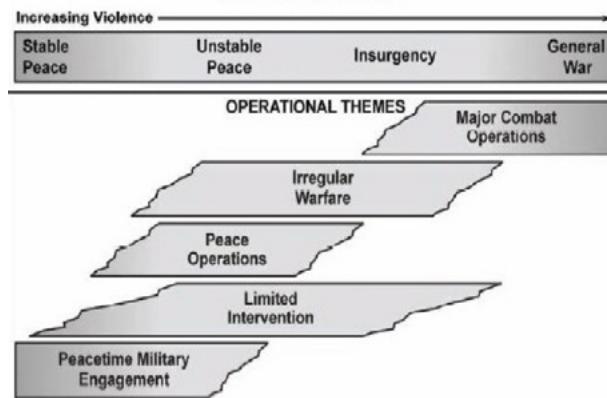
12 Trata-se da discussão acerca da teoria do futuro da guerra, normalmente ligado a temas de organização e estratégia, levando-se em consideração o impacto de novas tecnologias.

Neste diapasão, Colón (2011) relata que as *Effects Based Operations*, instrumentalizadas na Guerra do Golfo, prefiguraram um modelo de atuação para o enfrentamento de situações de crise, integrando o esforço militar e civil. Contudo, fruto dos resultados modestos nas campanhas do Afeganistão e do Iraque, as *Effects Based Operations* foram substituídas por um modelo de atuação baseado na integração de todo potencial nacional - o *Comprehensive Approach* - tornando-se o paradigma contemporâneo da gestão integrada, civil-militar, de crises e de conflitos.

Atualmente, o curso da Guerra da Síria (2011) e da Guerra contra o *Islamic State of Iraq and Syria*¹³ (2014) passou a evidenciar espécies de conflitos que transcendem os espaços geográficos, transbordando fronteiras virtuais, cibernéticas e sociais. Em particular, a assimetria tornou-se um aspecto característico, uma vez que “os combates podem travar-se contra grupos de inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e, com e sem intenção, contra civis” (SMITH, 2008, p. 325). Ademais, passou-se a observar uma dualidade recorrente nos conflitos atuais, advinda da alternância de cenários de “guerra” e “não guerra”, além da presença de atores transnacionais no espaço de batalha. Tal conjuntura tem exigido uma adaptação continuada das estratégias e táticas para a condução das operações (SCHNAUBELT, 2009).

Em especial, com ou sem o patrocínio do Estado, a letalidade e a capacidade de grupos armados não estatais têm aumentado e, assim, instigado os Estados a explorarem modelos de guerra não-tradicional (Figura 1). No cenário atual, as forças militares têm combatido oponentes, na maioria, não estatais - Al Qaeda, Hamas, Hezbollah, Estado Islâmico, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia etc - fortalecidos por um aparato militar diversificado. Neste sentido, o termo “Operações Complexas” é utilizado para definir “[...] military and civilian activities to restore and ensure order. These are also sometimes called stability operations, irregular warfare, or counterinsurgency [...]”¹⁴ (FRANKE et al., 2014, p.1), sintetizando o perfil de emprego hodierno.

Figura 1 - O espectro da violência e dos conflitos



Fonte: United States of America (2008, p. 3-20).

13 Trata-se de uma organização *jihadista* conhecida como Estado Islâmico do Iraque e da Síria ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante que opera, majoritariamente, no Oriente Médio.

14 Tradução dos autores: atividades militares e civis para restaurar e garantir a ordem. Estas são também chamadas de operações de estabilização, guerra irregular ou contrainsurgência.

Consequentemente, fruto da complexidade da cena contemporânea, já se discute o escopo de uma Guerra de 5^a Geração, alargando o uso de perspectivas da 4^a Geração com a operacionalização dos drones¹⁵, da biotecnologia, da nanotecnologia etc. No seio desta geração, floresce o conceito da “guerra híbrida”, percebida como a amálgama dos diferentes tipos de guerra, abarcando capacidades convencionais, táticas irregulares, ações terroristas, indução da violência e coerção. Tal conceito detém o potencial para ser instrumentalizado, tanto pelos Estados, quanto por atores não estatais robustecidos por aparatos militares, conjugando estratégias de guerras regular e irregular. Em particular, cabe atentar para o fato de que as forças regulares de uma ameaça híbrida são regidas por leis internacionais, porém as demais escapam ao seu alcance, prejudicando a limitação quanto ao nível de violência que empregam ou ao tipo de alvo que engajam (HOFFMAN, 2007).

Portanto, avançando na volatilidade do espectro conflitivo atual, a arte da guerra tem sido marcada pela interdisciplinaridade (atuação simultânea de militares, policiais e civis) e pela multidimensionalidade (abordagem integral do Poder Nacional), à luz de um esforço interagências e da aplicação maciça de tecnologia (BOUSQUET, 2009). Vale ressaltar que, isto não representa o fim da guerra tradicional ou convencional, mas impõe um fator complicador para a condução das operações, exigindo o “pensar” acerca da arte da guerra no Século XXI (ARQUILLA, 2007).

4 Pensando A Arte Da Guerra no século XXI

O caso do modelo do Exército dos EUA

The introduction of the airplane, the submarine, and the aircraft carrier in World War I, and the incorporation of mobile radio communications and radar systems in World War II, vastly increased a strategic commander's ability to operate across several domains simultaneously. More recently, the development of Air-Land Battle in the 1980s and then Air-Sea Battle in 2013 show military thinking evolving along the same general line - how to win decisively, even if outnumbered or technologically overmatched, by integrating operations in multiple domains to present enemies with multiple dilemmas¹⁶ (BROWN¹⁷, 2017, p. 5).

15 Trata-se de todo tipo de aeronave que pode ser controlada nos 3 eixos e que não necessite de pilotos embarcados para ser guiada. São controladas à distância por meios eletrônicos e computacionais, sob a supervisão de humanos, ou mesmo sem a sua intervenção, por meio de controladores lógicos programáveis.

16 Tradução dos autores: a introdução do avião, do submarino e do porta-aviões na 1^a Guerra Mundial e a incorporação de sistemas de radionavegação e sistemas de radar móveis na 2^a Guerra Mundial aumentaram consideravelmente a capacidade de um comandante estratégico operar em vários domínios, simultaneamente. Mais recentemente, o desenvolvimento da *Air-Land Battle* na década de 1980 e, em seguida, a *Air-Sea Battle* em 2013 mostram o pensamento militar evoluindo ao longo da mesma linha geral - como vencer de forma decisiva, mesmo que superado numericamente ou equiparado tecnologicamente, integrando operações em vários domínios para apresentar múltiplos dilemas ao inimigo.

17 O General Robert B. Brown (Exército dos EUA) é o comandante geral do *United States Army Pacific (USARPAC)*.

Ao longo das gerações das guerras, os EUA buscaram delinear modelos operativos capazes de moldar a forma de combater em face de cada novo domínio acrescido à dinâmica da arte da guerra. À luz do cenário contemporâneo, o Poder Militar norte-americano identifica que os seus adversários vêm se adaptando cada vez mais rapidamente à concorrência tecnológica e têm se tornado capazes de contestar os EUA nos vários domínios: humano; terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético.

Neste contexto, segundo a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA: “*China and Russia challenge American power, influence, and interests, attempting to erode American security and prosperity*”¹⁸ (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 2). Em particular, a Estratégia indica que os referidos países agem para tornar as economias menos livres, para ampliar o seu aparato militar, para controlar o fluxo de informações no intuito de reprimir suas sociedades e, assim, expandir a sua influência. Ademais, o documento identifica, tanto a República Democrática Popular da Coréia, quanto a República Islâmica do Irã, como ditaduras que fragilizam as suas respectivas regiões e, consequentemente, ameaçam os EUA e os seus aliados.

Neste cenário, um dos maiores desafios dos EUA reside no fato de que grande parte de seu aparato militar contemporâneo é assentado em ferramentas tecnológicas que dependem do uso da conectividade digital. Inevitavelmente, em face de bilhões de dispositivos conectados à *Internet*, evidencia-se um perigo latente no ciberespaço e, consequentemente, uma dependência de recursos espaciais para viabilizar a conectividade. Logo, a busca pela interrupção do ciclo decisório do adversário - capacidade de observar, orientar, decidir e agir (OODA) - é um aspecto primordial para que as forças militares possam conduzir o oponente a uma situação de desvantagem. A partir desta degradação, constrói-se a oportunidade para a imposição de múltiplos dilemas que, em última instância, imputam ao adversário o desafio de atuar em um ambiente caótico (BROWN, 2017).

É notório que as vantagens dos EUA estão diminuindo à medida que os Estados rivais modernizam e constroem forças nucleares e convencionais. Ainda, muitos atores tornaram-se hábeis em operar abaixo do limiar de conflito militar tradicional, desencadeando hostilidades encobertas e clandestinas. Nesta dinâmica, a “névoa da guerra”¹⁹ se torna cada vez mais intensa no Século XXI e o pensamento militar dos EUA indica que “[...] creativity and innovation, when nurtured by an organizational culture that encourages prudent risk taking, is both a force multiplier on the battlefield and the only effective response to the inevitable fog of war”²⁰ (PERKINS, 2017, preâmbulo).

Sob este prisma, o Exército dos EUA desenvolveu e, atualmente, acolhe o conceito operativo denominado “*Multi-Domain Battle*” (MDB). Tal modelo foi delineado para apoiar a concepção e a condução de operações capazes de criar “janelas de superioridade” através dos múltiplos domínios (Figura 2) que configuram o campo de batalha hodierno - humano,

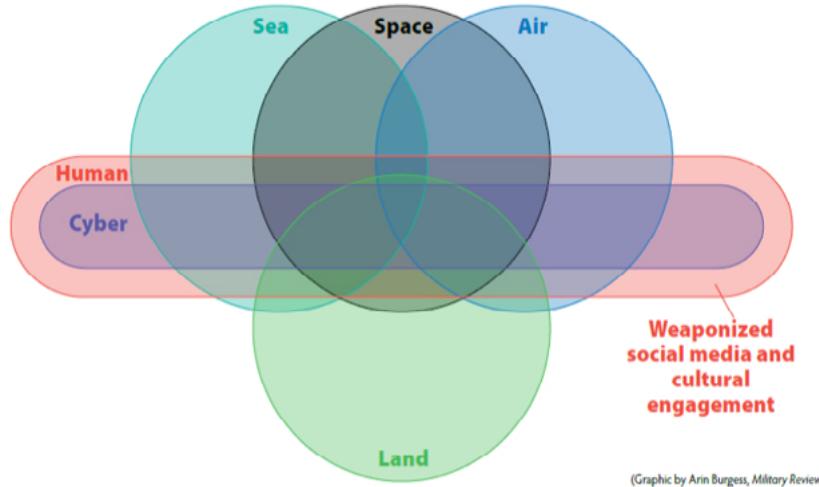
18 Tradução dos autores: China e a Rússia desafiam o poder, a influência e os interesses norte-americanos, tentando corroer a segurança e a prosperidade norte-americanas

19 Expressão cunhada por Clausewitz (1976) para descrever a imprevisibilidade e a fluidez do fenômeno da guerra.

20 Tradução dos autores: criatividade e inovação, quando nutridas por uma cultura organizacional que incentiva a tomada de riscos prudentes, é tanto um multiplicador de força no campo de batalha, quanto a única resposta efetiva à inevitável ‘névoa da guerra’.

terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético - permitindo que as forças militares dos EUA possam obter, reter e explorar a iniciativa das ações frente ao novo perfil dos seus adversários (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Figura 2 - A perspectiva da batalha em múltiplos domínios



(Graphic by Arin Burgess, Military Review)

Fonte: Brown (2017).

O referido modelo acolhe a premissa de que os EUA serão contestados por adversários sofisticados, que poderão ser capazes de apresentar uma defesa *Multi-Domain*, com a finalidade de negar a criação das “janelas de superioridade” por parte das forças norte-americanas. Tal perspectiva implica na necessidade de um sistema de combate que seja integrado e resiliente, e não interdependente, tornando-se possível a manutenção da liberdade de ação para a aplicação do poder militar, sem depender da atuação em um único domínio. Logo, o modelo proposto pelo conceito do “*Multi-Domain Battle*” busca garantir as condições mínimas para que a força militar possa prosperar e explorar a iniciativa (física e psicológica) no âmbito dos demais domínios que não estejam negados pelo oponente (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Sob este prisma, o pensamento militar, naturalmente, avança às operações conjuntas²¹, como abordagem que viabiliza a integração das forças singulares e a sincronização máxima das suas ações. Neste contexto, cabe revisitar o escopo do *Goldwater-Nichols Act*, assinado em 4 de outubro de 1986, pelo então presidente dos EUA Ronald Reagan. A referida lei reorganizou e remodelou o Departamento de Defesa dos EUA, historicamente estabelecido pelo *National Security Act* (1947). Em particular, a estrutura de comando foi reformulada, aumentando os poderes do Comandante do Estado-Maior Conjunto para, assim, simplificar a cadeia de comando, que passou a fluir do Presidente, via Secretário de Defesa, diretamente aos comandantes dos comandos operacionais ativados. Como consequência, desde então, os comandantes de cada força singular -

21 Tratam-se de operações caracterizadas pelo emprego de um grande número de meios, de duas ou mais forças singulares, que são conduzidas sob comando único. Normalmente, se dão no nível operacional e contam com um estado-maior operacional conjunto permanente, que desenvolve planos e procedimentos padrão.

Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais - acolheram a responsabilidade precípua de treinar e equipar os recursos humanos que mobiliam os comandos combatentes unificados, passando a desempenhar um papel consultivo junto ao Presidente e ao Secretário de Defesa dos EUA.

Since the passage of the Goldwater-Nichols Act, joint operational approaches have proven themselves in combat. [...]. However, work remains, especially when considering the rapidly changing global operational environment. Further, the joint task force doctrinal structure used over the past 15 years to promote joint capability has actually driven some incorrect habits of mind that are detrimental in the evolving operational environment. [...] these habits drive the service components to think about their respective operating areas as if in a vacuum²² (BARTELS; TORMEY; HENDRICKSON, 2017, p. 71).

Fruto deste histórico, em que pese o êxito incontestável da sistemática das operações conjuntas americana, tal dinâmica criou uma dependência, por parte do Poder Militar Terrestre, das capacidades conjuntas também providas por outras forças (fogos aéreos, defesa antiaérea, guerra eletrônica etc). Por outro lado, atualmente, à luz do conceito do “*Multi-Domain Battle*”, evidencia-se a necessidade de que o Poder Militar Terrestre dos EUA reúna capacidades que habilitem à condução de operações que transpassem os múltiplos domínios. Desta maneira, o modelo em curso instiga a força militar a operar em times conjuntos e integrados, em prol de operações simultâneas e sucessivas, adquirindo capacidades para desencadear: ações cinéticas e não cinéticas, guerra eletromagnética, guerra cibernética, defesa antiaérea integrada e fogos profundos e cirúrgicos.

O conceito contempla o fato de que o adversário se utiliza dos centros urbanos como espaços para obtenção de vantagem na dinâmica do conflito. Logo, reconhece a necessidade de modelar o ambiente operacional para a criação de “janelas de superioridade” nos domínios que incidam no ambiente urbano, percebendo que a competição por tais janelas será constante. Como exemplo, visualiza-se que o lançamento de balões estáticos de guerra eletrônica pode criar restrições de comunicações ao oponente, no seu domínio eletromagnético, em determinada porção do campo de batalha e, a partir daí, viabilizar a criação de uma “janela de oportunidade” naquele domínio. A seguir, se explorada, essa janela de oportunidade habilitará o acesso a outros domínios, delineando uma “janela de superioridade”, em um tempo e espaço determinados (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Neste contexto, é primordial a consciência situacional acerca do inimigo, proveniente de esforços de inteligência que, em última instância, permitirão enxergar através da “névoa da guerra” e, assim, impor um ritmo de batalha mais fluido que o do oponente. Para tanto, segundo a Estratégia Nacional de Segurança, é necessário garantir que a superioridade militar americana resista e, em combinação com outros elementos do poder nacional, esteja preparada para proteger os ame-

²² Tradução dos autores: desde a aprovação da *Lei Goldwater-Nichols*, abordagens operacionais conjuntas provaram-se em combate. De forma geral, a referida lei conseguiu muitos dos seus objetivos. No entanto, a questão permanece, especialmente quando se consideram as mudanças rápidas no ambiente operacional global. Além disso, a estrutura doutrinária da força conjunta utilizada ao longo dos últimos 15 anos, implicou em algumas mentalidades incorretas que são prejudiciais no ambiente operacional em evolução. [...] esses hábitos conduzem os componentes de cada força a pensar sobre suas respectivas áreas de atuação como se estivessem em um vácuo.

ricanos contra desafios sofisticados. Neste sentido, o Presidente Donald J. Trump ressalta que “*As long as I am President, the servicemen and women who defend our Nation will have the equipment, the resources, and the funding they need to secure our homeland, to respond to our enemies quickly and decisively, and, when necessary, to fight, to overpower, and to [...] win*”²³ (TRUMP, 2017, p. 25).

Em suma, ao pensar a arte da guerra no Século XXI, verifica-se que o modelo do Exército dos EUA, assentado no conceito da “*Multi-Domain Battle*”, se estrutura em três elementos precípuos: a integração conjunta, a sinergia de capacidades tecnológicas avançadas e o desenvolvimento de líderes que prosperem em cenários caóticos, fortalecendo o “*Mission Command*”²⁴. Ademais, o conceito contempla a capacidade de sustentar a continuidade da condução de ações conjuntas e integradas, tanto simultâneas quanto sucessivas, em múltiplos domínios, com ênfase na resiliência. Em última instância, o conceito amplia as opções estratégicas²⁵ do Poder Nacional para o atingimento dos objetivos dos EUA no âmbito do Século XXI (BROWN, 2017).

O caso do modelo do Exército Brasileiro

O Brasil delineou uma Doutrina Militar de Defesa baseada na perspectiva do Poder Nacional, definida como a capacidade resultante da integração dos meios da nação, acionados pela vontade nacional, com o objetivo de manter e de conquistar os objetivos nacionais (BRASIL, 2007). Para tanto, o constructo do Poder Nacional se manifesta em cinco expressões: política, militar, econômica, psicossocial e científico-tecnológica. Em particular, a expressão política se sobressai dentre as demais, fixando os objetivos nacionais, enquanto a militar tem no emprego da força, ou na possibilidade de usá-la, o seu fundamento precípua (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009).

Desta forma, atento ao cenário atual, o Estado Brasileiro, identifica onze ameaças à segurança nacional - ações contrárias à soberania nacional, ações contrárias ao estado democrático de direito, armas de destruição em massa, ataques cibernéticos, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual/tecnologias sensíveis, corrupção, criminalidade organizada, espionagem, interferência externa, sabotagem e terrorismo - todas enumeradas na Política Nacional de Inteligência (BRASIL, 2016).

Como consequência, as Forças Armadas Brasileiras têm experimentado desafios complexos, contudo, distantes das situações de guerra *per se*, fruto do quadro razoavelmente estável do entorno estratégico brasileiro (OLIVEIRA, 2009). Por sua vez, a Doutrina de Operações Con-

23 Tradução dos autores: Enquanto eu for Presidente, os militares e as mulheres que defendem nossa nação terão o equipamento, os recursos e o financiamento de que precisam para proteger nossa pátria, para responder a nossos inimigos de maneira rápida e decisiva e, quando necessário, para lutar, dominar e [...] ganhar.

24 Trata-se de uma concepção de comando, derivada da doutrina tática prussiana, que promove iniciativa, liberdade e velocidade de ação, dentro de certas restrições. Neste sentido, o subordinado, entendendo a intenção do comandante, sua própria missão e o contexto dessa missão, é informado sobre o efeito que deve alcançar e a razão pela qual precisa ser alcançado. A partir daí, decide, dentro de sua liberdade de ação delegada, qual a melhor maneira de realizar sua missão.

25 Cabe salientar que, atualmente, o termo *Multi-Domain Operations (MDO)* é uma evolução e aperfeiçoamento do conceito do *Multi-Domain Battle (MDB)* publicado em 2017. Ele reflete mais de dois anos de experimentos, treinamentos e exercícios (conjuntos e multinacionais). O *MDO* expande as idéias do *MDB* e descreve como o Exército deve contribuir com a força conjunta para deter e derrotar os contendores estratégicos, tanto em fricções, quanto no conflito armado.

juntas do Brasil considera a aplicação do Poder Militar, tanto em situações “de guerra” (emprego na defesa da Pátria propriamente dita, com o uso máximo da violência), quanto de “não guerra” (empregos subsidiários, em que o uso da violência ocorrerá, de forma limitada, ou não). Ademais, contempla as perspectivas - do confronto tradicional entre Estados ou coligações; e do enfrentamento aos atores não estatais que promovem ações hostis, reunidos sob o prisma das ameaças híbridas²⁶ (BRASIL, 2011).

Em face desta demanda plural, no âmbito do Exército Brasileiro, desde 2013, o documento intitulado “Bases para a Transformação do Exército” orientou a introdução de fundamentos e perspectivas no intuito de incorporar capacidades e competências necessárias à atuação da Força no Século XXI. A seguir, em 2014, a Doutrina Militar Terrestre elencou um conjunto de valores, conceitos e táticas para otimizar a direção do preparo dos recursos humanos e do desenvolvimento dos meios e da infraestrutura do Poder Militar Terrestre (BRASIL, 2013, 2014).

Como consequência, o Exército adotou a sistemática da geração de forças por meio do sistema denominado “Planejamento Baseado em Capacidades”. Tal modelo, enfoca o atendimento das necessidades decorrentes dos efeitos a serem alcançados nas campanhas militares, voltados à execução de ações e tarefas encadeadas. Desta forma, a sistemática prioriza a análise permanente da conjuntura e cenários prospectivos, reduzindo os riscos de planejamentos equivocados para, assim, ampliar a prontidão em prol da segurança e defesa. Neste processo, a arquitetura das capacidades é carreada pela sinergia de sete fatores - doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura - sintetizados no acrônimo DOAMEPI. Em última instância, o modelo promove uma averiguação contínua acerca da eficácia do Poder Militar Terrestre para, então, customizar e potencializar o poder de combate em face das ameaças (BRASIL, 2014).

Figura 3 - Conceito Operativo do Exército Brasileiro



Fonte: Brasil (2017b, p. 2-17).

26 Tratam-se de um misto de atividades, com a frequente combinação de métodos militares convencionais e não convencionais, que podem ser utilizados de forma coordenada por parte de intervenientes estatais e não-estatais, permanecendo, porém, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada.

Com destaque, diante da premissa que os eventuais futuros advesários não serão passivos, a preponderância da agregação de operações ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, de forma sucessiva ou simultânea, é modelada como a vocação da Força Terrestre em um esforço singular, conjunto ou combinado. Desta forma, o conceito operativo denominado “Operações no Amplo Espectro”²⁷ (Figura 3) orienta o uso da força, no tempo e no espaço, por parte do Poder Militar Terrestre, com ênfase na combinação de atitudes e na abordagem de diferentes espectros do uso da força, variando da paz instável²⁸ até a guerra total²⁹ (BRASIL, 2017a).

Neste sentido, o Exército Brasileiro entende que “o Estado, ao nos delegar poder para exercer a violência em seu nome, precisa saber que agiremos sempre em prol da sociedade da qual somos servos” (Villas Boas, 2017). Neste diapasão, dialogando com as perspectivas de Estado e Sociedade discutidas por Bobbio (1987), conectadas aos constructos do Poder e da Guerra, identifica-se uma falsa dicotomia na relação Estado-Sociedade, uma vez que a suposta contraposição entre Sociedade e Estado não é maior do que a sua sinergia - “[...] entendida não só no sentido de Estado que permeou a sociedade mas também no sentido de Estado permeado pela sociedade.” (BOBBIO, 1987, p.51). Neste sentido, o lema do Exército Brasileiro - “Braço Forte, Mão Amiga” - materializa o *ethos* do seu conceito operativo, habilitando-o como fiador da Defesa e do Desenvolvimento Nacional.

Assim, o referido conceito preconiza a integração entre vetores militares e civis, buscando a unidade de esforços no ambiente interagências, observando o fato de que a convergência dos esforços favorece as ações destinadas a conter a escalada da violência. Neste sentido, a perspectiva da “Unidade de Esforços” assenta-se na premissa de que os esforços devem ser coordenados na busca da colaboração em prol dos objetivos da operação, que devem ser comuns entre as agências, apesar das diferenças técnicas, táticas e procedimentais. Em especial, a conciliação de interesses e a coordenação de esforços devem ser avaliados continuamente, no intuito de evitar a duplicidade de ações, o desperdício de recursos e, assim, propiciar a efetividade da operação (BRASIL, 2017b).

Para Segurança e Defesa, o conceito das “Operações no Amplo Espectro” viabiliza a instrumentalização da Concepção Estratégica do Exército que estabelece que a Força deve “contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social” (BRASIL, 2017b, p. 5). Para tanto, o referido conceito apoia a aplicação das estratégias da “Dissuasão” e da “Presença”, sob a premissa da “Inviolabilidade” das extensas fronteiras terrestres do Brasil (ZIA, 2013). Na maximização deste esforço, o Poder Militar Terrestre deve ser aplicado como parte de uma ação unificada, considerando o emprego conjunto e a aplicação das demais expressões do Poder Nacional para, assim, derrotar possíveis oponentes e garantir a Defesa Nacional.

Atualmente, a atuação em prol da segurança interna (situação de “não guerra”) tem sido recorrente em operações inseridas no quadro da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no combate

27 Teve como base o conceito “*Full Spectrum Operations*”, estabelecido no *Field Manual 7-0 (Operations)*, do Exército dos EUA, em 2008, que trata da formação de forças modulares e expedições para conduzir operações de amplo espectro e simultâneas - ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio civil - em uma era de conflito persistente.

28 Situação caracterizada por um nível geral de tensão e suspeita entre as partes, incluindo: incerteza e desconfiança; níveis crescentes de frustração sistemática; aumento de clivagens sociais e políticas; e instabilidade política difusa.

29 Trata-se do conflito militar em que os contendores estão dispostos a empregar todo espectro do potencial nacional - recursos humanos e materiais - tanto no tempo quanto, quanto no espaço, em prol da consecução de um objetivo.

aos crimes transfronteiriços e nas ações subsidiárias (CEPIK; BORBA, 2011). Para tanto, a Lei Complementar nº 97 amplia a competência original das Forças Armadas, em especial do Exército, possibilitando seu emprego, tanto na faixa de fronteira, quanto nos grandes centros urbanos (BRASIL, 1999; 2004), e viabilizando a condução de operações de cooperação/coordenação com agências, sob o prisma das “Operações no Amplo Espectro”.

Pari passu, também no escopo das situações de “não guerra”, destaca-se a projeção internacional do Exército Brasileiro em operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Com destaque, ocorreu a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004, em prol do restabelecimento da ordem naquele país, após uma série de convulsões sociais e insurgências que culminaram com a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide. Neste esforço, o Exército Brasileiro liderou o componente militar da missão, de 2004 até 2017, quando a Missão foi encerrada, período em que as Forças Armadas brasileiras empregaram, diuturnamente, mais de mil militares na Ilha *Hispaniola* (CRUZ AGUILAR, 2005). Naquela jornada, o Poder Militar Terrestre nacional combinou atitudes defensivas, ofensivas e de cooperação/coordenação com agências, sob o prisma das “Operações no Amplo Espectro”, em prol da proteção de civis e do soerguimento daquele país.

Desta maneira, sob a égide das “Operações no Amplo Espectro”, a variabilidade do grau de violência e a mudança de atitudes impõem uma conduta flexível aos planejadores das operações terrestres, tanto em território nacional, quanto em forças expedicionárias. Para isso, o Exército Brasileiro acolhe duas ferramentas de planejamento, utilizadas de forma complementar e simultânea, no intuito de incrementar a produção de concepções operativas específicas a cada missão.

Em um primeiro plano, a “Metodologia de Concepção Operativa do Exército” realiza a análise das diretrizes dos escalões superiores, a formulação do problema enfrentado e o desenvolvimento de uma abordagem para solucioná-lo. Tal processo orienta o planejamento decisório no nível tático³⁰, otimizando as condições para o emprego do Poder Militar Terrestre, indicando “o que fazer”.

Em um segundo plano, o “Exame de Situação do Comandante” fornece os elementos cartesianos para a divisão do problema em partes e promove a proposição de linhas de ação para resolver a situação de crise ou conflito apresentada, estabelecendo um método de “como fazer”, à luz do conceito das operativo das “Operações no Amplo Espectro”.

Em síntese, ao pensar a arte da guerra no Século XXI, verifica-se que o modelo do Exército Brasileiro, apoiado no conceito das “Operações no Amplo Espectro”, se estrutura na combinação de atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, contemplando a abordagem de diferentes espectros do uso da força, desde a paz instável até a guerra total (BRASIL, 2017a). Ademais, instrumentaliza a Concepção Estratégica do Exército, com ênfase na presença, na dissuasão e na inviolabilidade do território. Enfim, o conceito avança no âmbito das operações conjuntas, fortalecendo as ações unificadas do Poder Nacional com as demais forças singulares - Marinha e Força Aérea para, em última instância, ampliar as opções estratégicas do Estado Brasileiro e otimizar a Defesa Nacional no cenário do Século XXI.

³⁰ Trata-se do nível onde se executam as ações de combate, de logística e de apoio em geral. Neste nível, cada grupo de forças desencadeia suas missões táticas ou administrativas, cabendo aos comandantes operacionais harmonizar o espectro da atuação conjunta. Ademais, o planejamento neste nível é mais mecânico, rígido e objetivo do que criativo, mais atrelado aos manuais de campanha, embora sempre instigue as iniciativas pessoais dos comandantes.

5 Conclusão

Este artigo estabeleceu o objetivo de analisar os atuais modelos de operações adotados pelos Exércitos dos Estados Unidos da América e Brasil, sob o prisma da Teoria da Guerra, operacionalizando um estudo de caso que examinou os conceitos operativos da “*Multi-Domain Battle*” (EUA) e das “Operações no Amplo Espectro” (Brasil). Assim, fruto do escopo desenvolvido, nesta seção conclusiva, realiza-se a inferência acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar, de ambas as nações, no Século XXI.

De forma preliminar, o estudo assentou-se na perspectiva de que, após a Guerra Fria, a ameaça da bipolaridade deu lugar a um cenário internacional onde os riscos são difusos e amorfos. Neste cenário, novas dinâmicas geopolíticas permitiram que os conflitos transcendessem o espaço geográfico e fossem deflagrados nas fronteiras virtuais, cibernéticas e sociais, evidenciando que contrariamente às realidades eternas e universais da guerra, a sua natureza subjetiva sempre muda, em diferentes ritmos e épocas. Em suma, no cenário contemporâneo, observou-se que:

Não entender a guerra com base em uma reflexão sobre continuidades e mudanças gera o risco sobre o qual alertou o teórico prussiano do século XIX, Carl Von Clausewitz: enxergar a guerra como “algo autônomo” em vez de “um instrumento da política,” não compreender “em que tipo de guerra estamos envolvidos” e tentar transformá-la “em algo que seja alheio à sua natureza” (McMASTER, 2015, p. 30).

A seguir, constatou-se que a volatilidade e a geopolítica dos conflitos atuais implicaram em uma nova forma de “pensar” a arte da guerra no Século XXI, considerando: uma visão interdisciplinar e multidimensional; a participação de atores não militares; a perda do monopólio da violência por parte do Estado; a aplicação maciça de tecnologia; e o envolvimento integral do potencial nacional. Da mesma forma, o cenário conflitivo atual demanda uma prontidão dual por parte do Poder Militar dos Estados, tanto para superar um conflito de baixa intensidade, quanto para enfrentar uma fricção convencional - de escala limitada, total ou, em última instância, nuclear.

Neste escopo, fruto da análise do modelo do Exército dos EUA, infere-se que o conceito operativo da “*Multi-Domain Battle*” modela uma forma de lutar, capaz de fazer face a um possível conflito de viés interestatal, atento ao avanço tecnológico e geopolítico dos seus potenciais contendores atuais - China, Rússia, Coreia do Norte e Irã - identificados no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA.

Ademais, tal conceito direciona o Poder Militar dos EUA à perspectiva da resiliência multidomínio, ou seja, a capacidade de manter o ritmo de batalha em determinado domínio, quando um outro for negado durante a condução das operações militares. Para tanto, estima-se, que o Poder Militar dos EUA deverá prospectar e adquirir capacidades tecnológicas avançadas, que habilitem à continuidade da condução de ações unificadas, tanto simultâneas quanto sucessivas, em múltiplos domínios. Como consequência, tal demanda implicará na reconfiguração dos produtos de defesa, acelerando o fluxo de investimentos no complexo industrial militar dos EUA e, em última análise, impactando a economia de defesa mundial, sob uma perspectiva de “corrida armamentista”.

Por sua vez, fruto do exame do modelo do Exército Brasileiro, conclui-se que o conceito operativo das “Operações no Amplo Espectro” modela uma forma de lutar capaz de ativar e combinar atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, permitindo a atuação em diferentes espectros da violência para, assim, enfrentar ameaças fluidas, que detém o potencial de macular a segurança e a defesa nacionais. Além disso, constata-se que o referido conceito, ao instrumentalizar a combinação de atitudes, amplia o Poder Militar Brasileiro na aplicação das estratégias da presença e da dissuasão para, assim, contribuir com a inviolabilidade do território.

Contudo, na medida em que possibilita o formato de operações de cooperação/coordenação com agências como esforço primário, este conceito operativo imputa ao Poder Militar Brasileiro a necessidade de uma prontidão dual, tanto para atuar na faixa mais branda do espectro da crise/confílio, quanto para atender a demanda de uma eventual guerra total. Como consequência, tal exigência implica em investimentos e adestramento plurais que, em última instância podem impactar, quer seja na efetividade do uso da força, em uma situação de conflito interestatal, como também na eficiência dos investimentos e do desenvolvimento dos produtos de defesa do aparato militar brasileiro.

Por outro lado, o referido conceito instiga à abordagem da “Unidade de Esforços” (Figura 4), otimizando o princípio da “Economia de Meios”, na medida em que evita esforços duplicados e maximiza a interoperabilidade em prol de uma *performance* ótima, alavancada pelo rol de capacidades do potencial nacional. Ademais, a “Unidade de Esforços” fomenta o entendimento comum do problema gerador da crise/confílio, proporcionando ao Poder Militar Brasileiro uma concepção e, consequentemente, uma ação unificada, avançando à geração de uma resposta sistêmica aos desafios do mundo atual, incluindo as demais expressões do Poder Nacional. Portanto, uma “Ação Unificada” (Figura 4) é a síntese da sincronização, coordenação e/ou integração de ações de agências (públicas, privadas, governamentais, intergovernamentais e não governamentais) no âmago de operações complexas, quer sejam conjuntas, combinadas e multinacionais.

Figura 4 - Modelo Teórico “Unidade de Esforços e Ações Unificadas”



Fonte: os autores (2019).

À guisa de conclusão, verificou-se que tanto o modelo do Exército dos EUA, quanto o modelo do Exército Brasileiro estão customizados a uma demanda político-estratégica advinda dos interesses e dos objetivos nacionais elencados em face dos desafios à segurança e defesa que cada país enfrenta. Assim, os conceitos da “*Multi-Domain Battle*”(EUA) e das “Operações no Amplo Espectro” (Brasil) modelam uma forma de lutar própria para o Poder Militar Terrestre de cada um desses países, requerendo posturas, capacidades, e investimentos peculiares aos seus escopos.

Por fim, no rol dos desdobramentos do conceito operativo do da “*Multi-Domain Battle*”, fruto da demanda por uma resiliência multidomínio proposta pelos EUA, estima-se uma reconfiguração dos produtos de defesa cenário mundial. Como consequência, tal aspecto merece um exame aprofundado por parte do Exército Brasileiro, na medida que revela uma macrotendência da arte da guerra, indicando, às Ciências Militares, um vasto território de pesquisa para investigar e prospectar otimizações acerca da maneira do Exército Brasileiro lutar no Século XXI.

Referências

- ARENDT, H. **On Violence**. Harmondsworth: Penguin, 1970.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1962.
- ARQUILLA, J. The end of war as we knew it? Insurgency, counterinsurgency and lessons from the forgotten history of early terror networks. **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 28, n. 2, p. 369-386, 2007.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.
- BARTELS, C.; TORMEY, T.; HENDRICKSON, J. Multidomain operations and close air support: a fresh perspective. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 97, n. 2, p. 70-79, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HMxqzS>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- BASSFORD, C. The Primacy of Policy and the “trinity” in Clausewitz’s mature thought. In: Strachan, H.; Herberg-Rothe, A. (ed.). **Clausewitz in the Twenty-first Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 74-91.
- BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOUSQUET, A. **The scientific way of warfare**: order and chaos on the battlefields of modernity. New York: Columbia University Press, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2016.
- BRASIL. Exército. Portaria nº 197 do Estado-Maior do Exército, de 23 de dezembro de 2010. Aprova as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 52, 2013.
- BRASIL. Exército. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 34, 2010.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Concepção estratégica do Exército (SIPLEX)** – Fase IV. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de operações conjuntas** (MD30-M-01). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina militar de defesa** (MD51-M-04). 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina militar terrestre** (EB20-MF-10.102). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de campanha: operações** (EB70-MC-10.223). 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012a.

BROWN, R. B. The Indo-Asia Pacific and the multi-domain battle concept. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 97, n. 5, p. 2-8, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Wizeof>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CEPIK, M.; BORBA, P. Crime organizado, Estado e segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 375-405, 2011.

CLAUSEWITZ, C. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

COLÓN, G. Das operações baseadas em efeitos à comprehensive approach. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 129, p. 221-235, 2011.

CRUZ AGUILAR, S. L. **Brasil em missões de paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

DAHL, R. The concept of power. **Behavioral Science**, Hoboken, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

DOMINGOS, M. “Defesa e Segurança” como área do conhecimento científico. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 136-149, 2006.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico:** assuntos específicos. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2009. v. 3.

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge:** selected interviews and other writings 1972-1977. New York: Pantheon, 1980.

FRANKE V.; GUTTIERE K.; CIVIC, M. A. (ed.) **Understanding complex military operations:** a case study approach. Abingdon: Routledge, 2014.

GRAY, C. S. **Introduction in strategy and history:** essays on theory and practice. Abingdon: Routledge, 2006.

HOBBES, T. **Leviatã.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, n. 14)

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21st Century:** the rise of hybrid wars. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KISSINGER, H. **Ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LIND, W. S. Understanding fourth generation war. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 84, n. 5, p. 12, Sept./Oct. 2004.

LIND, W. S.; NIGHTENGALE, K.; SCHMITT, J. F.; SUTTON, J. W.; WILSON, G. I. The changing face of war: into the fourth generation. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 69, n. 10, p. 22-26, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2Foh4dX>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MCMASTER, H. R. A continuidade e a mudança: o conceito operacional do exército dos EUA e um pensamento claro sobre a Guerra do Futuro. **Military Review** (edição brasileira), n. 4, t. 70, p. 29-42, 2015.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations:** the struggle for power and peace. 4. ed. Nova York: Alfred A. Knopf, 1968.

NYE JR., J. S. **O futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, E. R. A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 71-83, 2009.

PERKINS, David. #DAweek: How Will We Train to Fight and Win in a Complex World? **From the Green Notebook**, March, 2017. Disponível em: <https://fromthegreennotebook.com/2017/03/13/daweek-how-will-we-train-to-fight-and-win-in-a-complex-world/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

RICHARDSON, K.; CILLIERS, P. What is complexity science? A view from different directions. *Emergence*, Litchfield Park, v. 3, n. 1, p. 5-23, 2001.

SCHNAUBELT, C. M. Complex operations and interagency operational art. *Prism*, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 37-50, 2009.

SMITH, R. *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2008.

STACEY, R. D. The science of complexity: an alternative perspective for strategic change processes. *Strategic Management Journal*, Hoboken, v. 16, n. 6, p. 477-495, 1995.

TEIXEIRA, A.; MIGON, E. Revisitando o conceito de poder à luz da Teoria da Complexidade. *Revista de Ciências Militares*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 173-192, 2017.

TRUMP, D. J. In: UNITED STATES. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC: US Government Printing Office, 2017.

UNITED STATES. Department of the Army. *Field manual (FM) 3-0, Operations*. Washington, DC: US Government Printing Office, 2008.

UNITED STATES. Department of the Army. Training and Doctrine Command. *Multi-Domain Battle Space Scenario* (Vídeo). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=car1O_qfkW0. Acesso em: 12 ago. 2017.

UNITED STATES. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC: US Government Printing Office, 2017.

VILLAS BOAS, E. D. C. (@gen_villasboas). Samuel Huntington nos instiga: “A lealdade e a obediência são as mais altas virtudes militares; mas quais serão os limites da obediência?” O Estado, ao nos delegar poder p/ exercer a violência em seu nome, precisa saber q agiremos sempre em prol da sociedade da qual somos servos. *Twitter*, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Tq1EKR>. Acesso em: 20 mar. 2019.

WEBER, M. *Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1946.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamentos e métodos*. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAIA, S. L. As operações ágata. *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 173-180, 2013.



Condições para submissão

Todo o processo de submissão deverá ser realizado através de nossos sistema de gerenciamento editorial, disponível em:

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index> (link reduzido: bit.ly/cmmbr)

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco pelo email: info.cmm@eceme.eb.mil.br

O manuscrito:

1. deverá ser original e inédito;
2. não ter sido publicado ou estar em processo de avaliação por outra revista, e que uma eventual submissão a outra revista apenas ocorrerá após o retorno da avaliação;
3. não ter sido publicado uma versão substancialmente similar em anais de eventos.

Diretrizes para autores

As diretrizes a seguir são fundamentais para um bom fluxo editorial. Por favor, leia atentamente as instruções para ter certeza que seu artigo atende a todos os requisitos. Os requisitos normativos completos devem ser acessados diretamente em nosso sistema.

As submissões de artigos estão abertas em fluxo contínuo. Outras publicações como entrevistas ou relatórios técnicos serão selecionados diretamente pela equipe editorial.

Foco e Escopo

A Coleção Meira Mattos é um periódico interdisciplinar que pública artigos científicos relacionados a Segurança, Defesa e Ciências Militares, que promovam o diálogo entre acadêmicos e profissionais, integrando questões sobre as Forças Armadas e a Sociedade. São publicados artigos revisados por pares e, ocasionalmente, entrevistas e relatórios técnicos selecionados, sobre temas atuais e de interesse para a área.

Formatação

Os trabalhos deverão ser enviados em formato Word ou RTF.

Estrutura

Idioma: poderão ser submetidos artigos em português, inglês ou espanhol.

Título: o título deverá ser breve, limitado a 22 palavras (incluindo, quando houver, o subtítulo).

Resumo: com no máximo 150 palavras no idioma do texto e em inglês (quando submetido em português ou espanhol). Deverá descrever os objetivos, metodologia e resultados.

Palavras-chave: no mínimo três e no máximo cinco.

Tabelas, gráficos e imagens: sempre que possível, utilize formatos editáveis para que as traduções possam ocorrer diretamente na imagem. A qualidade das imagens deverá ser de 300dpi quando não forem próprias do Word/Excel (tabelas e gráficos). O conteúdo gráfico deverá ser incluído somente se proverem informações indispensáveis para o entendimento do artigo.

Limite de palavras: o artigo deverá possuir entre 6000 a 8000 palavras, incluindo pré-textuais e referências. Entretanto, artigos maiores ou menores poderão ser publicados desde que justificados pelo conteúdo da contribuição.

Notas de rodapé: a inclusão de notas deverá ser a mínima necessária e apenas para informações cruciais. Deverá ser incluída na mesma página da indicação da nota, não utilize notas de fim. Evite utilizar as notas para referenciar, privilegie o uso das citações autor-data diretamente no texto. Para notas de textos informativos disponíveis na Internet, de interesse do leitor e que não sejam citações diretas ou indiretas, como notícias, sites institucionais ou de empresas, documentos eletrônicos, tabelas ou dados estatísticos, deverá ser indicado o link e data de acesso, conforme exemplo a seguir:

[Texto explicativo]. Disponível em: [site]. Acesso em: [dia mês ano] abr. 2019.

Maiores informações disponíveis no site do Exército Brasileiro. Disponível em: www.eb.mil.br. Acesso em: 02 abr. 2019.

Outras recomendações

Indicação de financiamentos: deverá ser indicado como nota de rodapé do título se a pesquisa é financiada e quem financiou. Indicar também, quando houver, o número do processo. Conforme a seguinte estrutura:

Estudo/Pesquisa financiado pelo [órgão de fomento], através do [projeto/programa], [edital/processo].

Exemplo:

Estudo financiado pelo Ministério da Defesa e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), edital 27/2018.

Dados sobre o(s) autor(es): deverão ser informados somente nos metadados preenchidos no sistema durante a submissão do artigo. Serão publicados somente o nome completo, vínculo institucional e endereço de e-mail.

Exemplo:

Tássio Franchi

Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

editor.cmm@eceme.eb.mil.br

Não serão aceitos artigos com mais de 4 (quatro) autores/coautores.

Solicitamos que a titulação dos autores seja no mínimo mestrado ou similar e, preferencialmente, que um dos autores tenha título de doutor.

Documentos suplementares: Outros documentos podem ser inseridos durante a submissão para auxiliar os revisores no processo de avaliação do artigo. Entretanto, somente o artigo será publicado e disponibilizado no periódico.

Citações e Referências

A CMM adota as normas brasileiras para as referências e para as citações, respectivamente ABNT 6023:2018 e 10520:2002.

Para autores não familiarizados com a norma ABNT, solicitamos que adequem o máximo possível suas citações e referências conforme os exemplos a seguir. Todas as referências e citações serão revisadas por especialistas, garantindo sua uniformidade. Entretanto, não serão aceitos artigos normalizados em outros padrões de apresentação.

Consulte os requisitos normativos completos e exemplos de referências e citações em nosso site.

Declaração de Direito Autoral

A Coleção Meira Mattos (CMM) está licenciada sob as condições do Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Sob esta licença, a CMM permite:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros os termos da licença a que se encontra submetida esta obra.

Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

Publicação



Edição

